

**Maria Ximena Alvarez**



**“O discurso dos militares para uma ‘democracia sem conflitos’ ”:**

**Uruguai em ditadura e sua fundação discursiva (1973-1985)**

**Trabalho final do curso de mestrado da Universidade  
Federal do Parná**

**Curitiba  
2006**

## PRÓLOGO

Este trabalho é o resultado da pesquisa de Mestrado em História realizado na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Inicialmente desejaria agradecer ao CNPq por haver fornecido financiamento e dessa forma brindar a uma aluna estrangeira a possibilidade de realizar dita pesquisa de pós-graduação, que de outra forma haveria sido impossível.

Na mesma medida, os professores e funcionários que trabalham no Programa de Pós-graduação de História merecem um grande reconhecimento de minha parte, sobretudo por sua amável acolhida e sua constante orientação, em nome do Prof. Luiz Carlos Ribeiro na coordenação e Doris e Lucy na secretaria.

As contribuições das disciplinas e seminários foram fundamentais, em função das leituras e discussões teóricas que resultaram muito frutíferas. Por isso, meu grande reconhecimento à Prof. Judite Trindade, ao Prof. Euclides Marchi e ao Prof. Marcos Napolitano.

Os professores integrantes de minha banca de qualificação reorientaram, com suas sugestões, o resultado final dessa pesquisa, e sem que possam recair sobre eles os erros ou precisões que aqui se ressaltam, estendo meu amplo agradecimento ao Prof. Wolfgang Heuer da Universidade Livre de Berlim, assim como ao Prof. Euclides Marchi da UFPR, por seus valiosos conselhos.

Desde minha chegada a Curitiba, quis o destino que a única sala que encontraria aberta fosse justo de quem se converteria em minha orientadora: Marion Brepohl de Magalhaes. Devo-lhe muitas coisas, sobretudo por haver confiado nesse projeto, e por haver "bajado a tierra" e logo então impulsionar a esta uruguaia que, com um péssimo portunhol, queria levar adiante o sonho de fazer um mestrado.

Num âmbito menos acadêmico, meus amigos brasileiros, os quais a própria vivência em Curitiba me foi dando, foram uma das melhores coisas que levo em meu regresso. A minha querida Viviane por me alojar em sua casa e ser minha corretora de português em todo momento, muito obrigada. Assim como agradeço a amizade de Lorena, Odete, Sirlei, Éderson, Cândida e Andréa. Todos eles fizeram que a distância de casa fosse poucas vezes percebida.

Sendo esta uma pesquisa "más allá de las fronteras", requereu muito trabalho de ir e vir do Uruguai, pela própria necessidade das fontes analisadas. Por causa disso, devo agradecer enormemente as discussões enriquecedoras sucedidas na Faculdade de Humanidades de Montevideu, com meu "eterno" professor Carlos Demasi. Na mesma medida agradeço à Prof. Cecília Pérez Mondino do CLAEH, Montevideu pelas ajudas bibliográficas e a entrevista concedida. Minha amiga Luciana e sua mãe Elina foram um grande apoio na parte do "desenho" do trabalho, "gracias, gracias".

Meus amigos de sempre, foram testemunha e parceiros desta aventura, muito obrigada Eli (e sua família), Inés, Alexandra, Mauro, Sheina e Sebastián

Por fim, um reconhecimento seria pouco para demonstrar a importância que meus pais Nestor e Zully tiveram em todo esse período de trabalho. Meu pai foi quem, desde pequena, me imprimiu a paixão que hoje em dia desenvolvo, e acompanhou passo-a-passo este processo de trabalho, ilustrando-me com suas lembranças do triste período em que viveu. E minha mãe, sem entender o porquê de minha necessidade de "revolver en las cosas viejas" soube com paciência, esperar o meu retorno.

A Néstor e Zully, e os meus queridos irmãos Rodrigo e Nathalia dedico este trabalho.

## INDICE

	<b>Página</b>
<b>Prólogo</b>	1
<b>Introdução:</b>	
“O discurso dos militares para uma ‘democracia sem conflitos’ ”:	
Uruguai em ditadura e sua fundação discursiva (1973-1985)	6
Fontes documentais	8
Objetivo do trabalho	9
II	11
III	19
IV	31
<b>Capítulo I: Na função de historiadores?</b>	36
Ao documento, um monumento	38
Utilização dos detalhes irrelevantes	41
<i>Ortodoxia</i> : a opinião correta	43
Redação novelesca	47
Os “esquecimentos cheios de lembrança”	49
Entre heróis e vilões	51
Suas contribuições didáticas	61
<b>Capítulo II: O discurso nacionalista dos militares em seu vínculo com a história</b>	63
Origens discursivas do “idómito Pueblo Oriental”	65
O ser oriental	68
Origem da Orientalidade	71
Um povo, um líder, Gral. José Artigas	74
O povo historicamente guerreiro, tradicionalmente militar	78
A família da Pátria	81

A religiosidade nacionalista	83
<b>Capítulo III: Uma imagem vale mais que mil palavras...</b>	
Iconografia nacionalista	87
Personalismo na história	93
José Batlle y Ordóñez: “o afastado”	95
<i>O que os olhos lêem</i>	97
Construção iconográfica da ordem e da legalidade	99
<b>Capítulo IV: Família e Educação os pilares da Pátria</b>	
“El Soldado” 1974-1981	104
“Coisa de homens”	105
I – Família	107
Pai e soldado	109
Juventude... divino tesouro?	111
A terna Infância	114
Entre acampamento de escoteiros e treinamento militar	115
O papel da mulher	118
II- Educação	122
Coronel Soto como portavoz oficial	123
“Proceso de la educación en el Uruguay”	125
Entre o discurso e os fatos	130
<b>REFLEXÕES FINAIS</b>	132
<b>ANEXO</b>	
Cronologia da História do Uruguai	140
Proceso de la Educación en el Uruguay: Coronel Julio Soto	155
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	166



## INTRODUÇÃO

### **“O discurso dos militares para uma ‘democracia sem conflitos’ ”: Uruguai em ditadura e sua fundação discursiva (1973-1985)**

Realizar um trabalho sobre a ditadura no Uruguai, tal como versa a “lei da vida”, apresenta certos elementos vantajosos e outros nem tanto. Por um lado, inúmeros cientistas de todas as áreas já abordaram essa temática, por diversos motivos. Uma possível razão é compreender o evento que comoveu a vida do país, tanto quanto suas próprias vidas, assim como uma espécie de justiça social e de guarda-memória possa levá-los a empreender semelhante odisséia. Isso faz com que escolher um tema novo, frente a tanta bibliografia escrita, seja demasiado difícil. Como diria Mafalda<sup>1</sup> “no hay nada para inventar porque todo está inventado”. Por outro lado, esses especialistas nos dão suporte com suas pesquisas já realizadas, e sempre é possível encontrar algum aspecto não abordado pela bibliografia.

Para os novos pesquisadores, que não sofreram nem viveram a ditadura, e não a têm na lembrança, ela é como uma nuvem no passado, sendo estudada como algo tão distante, como a Guerra da Independência. Os mais velhos a incorporaram como parte de sua memória de vida, e *essa* história é *sua* história pessoal: lembrar o informativo, a festa ou o desfile que passou na rua em frente a sua casa, o livro utilizado nas salas de aula da escola – fatos históricos ao olhos do pesquisador - mera lembrança para quem os viveu.

Contrariamente ao “ruído” gerado por uma infinidade de trabalhos que analisavam, o período das “Décadas Infames”, nas palavras de Oscar Bruschera, já em época de democracia, eram mantidas afastadas desses debates, e por tanto, a memória social não a incorporava como própria. Como tudo que é proibido gera interesse, quando foi possível realizar uma investigação profunda sobre o tema, não duvidei em escolher aquele que versava sobre o governo de fato que viveu o Uruguai entre 1973 e 1985. Esse véu posto no tema, que o impedia de ser discutido no Liceu depois de quinze anos do restabelecimento

---

<sup>1</sup>Joaquín Salvador Lavado “Quino” (1932), Humorista e desenhista argentino contemporâneo, criador de Mafalda. Ela apareceu pela primeira vez no semanário *Primera Plana* (1964), e seus amigos são Guille, Felipe, Manolo, Susanita y Libertad. Mafalda era uma menina com um grande poder de observação e reflexão sobre a realidade, através do que Quino fazia suas críticas à Guerra Fria, o subdesenvolvimento, a cortina de ferro, o imperialismo. Liberdade, como diria Quino, era bem pequenina, aludindo ao “tamanho” da liberdade da Argentina.

da democracia, levou-me a questionar qual haveria sido o mecanismo de censura desse período que continuava agindo, quando já havia passado tanto tempo.

Esta é a finalidade desse trabalho (responder dúvidas pessoais), e se desperta interesse e responde aos que fizeram as mesmas perguntas, tiveram as mesmas dúvidas ou inquietudes, a missão estará cumprida.

## I

Esse trabalho se intitula: “O discurso dos militares para uma ‘democracia sem conflitos’: Uruguai em ditadura, e sua fundação discursiva (1973-1985)”. Com esse “pomposo” começo, marca-se o desejo de criar, pelo menos no discurso, novas modalidades de convivência social, a qual é denominada nesse trabalho “uma democracia sem conflitos”. Democracia é a deusa a qual era feita constante referência, ainda que o *demos* estivera longe de exercer o poder. Desse modo, discursa-se sobre a reiterada idéia de ordem, de comunhão de interesses, dos quais viria essa singular “democracia” sobre a qual estão discursando. Nessa nova fundação do Uruguai, por meio do discurso que não sempre vinha acompanhado de fatos, observa-se uma nova orientação da história para entender de “outro modo o presente”, e esse é o resultado da obra do livro didático. “Cada ideología constrói um esquema temporal, onde o passado, o presente e o futuro se coordenam e proporciona, na ação presente uma plenitude de significado” (ANSART, 1978, p. 37)

Nas palavras de Aldo Solari:

[...] hay algo que es propio del régimen uruguayo o adquiere una intensidad propia. Se trata de dos rasgos muy unidos: a) la obsesión por justificarse; b) el derroche intelectual en esa justificación. No creo que en Chile o Argentina existan documentos análogos al tipo De la Subversión a la Paz, Testimonio de una nación agredida, etc. Son largos libros que testimonian esa obsesión y también el esfuerzo intelectual para expresarla en un pensamiento coherente. (Citado por CAETANO; RILLA, 1994, p. 258)

Sobre essa obra que expressa a “obsessão” justificativa é que centraremos esta análise, e esses livros constituem nossas fontes documentais.



## 1. FONTES DOCUMENTAIS

Os documentos escolhidos como fontes documentais são o livro de “Historia Nacional”, manual de história para alunos do sexto ano do primário, impresso pela Editora do Exército em 1980. Assim como também a revista “El Soldado”, especialmente o artigo “Proceso histórico de la Educación en el Uruguay”, do coronel Julio C. Soto.

Selecionou-se as edições dessa revista compreendidas no período da “ditadura funcional”, como denomina Luis E. González, desde sua primeira edição em 1974 até 1981. Esse enquadramento cronológico é estabelecido por ser um período de “refundação” dos valores do país, e por coincidir cronologicamente com o livro do primário, já citado. É aqui que, quando vencida a subversão e restabelecida a ordem, se tenta criar de forma mais definitiva o governo militar, já instaurado.

Por essas razões expostas, utiliza-se todo o arsenal que um governo pode contar para criar um consenso superficial, ou, nas palavras de Pierre Ansart, uma “ortodoxia consentida”. Entendo-a como o momento em que o sistema ideológico é institucionalizado e as mensagens são aceitas pela maioria da população, sem gerar nem uma adesão fervorosa nem desperta “os furores da contestação”.

Igualmente, existiram outros textos componentes da trilogia: “Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental”. Foram editados sucessivamente “La Subversión” em 1977, el “Proceso Político” em 1978, “Testimonio de una nación agredida”, em 1978. Cada exemplar chega a compôr 700 páginas. Essas publicações estavam dirigidas à população em geral, como é dito no título, “al Pueblo Oriental”, porém também foram traduzidos a vários idiomas orientados a um público internacional.

Esses livros eram a explicação oficial da ditadura: qual era a situação do país em vários temas que giram em torno do mal da subversão, e o salvamento que fazem as FFAA da “subversão”, do MLN-Tupamaros, da corrupção e da “demagogia” política que foram consideradas cúmplices da “subversão”. No “Proceso Político” descreve-se a situação política a partir de fevereiro de 1973 – início do golpe de Estado – até a situação atual do livro. Esses dois livros referidos apresentam uma continuidade entre si, a subversão explica o ascenso das FFAA ao governo, o que configura-se a explicação oficial: a situação de insegurança interna e de risco de perda da “Pátria” como consequência das ações tupamaras levaram a colocar-se em posição de luta. Dita continuidade dos exemplares pode ser vista

até na numeração das seções de cada capítulo, já que o “El proceso Político” começa com o número 651, por outro lado contam com um índice geral e um índice onomástico comuns.

Ditos exemplares, que não consituem fonte de nosso estudo, são uma excelente peça documental para aqueles que desejem indagar sobre o papel dos partidos políticos, dos movimentos sociais e a subversão no discurso do regime, assim como qual era seu lugar ou a ausência nessa “democracia” que os militares estavam interessados em fundar, ainda que fosse somente no discurso.

## **2. OBJETIVO DO TRABALHO**

O objetivo do trabalho é realizar uma análise de apenas uma parte da produção escrita do governo ditatorial. Essa análise tratará dos seguintes eixos temáticos:

- A orientação da História por meio da escritura de um livro didático. Este será o primeiro capítulo: Na função de Historiadores?
- discurso nacionalista desse livro em seu vínculo com a história integra o segundo capítulo.
- A edição pictórica de dita mensagem será abordada no terceiro capítulo: “Uma imagem vale mais que mil palavras”.
- E por fim, os valores dessa sociedade de consenso através de “A família e a educação como pilares da Pátria”, análise centrada na revista “El Soldado”.

Intentar-se-á trazer a tona que tipo de História é que buscavam transmitir, que leitura faziam do passado comum, que personagens, valores, atitudes e relatos eram privilegiados, e quais minimizados ou silenciados. Nesse sentido também, visamos questionar a intencionalidade do texto (e desenvolvê-la), das “mensagens oficiais” transmitidas através deles, e não somente os comunicados emanados diretamente do governo.

As hipóteses iniciais versam sobre a busca de explicação da situação política da atualidade do livro. Ela é tida como algo melhor que seu passado, e como necessária sua continuidade até que o país melhore por completo, argumentando que a ameaça subversiva está longe de ser erradicada, podendo voltar a qualquer momento. Por outro lado, pensavam poder assegurar um modelo de país, que acreditavam aceitável segundo os planos que

tinham para o futuro. Essa explicação do presente é uma justificativa do novo regime, uma construção de história oficial que lhes fosse favorável, uma resposta às “infâmias” do exterior. Por outro lado, é parte do desejo de continuar no governo, ou seja, de obter o apoio popular necessário, gerando uma ortodoxia consentida.

Devemos ressaltar que esse investimento em produção ideológica, seguindo o pensamento de Ansart, está longe de ser exclusiva das ditaduras ou daqueles governos de escasso apoio popular. Afirma esse autor:

Tudo se passa como se a vida política não se pudesse desenrolar sem que se façam racionalizações, sem que os objetivos sejam comentados e justificados, sem que os poderes políticos sejam objeto de discursos de legitimação. Em outras palavras, a vida política se desenrola permanentemente no plano das ações e no plano da linguagem e a produção ideológica não cessa de acompanhar o conjunto dos empreendimentos, das tentativas e das decisões. (ANSART, 1978, p. 10)

É próprio da vida política as produções ideológicas, tanto naqueles governos em que seus poderes são aceitos quanto naqueles em que são contestados, caso do Uruguai. Porém, a contestação não acontecia porque a censura e o terror estavam na ordem do dia.

Seria, então, necessário conseguir o consenso para poupar repressão?

## II

No país onde nunca “acontece nada”, a “Suíça da América”<sup>2</sup>, onde até se havia esquecido da existência das Forças Armadas, desatou um regime extremamente repressivo a partir de 1973. Os militares haviam dado golpes de estado no século XIX, como no caso do Coronel Latorre e o General Máximo Santos, porém ambos estavam identificados com o Partido Colorado. Agora aparecia um golpe “sem partidos”, fosse para substituí-los ou tutelá-los, ainda que apenas por um tempo. O último golpe conhecido no século XX havia sido o de Gabriel Terra na década de 30, e fora apoiado pelo corpo de polícia e de bombeiros; e foi também o militar Alfredo Baldomir (1942) quem, por meio de um “golpe bom”, ou “dita-suave” restituiu a democracia.

O Uruguai havia institucionalizado a democracia política desde o início do século com o voto secreto, da mulher, e com grande participação da população nos sufrágios, sendo que ainda era um direito e não uma obrigação, como será a partir da Constituição de 1967. A coparticipação dos grandes partidos, Branco e Colorado acontecia no governo, ainda que o Partido Colorado houvesse monopolizado a presidência e a maioria dos postos durante quase cem anos.

Gillespie afirma a propósito: “Aqueles que estudam o Uruguai e o Chile tradicionalmente divergem com relação a determinação de qual desses países era o “mais democrático” da América Latina, antes dos seus destinos similares em 1973. Todavia, a ausência do militarismo tornou o Uruguai a nação mais invejada pelos latinoamericanos no decorrer do nosso século”. (In: O’DONNELL; SHMITTER; WHITEHEAD, (ed), 1988, p. 265)

---

<sup>2</sup>Categorização utilizada para designar o Uruguai até meados da década de 50. O alto nível de vida da população, o triunfo da democracia política com a confiança na mesma, e a não participação militar nos bastidores do governo determinaram certas características que “distinguiam” o Uruguai como o país mais europeu da América, e por isso o apelativo de Suíça da América: um país de pequenas dimensões e de democracia consolidada. Um político uruguaio que havia visitado Suíça responde, quando perguntado se o Uruguai correspondia àquele país, dizendo que a Suíça era o Uruguai da Europa. A crise econômica que o país viverá a partir de 1955 e a consequente crise política derivada na ditadura, anularam aquela autoconcepção otimista do país. Hoje em dia isso é fonte de ironias, a exemplo da “garra charrúa” do prehistórico Maracanã.

Apesar de tais invejáveis características, seu futuro não diferia do resto, já que terminou em golpe de estado. Deve-se deixar de lado o fator “surpresa” do golpe militar no Uruguai porque, se por um lado não correspondia à seqüência histórica do país, era, por outro, algo que os contemporâneos percebiam desenrolar-se, pela cruel repressão e onda e autoritarismo do período de Pacheco (1968-71) continuada por Bordaberry (que dissolveu as câmaras). Ademais, os pronunciamentos dos militares sobre a situação do país são freqüentes, e a opinião pública começa a falar de um possível golpe de Estado pelo acontecido no país vizinho brasileiro em 1964<sup>3</sup>. Nessa mesma data, a CNT (Central Nacional de Trabalhadores) já considerava a possibilidade de reagir a um possível golpe de Estado no Uruguai, instaurando uma greve geral.

Os cientistas políticos Alain Rouquié e Stephen Suffern (In: BETHEL, Leslie (ed), 1997, cap. 5) distinguem os regimes que imperaram na América Latina de acordo com a perspectiva histórica da intervenção das Forças Armadas na vida política. Considera-se Uruguai e Chile entre os “autoritarismo cataclíticos o de ruptura”, diferentemente do “militarismo reiterado”, como é o caso brasileiro ou argentino. Nesse último, a tutela militar aconteceu quase que de modo incessante, sem estar estabelecida, na qual o desrespeito constitucional era a regra. E por isso também foram denominadas “repúblicas pretorianas”.

No primeiro caso, nesse *militarismo de ruptura*, os militares tratam de formar um estado contra-revolucionário - frente a uma tradição, em sua maioria, democrática - e onde o governo militar constitui-se numa “catástofre” nunca antes conhecida.

E por que essa catástrofe no Uruguai? São muitas as respostas, e muitos especialistas se puseram a explicá-la. Na breve resenha que realizaremos a seguir, que trata das décadas prévias à ditadura no Uruguai, pensamos que está a chave para a sua compreensão. Tratando, por um lado, o contexto da Guerra Fria e a importância estratégica da América Latina logo após a revolução cubana, com a crise uruguaia que derivou em conflitos sociais e a “perigosa” formação de movimentos revolucionários que começaram a agir em 1963.

---

<sup>3</sup> Joao Goulart “Yango”, presidente do Brasil deposto por golpe militar, se exilia em Montevideo em 1964, onde viverá parte de seu longo exílio.

Os historiadores coincidem em datar o final do “país modelo” na crise econômica pós Guerra da Coreia, momento esse em que havia fracassado o modelo substitutivo de importações.

A crise econômica desencadeou a saída do Partido Colorado do poder e a assunção do Partido Branco no colegiado instaurado em 1959<sup>4</sup>. Com esse novo governo do Partido Nacional, desestrutura-se o modelo de Estado protecionista, próprio do “neo-batllismo” e se inaugura um período de maior liberalismo. Expressão disso é o início das relações entre o Uruguai e o FMI. O país já fazia parte desde sua criação porém não havia apelado a seus empréstimos. Agora os brancos recorreriam a essa instituição para solucionar, entre outros problemas, a deficiente balança de pagamentos.

A partir de 1958, o estancamento do setor primário, junto à enorme quantidade de empregados públicos e o generoso sistema de bem-estar social, criaram um fortíssimo impulso inflacionário. Nesse contexto de crise social, o sindicalismo, que até o momento se achava dividido, unifica-se numa central única (CNT), de tendência comunista. Por outro lado, acontecem as mobilizações estudantis pela autonomia universitária e a co-administração. A vitória vem em 1958 com a Lei Orgânica, porém não livre de violência e repressão.

Com a crise econômica, a esperança havia sido depositada no Partido Branco que, logo após triunfar em duas eleições consecutivas (1959 e 1963), demonstra sua incapacidade para tirar o país da crise. Os cidadãos haviam perdido a confiança na classe política, uma vez que as denúncias de corrupção era freqüentes.

Por outro lado, no contexto internacional a Guerra Fria e o perigo de expansão do comunismo faz-se presente também no Uruguai. Denuncia-se sua integração na educação, nos sindicatos, e se o vê também nas mobilizações populares (protestando pela inflação e a diminuição do salário real).

O triunfo da revolução cubana em 1959 reorienta a política exterior norteamericana que passa a visar o anticomunismo na América Latina, posta a expansão do comunismo na Ásia, o que os fazia temer um “efeito dominó”. A “Aliança para o Progresso”, criada em

---

<sup>4</sup> A derrota do Partido Colorado e de seu sucessor batllista liderado por Batlle Berres foi o indício do fim do Uruguai batllista, logo depois de noventa anos de governo colorado, assumiam os brancos, com uma aliança entre setores diferentes (ruralismo de Benito Nardone e os herreristas) o levam ao triunfo.

1961 durante a presidência do democrata Kennedy, é símbolo disso<sup>5</sup>. A visita de Fidel Castro (1959) e de Che Guevara ao Uruguai (1961) gera ainda mais o aumento de grandes setores da população (estudantes, intelectuais, sindicatos, entre outros) que simpatizam com a revolução triunfante, e o “foquismo guevarista” percorre a América.

Simultaneamente iniciam-se os treinamentos militares uruguaios, assim como no resto da América, nas escolas norteamericanas, com tática de “guerra suja” e contra-movimentos guerrilheiros. Viagens de assessores norteamericanos ao país<sup>6</sup> são freqüentes, assim como de militares a Panamá e EUA. Alfonso Lessa (2003), destaca que desde os anos cinquenta os EUA proporcionavam ajuda militar e policial mediante convênios com a maioria dos estados latinoamericanos, destacando que, entre 1950 e 1982, 2.382 uruguaios realizaram treinamentos militares no país do norte. Como diziam ironicamente os contemporâneos, Uruguai estava se “latinoamerizando”.

Nesse contexto de incredibilidade da nata política dirigente, de extremo desemprego, crise social, inflação e descontentamento é que surge um movimento guerrilheiro chamado MLN-T (Movimento da Libertação Nacional – Tupamaros) sob a influência da revolução cubana. Este faz suas primeiras aparições públicas em 1963 com a idéia de impulsionar uma luta armada no Uruguai: a revolução como método de conquistar o poder político.

Com o retorno dos colorados ao poder em 1967, acompanhado da reforma da Constituição, recomeça um sistema presidencialista que substitui o colegialista, que reinava no Uruguai desde 1952, configurando-se uma possível solução à crise crescente. Novamente o “colegiado” aparecia como o grande culpado do contexto crítico em que se achava o país, posto que em 1933 o golpe de Terra, que fez frente a crise pós 29, buscava eliminar o “lento e ineficaz” colegiado (Constituição de 1917).

---

<sup>5</sup> Nas palavras de Ernesto Guevara, como convidado do governo cubano na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, com delegados dos países membros da OEA, celebrado em Punta del Este: “Todo lo que promete tiene una única razón: La revolución cubana. La ayuda económica ofrecida por EEUU, en primer lugar, es del todo insuficiente para conseguir las metas que se propone el programa; en segundo lugar, no es otra cosa que un regalo de Cuba, porque no existiría sin ella”.

<sup>6</sup> Dan Anthony Mitrione, membro da CIA, técnico especializado em torturas, é capturado e assassinado pelo MLN-T em 9 de agosto de 1970.

O Gral. Gestido,<sup>7</sup> o novo presidente, e também o vice Pacheco Areco (depois da morte do presidente) tentaram frear de todas as formas a inflação galopante e o descontento social geral. Começa com Pacheco Areco um marcha progressiva ao autoritarismo. Ele utilizará, sem cessar, as “Medidas Prontas de Seguridad” para frear os protestos sindicais e sociais. Por isso esse período é denominado como “el Pachecato”. Tanto nos setores de direita como nos de esquerda, nasce um sentimento de desencanto e ceticismo com a regras democráticas.

Foi em 1968 o ressurgimento público da organização guerrilheira MLN-T, e entre 1968-69 produziu-se o que se chamou a etapa “Robin Hood”. Suas principais ações estavam orientadas a denunciar os casos de corrupção política, ou então a furtar alimentos para conseqüente distribuição em populações marginalizadas. Tudo isso acontecia com grande técnica, “elegância” e astúcia por parte dos revolucionários, os quais faziam ridículo das forças de repressão. Essas ações geravam uma certa aprovação na grande maioria da população, porém estava longe de receber seu apoio ou qualquer intervenção que visasse uma mudança mais profunda. “La sociedad seguía con sus valores tradicionales de seguridad y con sus prácticas particularistas. Estaban de acuerdo con la necesidad de un cambio, aplaudían una propuesta radical como la del MLN. Pero su cambio personal lo conseguiría siempre más fácil y menos dramáticamente por medio de la intermediación política, por ese dirigente que siempre estaba dispuesto a hacerle una gauchada.” (COSTA BONINO, 1984, p. 43)

Simultaneamente a isso, surgem agrupações de ultra direita e grupos paramilitares<sup>8</sup>, assim como também são cada vez mais freqüentes as denúncias de conivência governamental e militar para com estes. Pacheco mostra-se aos cidadãos como o líder que encabeçará uma luta aferrado contra os “subversivos” Tupamaros, fazendo seus os postulados da “Doutrina de Segurança Nacional”, em voga na época. Recebeu apoio dos

---

<sup>7</sup> Com o triufo de um ex-militar, podemos ver a preferência por parte da cidadania da eleição de uma pessoa afastada do corpo político, e também por possuir fama de bom administrador. Era o que faltava nesses membros, pela descredibilidade que a classe política tinha, pelo fim de frauds que haviam sido reveladas.

<sup>8</sup> JUP (Juventud Uruguaya de Pie), Comando “Caza Tupamaros”, o Esquadrão da Morte



setores empresariais, escolhendo entre eles para que integrassem seu gabinete ministerial. Dessa forma, deslocam-se os políticos para dar lugar aos empresários.

Foi um período de constante violência, crise social, conflitos sindicais, estudantis, seqüestros, assassinatos e um constante violação dos direitos humanos, assim como os freqüentes rumores golpistas anulavam a imagem “idílica” do Uruguai singular, sempre de costas a América Latina.

Muito pelo contrário, as vinculações entre o resto dos latinoamericanos foram de toda ordem. Os movimentos revolucionários tinham uma certa coordenação, assim como tinham em comum o fato de a maioria deles haver recebido capacitação revolucionária em Cuba, ou pelo menos, apoio logístico.

Por outro lado, na sua luta contra a subversão, os militares coordenaram políticas repressivas que se materializariam posteriormente no Plano Condor. Como cita Alfonso Lessa, os Tupamaros já haviam advertido em 1970 uma intervenção brasileira, como satélite dos EUA, em caso de um possível triunfo tupamaro. Essa afirmação era certa, como confessam militares brasileiros anos mais tarde, citados por Lessa: “Hubo realmente un plan de intervención de Brasil en Uruguay aprobado en el gobierno del general Médici, en el inicio de la década del 70, en la época que había una amenaza de golpe de los tupamaros, después de la elección de Bordaberry [...]” (LESSA, 2003, p. 145). Dita intervenção esteve prevista em caso de que triunfasse a Frente Ampla.

Como vemos, o clima político, nas vésperas das eleições de 1971, estava convulsionados. Então foi eleito o presidente candidato oficialista Juan María Bordaberry, e apareceram certas inovações. Por primeira vez era então obrigatório o voto, e votavam os soldados de linha; votava-se um projeto de reforma constitucional (que fracassou) que estabelecia a reeleição presidencial; aparecia um novo Partido de uma coalizão de esquerda: A Frente Ampla<sup>9</sup>, sob o lema de Partido Democrata Cristão. O partido colorado estava “adireitado”, enquanto que o Partido Nacional possuía um novo líder, Wilson Ferreira

---

<sup>9</sup> A Frente Ampla foi fundada em 1971 por agrupações que rescindiriam com os partidos tradicionais (brancos e colorados) e pelos ditos partidos de “idéias” Socialista e Comunista e pelo Partido Democrata Cristão. O candidato era o Gral. Liber Seregni militar retirado pertencente ao setor batllista do Partido Colorado, y o Dr. Juan José Crottogni (médico e professor universitário). O Partido esteve proscrito durante a ditadura e seus líderes presos. A FA se unirá em 1994 ao setor de Rodolfo Nin Novoa (ex Blanco), mudando o nome por “Frente Amplio Encuentro Progresista”. Nas vésperas das eleições de outubro de 2004, se unirá o setor de Rafael Michelini (Filho de Zelmar Michelini, líder colorado e fundador da FA, assassinado em 76 pela ditadura), convertendo-se em “Frente Amplio, Encuentro Progresista Nueva Mayoría”, desde março de 2005 esse partido ocupa a presidência e possui maioria parlamentar.

Alduante, com grandes projetos reformistas sintetizados na fórmula: “Mi compromiso con usted”. A Frente Ampla alcançou 18% dos votos (questionando pela primeira vez a dicotomia branco-colorado) e a diferença entre Wilson e Bordaberry foi ínfima. A alegação dos brancos foi que havia acontecido uma fraude eleitoral porque foram detectados zonas com mais votos que votantes. O novo governo não só não contava com a maioria parlamentar senão que era considerado como ilegítimo por muitos setores.

Em 1972, logo após a trégua estabelecida com motivo de eleições, o MLN retomou a luta armada, e a repressão por parte das Forças Armadas, que desde 1971 tinham a seu cargo a luta antissubversiva, fez-se total. Com isso os derrotou totalmente ainda nesse ano. Isso não é um dado menor, já que a guerrilha tupamara vinha a ser derrotada quase um ano antes de que o presidente, com apoio das FFAA, dissolvesse o parlamento mediante a justificativa de salvar o país da subversão. De fato, “já o havia salvado”.

A Assembléia Geral vota a suspensão das garantias individuais e o “Estado de Guerra Interna”, pelo qual não se respeitará o *habeas corpus*, permitindo interrogatórios sem prazos, assim como a supressão total das garantias individuais. “El Uruguay predictatorial, dominado por la violencia política y la convulsión social, anuncia los tiempos oscuros que vendrán. La acción de la guerrilla, del Escuadrón de la Muerte<sup>10</sup>, los atentados, los asesinatos, los allanamientos forman parte de la vida cotidiana de los uruguayos.” (MARTÍNEZ, 2005, p. 13)

O Parlamento cumpriu uma importante função ao denunciar as contínuas violações de direitos humanos que aconteciam, porém foi ineficaz em frear o constante avanço dos militares no plano político. Seguramente o medo do triunfo de uma revolução tuparama era mais forte que o do golpe de Estado que já flutuava no ar. Por sua parte, a falta de apoio que o presidente tinha levou a que o esforço não pudesse ser conjunto.

Os militares ganham o cenário político a partir da crise produzida em fevereiro de 1973 com o desconhecimento que fizeram a Força Aérea e o Exército (a Armada manteve-se fiel), à nomeação do Gral. Francese<sup>11</sup> como ministro da Defesa Nacional, sugerindo ao

---

<sup>10</sup> Organización paramilitar que perseguía a los “subversivos”, Tupamaros, comunistas, etc.

<sup>11</sup> Essa designação procurava dar uma resposta à política de repressão social que acontecia, freando os militares.

presidente o relevo do mesmo. O presidente fez um pedido de apoio a população, que se realizou com menos de cem pessoas reunidas na Praça Independência, e o escasso apoio dos setores políticos, com um Parlamento que seguia em recesso.

Nesse mesmo dia as Forças Armadas emitem o comunicados 4 e 7, os quais fazem um diagnóstico do país, além de projetar soluções baseadas na criação de fontes de trabalho. Ademais, criticam a dívida externa e a corrupção política, falando de reforma agrária e divisão da terra. Esses comunicados geraram simpatia na CNT e em setores da Frente Ampla, lembrando o acontecido no Peru com o general Velasco Alvarado.

A crise foi solucionada com a assinatura do pacto “Boizo Lanza”, no qual o presidente aceita todas as exigências, encomendando às FFAA a missão de proteger o desenvolvimento nacional. Assim, estabelece-se sua participação na direção nacional. Como consequência disso foi criado o Conselho de Segurança Nacional (COSENA), integrado pelo presidente, os ministros de Defesa, Interior, Relações Exteriores, o Diretor da Secretaria de Planejamento e Orçamento, os Comandantes em Chefe do Estado Maior das Forças Conjuntas, que vinha a ser o Gral. Gregorio Álvarez. Esse será um novo órgão executor do governo.

A dissolução do Parlamento era só questão de tempo. Aumentaram ainda mais as tensões políticas, e pela petição de desaforo de senador frentista Enrique Erro, por supostos vínculos com os Tupamaros, e pelas negativas dos representantes de realizá-lo, o presidente da República Juan María Bordaberry dissolve o parlamento. Isso acontece na madrugada de 27 de junho.

A CNT, confirmando uma decisão prévia, responde ao golpe com uma greve que durará 15 dias, “Los 15 días que paralizaron al Uruguay” como a intitula o cientista Alvaro Rico. Por causa da dura repressão desatada em 9 de julho, essa é a última grande concentração em repúdio ao regime, que aconteceu *A las cinco en punto...*, tal como convocara o jornalista Ruben Castillo lendo o poema de Garcia Lorca “Llanto por Ignacio Sánchez Mejía”, repetindo enfaticamente “a las cinco en punto de la tarde”.

Aqui é inaugurada uma etapa diferente do país, a qual tentaremos iluminar no próximo capítulo, mediante uma seleção de teorias políticas sobre o tema.

### III

O fato de fazer referência a esta forma de governo que o Uruguai teve durante o período de 1973 a 1985 convida à reflexão teórica, pensando quais são os mecanismos e qual é a melhor definição ou tipologia que o explique, uma vez que foi feita, indiscriminadamente, referência a “golpe de Estado”, ditadura militar”, governo de fato, sem que sequer definíssemos esses termos.

Na época da República Romana a *ditadura* era um órgão extraordinário que podia ser ativado de acordo com certos processos dentro dos limites constitucionalmente definidos para fazer frente a uma situação de emergência. A ditadura romana estava circunscrita a limites temporais muito rígidos, sendo que não podia durar mais de seis meses. Geralmente tratava-se da condução de alguma guerra ou *seditionis sedandae et rei gerendae causa*, quer dizer, de crise interna.

Dada essa noção, há um elemento que se parece ao utilizado pelos militares uruguaios no contexto do golpe de Estado, já que a crise interna seria o que os teria obrigado a agir, sendo que os Tupamaros já estavam derrotados. Por outra parte, na Constituição desse país, não existem mecanismos para estabelecer o poder ditatorial como existia no período romano. O que consta na Constituição uruguaia é um artigo referido ao estado de guerra externa ou comoção interna, nisso se baseia o caráter “legal” da intervenção dos militares na vida política do país.

Desse modo, a conotação positiva que tinha a ditadura na República Romana deixa de haver na concepção moderna do termo, e passa a ser identificada como anticonstitucional. Essa conotação invariavelmente negativa do termo *ditadura* é expressa nas palavras mesmas do presidente Bordaberry, no decreto que dissolve as câmaras em 27 de junho de 1973. Lê-se: “Prohíbese la divulgación por la prensa oral, escrita o televisada, de todo tipo de información, [...] se refiera a lo dispuesto por el presente decreto **atribuyendo propósitos dictatoriales al Poder Ejecutivo**”. [sem grifo no original]. (Citado por BRUSCHERA, 1986, p. 94). A capa da revista Marcha (fechada em seguida), acatando dita ordem, diz: “No es dictadura”.

O próprio comportamento militar também fala disso. No Uruguai o regime era chamado de “Processo Cívico-Militar”, nem totalmente militar e nem vestígios da

denominação ditadura, como veremos ao analisar seus discursos nos livros didáticos e na revista “El Soldado”.

Stoppino (In: BOBBIO, 1983) realiza uma caracterização das ditaduras por dois elementos: a concentração de poder e a transmissão de autoridade de cima abaixo. Por isso, poder-se-ia dizer que as ditaduras fossem autoritárias, pondo em contato os conceitos *ditadura e autoritarismo*.

Na tipologia dos sistemas políticos descritos por Stoppino, são considerados autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso civil, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão, e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse caso a autoridade é entendida em um sentido particular reduzido, ou seja, na medida em que é condicionada por uma estrutura política profundamente hierárquica, numa visão de desigualdade entre os homens, excluindo ou reduzindo ao máximo a participação do povo no poder, e normalmente contendo um notável emprego de meios coercitivos.

O caso do Uruguai completa essas características, dado que a repressão desenrolada em todos os âmbitos da sociedade destruiu qualquer forma de participação popular no governo, o qual era composto pelas FFAA com apoio de um corpo civil. *A autoridade entendida em sentido particular reduzido* pode ser explicado na forma em que foi organizado o governo a partir de 1973.

As Forças Armadas ocuparam a grande maioria dos postos de Administração Pública, a direção dos Entes Autônomos, a chefia da Polícia, as prefeituras. Por sua vez, governam através do Conselho de Segurança Nacional (COSENA), criado - como já se destacou – no acordo de Boiso Lanza; através do Estado Maior Conjunto (ESMACO) e a Junta de Comandantes em Chefe. O Parlamento é “substituído” por um Conselho de Estado<sup>12</sup>, nomeando os militares a civis que apoiavam o regime para que o integrem. O Poder Executivo manter-se-á em pé, uma vez que foi o presidente quem dissolveu o

---

<sup>12</sup> Formou-se três Conselhos de Estado. O primeiro funcionou desde 1973 a 76, com 25 integrantes. O 2º de agosto de 76 a 81, 25 integrantes. Pelo AI 11, julho de 81, amplia-se o número de conselheiros a 35. então o 3º conselho contará com essa quantidade para a *aposentadoria* pela cessação das atividades do organismo (AI 11, outubro de 84).

Parlamento, levando a que Bordaberry continue em suas funções até sua deposição em 1976. A partir dessa data, e pelo Ato Constitucional N° 2, é criado o Conselho da Nação, integrado por 49 membros (os 25 conselheiros de Estado e os 24 militares da Junta de Oficiais Gerais). Esse órgão é quem designa o presidente da República, os membros do Conselho de Estado, ministros da Suprema Corte de Justiça, do Tribunal Administrativo e da Corte Eleitoral.

Isso dá sentido à ausência de qualquer mecanismo de participação popular, fazendo desaparecer as figuras representativas.

Continua Stoppino: “Os regimes autoritários se caracterizam pela ausência de Parlamento e de eleições populares, ou quando tais instituições existem, pelo seu caráter instrumental, ou pelo predomínio do executivo. O pluralismo partidário é proibido ou reduzido a um simulacro sem incidência real.” (In: BOBBIO, 1983, p. 100). No primeiro caso, esta caracterização identificaria a situação uruguaia, que não mantém nem a paródia do parlamento nem as eleições; e no segundo, o exemplo brasileiro do “simulacro sem incidência real”.

Dadas essas características de governos autoritários, podemos observar muitas semelhanças com os governos ditatoriais, já os limites entre autoritarismo e a ditadura não seriam nada claros, conforme essa teoria.

Guillermo O’ Donnell (1987) introduz o termo “Estados Burocrático Autoritários” para designar um tipo de estado particular, que é distinto do “autoritarismo tradicional”, também por ele designado como sendo o do populismo e do fascismo. O BA (Estado Burocrático Autoritário) acontece na América Latina, iniciando-se na década de sessenta no Brasil e na Argentina, e em anos posteriores no Uruguai e Chile, porque esses estados eram os mais complexos e modernos da região.

Esse autor o classifica em dita tipologia porque cumpre as características definidoras do tipo BA, sendo que:

1. O governo é ocupado por pessoas bem sucedidas nas carreiras de organizações complexas e altamente burocratizadas. No caso do Uruguai essas pessoas são provenientes do Exército.

2. São sistemas de exclusão política, fechando o acesso do setor popular e seus aliados ao Estado, desativando-os politicamente. O desativamento político aconteceu desde

o começo decretando a ilegalidade dos sindicatos, grêmios estudantis e de alguns grêmios políticos. Uma vez que os BA são, em grande medida, resposta a uma profunda atividade política do setor popular que é percebida por outros setores como uma ameaça.

3. São sistemas de exclusão econômica porque reduzem e transpõem ao futuro as aspirações do setor popular de participação econômica.

4. Correspondem a uma etapa de importantes transformações nos mecanismos de acumulação de suas sociedades, as quais formas parte de um processo de “aprofundamento” de um capitalismo periférico e dependente, porém dotado de uma longa industrialização.

Sua tese central é que esses governos, ou melhor dito, Estados, são entendidos na estrutura de mudança de certo tipo de capitalismo, com o interesse crescente das transnacionais na América Latina. Os anos prévios dos BA davam certa insegurança sobre o futuro do contexto social, apresentando uma situação de ameaça que impossibilitava o Estado controlar as flutuações econômicas, e as multinacionais não estavam dispostas a investir, dado esse contexto. Ao se excluir o setor popular lograva-se a “ordem”, o que por sua vez debilitava a classe trabalhadora a nível de empresa, e assim aumentavam os estímulos para investimento de capital internacional. Analisaremos, a seguir, os efeitos econômicos gerados pela implantação desse modelo neoliberal no Uruguai.

O economista Danilo Astori (et al. 2004, cap. 5) divide a política econômica da ditadura em duas etapas, sendo ambas dirigidas pelo mesmo alinhamento neoliberal. A primeira compreende-se entre 1974 e 1978, com a condução do ministro Alejandro Vegh Villegas, na qual é instaurada o modelo neoliberal, e na segunda (1978 – 1982), tutelada por Valentín Arismendi e Gil Díaz, aprofunda-se o modelo.

O modelo econômico da ditadura partia dos pressupostos neoliberais adaptados num país subdesenvolvido e com um governo autoritário. Buscava-se a inserção do país no âmbito internacional, e a facilitação do ingresso de capitais estrangeiros, levando o governo a manter baixos os salários e benefícios, gerando assim um estímulo para o investimento. Isto foi levado adiante pela promulgação de leis extremamente liberais ao investimento estrangeiro, deixando fora de órbita estatal o controle sobre o tipo de investimento gerado, admitindo, por exemplo, remessas ao exterior de 20% do capital investido.

Com respeito à produção nacional, a agricultura e a criação de gado mantinha-se estancado, favorecendo-se os setores industriais, já que as exportações de “produtos não tradicionais” (arroz, aparelhos elétricos, têxtil, papel, etc.) eram subsidiadas. Mas, não por causa disso poderia se concluir, ao dizer de O’Donnell, que um modelo industrializador foi levado adiante. Essa política subsidiária será eliminada no segundo período (1978-82).

Ainda que se incrementasse o papel das exportações, o déficit da balança de pagamentos continuou durante o período, posto que as importações apresentaram uma evolução simultânea. Isso levou a um notável crescimento da dívida externa que, segundo os dados de Astori, passou de 956 milhões de dólares no final de 1974 a 1.234 milhões em 1978. Apesar dessas drásticas cifras o PNB do país cresceu numa taxa de 5% ao ano, no período de 1974-1980. (ASTORI; et al. 2004, p. 161).

Coincidentemente com o estabelecido por O’Donnell (1987), o papel das massas populares na divisão de riqueza se reduziu pelo congelamento dos salários e benefícios durante todo o período. Por sua vez, mantinha-se num nível muito elevado os índices de desemprego, que não derivaram em colapso social porque a emigração se constituiu numa válvula de escape.

Na segunda etapa demarcada, que termina com uma grande *débacle* econômica em 1982, aprofunda-se o modelo neoliberal por meio da liberalização das atividades financeiras, convertendo o país “produtivo” numa praça financeira e de especulação imobiliária, não setores produtivos.

A implementação do BA no Uruguai não teve o êxito econômico do qual puderam jactar-se os militares brasileiros ou chilenos. Muito pelo contrário, o ano 82 está pautado pelo fracasso da política de liberalização das atividades financeiras a qual termina em colapso, e “casualmente” com o triunfo dos grêmios de oposição ao regime nas eleições internas que celebravam os partidos políticos, preparando a abertura.

Desde uma perspectiva da filosofia política que complementa essa análise, é preciso introduzir as contribuições da teoria arendtiana [s.n] sobre o conceito de autoridade, autoritarismo e governo autoritário.

Primeiramente essa autora define o conceito particular de “poder”, que difere tanto da identificação do poder como repressão, como é analisado por Foucault, e do poder como



sinônimo de governo. Para Arendt, o poder é o consenso entre muitos. O consenso é poder potencial, e este somente existe quando as pessoas estão de acordo.

De acordo com essa autora, as ditaduras usam a violência, já que não possuem em si mesmas o caráter de consenso originário do poder. Conque o principal meio de domínio seja a violência, a censura, a eliminação das liberdades individuais, as ditaduras precisariam uma base de poder.

Arendt afirma que a autoridade desapareceu do mundo moderno, e na crise de autoridade foi que emergiu uma nova forma totalitária de governo. Como a autoridade exige obediência, confunde-se com o poder ou com a violência, de acordo com Arendt, quando a coerção e a violência são empregadas. Isso significa que a Autoridade desaparece.

A autoridade...pode ser investida em pessoas [...]; ou pode ser investida em cargos [...], ou em postos hierárquicos da Igreja [...] Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção, nem a persuasão são necessárias. Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo. O maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e o mais seguro meio para miná-la é a risada.” (ARENDR, 2001, p. 37)

Para Arendt, a autoridade pressupõe um reconhecimento por parte de quem obedece, e está assentada na tradição, em quanto que o autoritarismo é um exercício de poder garantido pela força, onde a necessidade de contar com instrumentos de violência é tão forte quanto seja a oposição.

São muitos os exemplos que poderiam ser citados sobre a “risada, a piada” que humoriza ou mesmo nega a autoridade do governo ditatorial, a despeito da grande censura estabelecida. Ao se iniciar a campanha com o lema “Ahora es diferente. Póngale el hombro el Uruguay”, apareceu pintado em Montevideo: “Ahora es diferente, hay más milicos que gente”. (Citado por MARTINEZ, 2005, p. 27). Assim como os alunos da secundária, quando lhes era exigida a utilização do uniforme (inclusive gravata), logo após passar pelos porteiros, jogavam-na pela janela aos que estavam por entrar. Ou então a forma de cantar o Hino Nacional, ou melhor, de não cantá-lo, pronunciando apenas a frase: “Tiranos temblad”.

A sátira foi a forma que se encontrou para desacreditar as diretivas que se queriam implementar, o que denota que, se foram necessárias campanhas de “propaganda” como uma extensão da repressão, a real autoridade não existia, já que esta não implica nem em coerção física nem em persuasão.

Arendt (2001) destaca, contrariando a tradição liberal do século XIX, a diferença substancial entre restrição de liberdade em governo autoritários e a abolição da liberdade política em tiranias e ditaduras. O governo autoritário limita os direitos, porém não os elimina completamente, senão perderia sua essência e se transformaria em tirania. O governo autoritário está limitado por leis, pelo direito natural, ou pelos “mandamentos divinos”, porém não por decretos ou leis feitas unicamente pelos detentores do governo. Se fosse assim, seria uma tirania.

De acordo com a origem dessa autoridade nesse tipo de governo, diz Arendt: “[...] é uma força externa e superior a seu próprio poder; é sempre dessa fonte, dessa força externa que transcende a esfera política, que as autoridades derivam sua “autoridade”- isto é, sua legitimidade- e em relação à qual seu poder pode ser confirmado.” (ARENDR, 2001, p. 37). Sendo assim, a imagem que ela propõe para o governo autoritário é a de uma pirâmide. No cume é onde está a fonte da autoridade, que é externa e superior, e vem se infiltrando de cima para baixo. Esse seria o governo menos igualitário de todos, já que incorpora a desigualdade e a distinção como seus princípios ubíquos.

As ditaduras seriam autoritárias não na acepção que utiliza Arendt, senão que no sentido negativo, de déspotas, violentas. Um governo que possui Autoridade é justamente aquele que não usa a violência, por isso não se deve confundir autoritarismo com Autoridade. Para Arendt o governo autoritário é o que goza dita autoridade.

Poderíamos dizer sinteticamente que os governos ditatoriais estariam mais próximos a uma tirania, porém uma tirania de grupo, que a um governo autoritário. Nas ditaduras não existe o respeito pelos direitos individuais, e há o uso tanto da coerção física, da tortura, quanto, secundariamente, da persuasão mediante inúmeras campanhas de propaganda. Sob a máscara da persuasão se esconde a violência, que se deixa entremostrear como parte da mensagem persuasiva. A violência e a tortura são inerentes às ditaduras, já que não se conhece uma “ditadura pacífica”, o que seria um oxímoro.

Por outro lado, as leis de uma ditadura são criadas pelos ditadores e a tradição legal é absolutamente ignorada. Nas ditaduras, “esquece-se” o princípio de separação de poderes entre o Executivo, o Judiciário e o Legislativo. A nova lei é arbitrária e responde aos interesses do grupo governante, seja para regulamentar o novo estatuto do governo, seja para dar uma fachada de “legalidade”. Por último, os governos autoritários estão vinculados à tradição e à religião, e daí recebem sua legitimidade.

Como já ressaltamos, Conselho da Nação era quem designava o membro do Poder Executivo, os integrantes do Poder Judicial. E, sendo que o Parlamento havia desaparecido do cenário político, designavam também os conselheiros de Estado. Isso simularia uma certa separação de poderes, posto haverem sido criados certos organismos que apresentavam um governo descentralizado que, entretanto, se originavam num mesmo organismo eleitor. É o “simulacro sem incidência real” a que se referia Stoppino.

Juan Linz se refere a *regimes autoritários* como tipo estáveis de regimes que possuem uma lógica interna própria que os situa entre dois pólos, a democracia e o totalitarismo. Ainda que não sejam democráticos, afastam-se também do totalitarismo por quatro elementos fundamentais: o pluralismo, a ideologia, a “liderança” e a mobilização. Define-o como:

Sistemas políticos com pluralismo político limitado, não responsável, sem ideologia orientadora e elaborada, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva exceto em alguns momentos de seu desenvolvimento, nos quais um líder ou, às vezes, um pequeno grupo exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas, na realidade, bem previsíveis. (LINZ, 1979, p. 121)

Linz não faz menção a “governos” senão a regimes, dado seu caráter de baixa especificidade. Esses regimes se caracterizam pela inexistência de uma ideologia elaborada, de uma débil mobilização da população, diferenciando-se de outros regimes autoritários mobilizadores, como o populismo, além da existência de um pluralismo limitado. A débil mobilização é devida a uma tentativa de despolíticação da massa de cidadãos, aos quais se tenta imprimir apatia, como um sentimento de alívio em relação às tensões do período anterior, de mobilização social nos anos sessenta.

Nos regimes “autoritários mobilizadores”, com variedade nacionalista ou populista, argumenta Linz, onde a mobilização é ali intensionalmente buscada.

Neumann, (1969) por outro lado, privilegia a absolutização do poder como algo definidor do conceito de ditadura, já que entende por ditadura o governo de uma pessoa ou grupo que arrogam o poder e o monopolizam sem restrições. Essa definição se aproxima claramente das características que, de acordo com Stoppino são fundamentais na ditadura: a concentração ilimitada de poder e a precariedade de suas regras de sucessão.

A concentração absoluta do poder pode ser num chefe carismático – nesse caso é poder pessoal – ou então num grupo, uma oligarquia. No Uruguai foi uma oligarquia, e a isso houve a resposta de que a eleição dos presidentes a partir da destituição de Bordaberry não recaísse sobre um militar. Cuidou-se de manter a suficiente coesão interna para que dentro deles não surgisse um líder estilo Pinochet ou Videla. No caso uruguaio, de acordo com Charles Gillespie, (In: O’DONNELL; SHMITTER; WHITEHEAD (ed), 1988) existiu um “governo autoritário colegiado” que produziu a “feudalização” como resultado da administração pública e seus problemas derivados da falta de coordenação.

O poder ditatorial não é freado pela lei, senão que se põe por sobre ela e a transforma de acordo com sua vontade. “Este absolutismo do poder ditatorial torna característica imprevisível e irregular a conduta do ditador ou da elite ditatorial”, afirma Neumann (1969, p. 265)

Diante desse ponto, é válida a distinção feita pela teoria arendtiana entre governos totalitários e ditatoriais, levando a que o binômio “ditadura totalitária” não faça sentido nessa conceitualização, já que aparecem como termos distintos. O totalitarismo não pode ser igualado aos conceitos anteriores (seja democracia, aristocracia ou monarquia) já que é um acontecimento novo, levando em conta a tradição heideggeriana de entender o que acontece “de repente”. Como é algo que acontece de repente, como uma revolução, não pode ser analisado a partir de velhos conceitos. Ainda que se assemelhe à tirania (polícia secreta, arbitrariedade, morte), existem diferenças. Num regime de tirania é feito o que o tirano quer. Aqui não. Não é um regime baseado em paixões, é um “cinturão de ferro”, onde todos são prisioneiros. (HEUER, 2003) Nos totalitarismos, diferentemente das ditaduras, os membros de uma sociedade são isolados da vida cotidiana. É um movimento de indivíduos isolados.

No que se refere ao “terror” diante de seus inimigos:

A diferença entre a dominação totalitária, baseada no terror, e as tiranias e ditaduras, estabelecidas pela violência, é que a primeira investe não apenas contra seus inimigos, mas também contra seus amigos e apoiadores, temendo todo poder, mesmo o poder de seus amigos. O ápice do terror é alcançado quando o Estado policial inicia a devoração de suas próprias crias, quando o executante de ontem torna-se a vítima de hoje. (ARENDDT, 2001, p. 43-44)

Nos totalitarismos, o inimigo pode ser qualquer inocente sem opiniões políticas dissidentes, ou até seus mais fervorosos defensores – como no caso da URSS de Stalin - sempre e quando faça oposição ou enfrente as leis Supremas: a da Natureza, no nacional-socialismo, a da História no stalinismo. As ditaduras têm seus inimigos claramente definidos – comunistas, revolucionários, democratas, liberais, ativistas sociais-. E os ditadores, afirmaria Arendt, não se situam por sobre as leis, senão que as criam.

A ditadura age fora da lei e se situa num plano superior a essa. O totalitarismo age sobre uma lei superior que é criada (Natureza, nazismo, História, Marxismo). A lei totalitária dirige todas as ações de um indivíduo. Ao contrário, na lei de ditadura aquilo que não é expressamente proibido é permitido. Há elementos que são similares como a censura, a tortura e a propaganda. Porém não chegam a uma semelhança mais fidedigna. De acordo com Arendt, o totalitarismo seria um objetivo ambicioso para as ditaduras já que para que seja possível um governo totalitário é preciso um material humano em quantidade suficiente para permitir a existência de um domínio total – qualquer que fosse – assim como elevadas perdas de população para a implantação do sistema. Os únicos exemplos de totalitarismo são a Alemanha de Hitler e a URSS de Stalin, depois existem ditaduras unipartidárias (no caso da Itália de Mussolini) ou ditaduras não totalitárias na Europa pré-Segunda Guerra Mundial (Portugal, Espanha, Hungria, etc.), porém nunca ditaduras totalitárias.

A conduta do ditador ou do grupo governante não é tão imprevisível e irregular como ressalta Neumann. No Uruguai, como no resto da América Latina, existiam certas idéias e princípios contraditoriamente “vagos” e “claramente” definidos: Pátria, Nação, Segurança, Família, Ordem, que estruturavam todo corpo ideológico. Pode-se questionar a multiplicidade de condutas que contraditoriamente se analisariam como patriotas ou antipatriotas, nacionais ou antinaiconais, ao mesmo tempo. Dessa perspectiva, a conduta

dos ditadores se apresenta como imprevisível; a insegurança geral reinando em nome da segurança não se apresenta nem como muito coerente nem claramente definida.

Por último, com respeito a sucessão do poder ditatorial, Stoppino ressalta a debilidade das regras sucessórias. “E não pode garantir sua continuidade, de modo ordenado e regular, nem com o processo democrático, de que é negação, nem como princípio hereditário, que contrasta com as condições políticas objetivas e com sua pretensão de representar os interesses do povo. Daí o caráter precário das regras de sucessão no poder”. (In: BOBBIO, 1983, p. 371)

As ditaduras modernas, ainda que tendam a se auto-apresentar como “temporárias”, não têm uma duração antecipadamente fixada, e sua permanência depende das vicissitudes da história. No caso de regimes ditatoriais latinoamericanos, os exemplos variam; sem embargo, é possível afirmar que no começo desses regimes nenhum se apresentou como duradouro, pelo contrário, apresentaram-se como algo “acidental” ou circunstancial, que permitiria às Forças Armadas o estabelecimento da ordem na sociedade, e em alguns casos até organizar um novo ordenamento econômico e político. Muitas vezes tentariam perpetuar-se no poder, desafiando a tradicional função das Forças Armadas.

Esse ciclo é enquadrado na periodização realizada pelo cientista político Luis E. González, (Citado por CAETANO; RILLA, 1994) dividindo o regime ditatorial uruguaio em três partes. A primeira etapa é a chamada “**Dictadura Comisarial**”, que vai de 1973 a 1976, caracterizou-se pela incapacidade de instrumentalizar um projeto claro de governo, e foi a tentativa de “por a casa em ordem”. O novo Uruguai que os militares desejavam instalar estava baseado em dois pilares constantes da Doutrina de Segurança Nacional: Segurança e Desenvolvimento. Por segurança se entendia a eliminação daqueles considerados “subversivos” ou “marxistas”<sup>13</sup>, higienizando a vida política do gérmen que a adoentou. A partir disso, desenvolver o “ser nacional”, pelo que as FFAA se reservariam o papel de tutela do país.

Como destaca Pierre de Senarclens, o desenvolvimento do país é um mero pretexto, já que os ditadores militares trabalhavam para interesses transnacionais, e prendiam ou

---

<sup>13</sup> Sob esse nome, incluía-se um amplo espectro de pessoas: comunistas, socialistas, sindicalistas, profissionais liberais, defensores de direitos humanos, ativistas sociais, tupamaros, ou qualquer um que haja tido alguma “conducta sospechosa”.

exilavam as pessoas cujos recursos intelectuais eram os mais necessários para o desenvolvimento de um país. “La política absurda y criminal de los dictadores son contrarias a todas las condiciones que aparecen desde el Renacimiento para el desarrollo”, conclui o autor. (SENARCLENS; et al. 1985, p.173).

Entre esse primeiro período, 1973 e 1976, o governo aparecia “aparentemente” dirigido por um civil, já que o presidente não havia sido destituído (seria em 1976), e o regime era denominado pelos militares de “Processo cívico – militar”. Bordaberry mesmo destacará que o verdadeiro “golpe” acontece quando ele é destituído, porque ele era a figura do poder legítimo, por haver sido sobrevivente do sistema político pre 1973.

Com a desculpa de alcançar a ansiada Ordem, desatou-se uma grande repressão que foi desarticulando toda oposição. Foram suspendidas as atividades políticas, ilegalizaram-se os sindicatos e grêmios estudantis. Houve intervenção na Educação, destituindo-se as autoridades da Universidade, do IPA (Instituto de Professores Artigas), e do Magistério. Amplas destituições de docentes são feitas<sup>14</sup>, em todos os setores, fecham-se os Institutos de Formação Docente, e então se intervem na Universidade. Toda esta onda de repressão e violência ia acompanhada de uma árdua campanha publicitária que buscava melhorar a imagem do regime, por meio da “campanha contra a pornografia”, “contra o grafite”, entre outras. Eles acreditavam ser participantes de uma revolução que o país estava vivendo. Não só foi usada publicidade senão que se apropriaram da História, realizando celebrações de festejos aos 150 anos da declaração da independência, declarando em 1975 o “Ano da Orientalidade”. Todos os militares que haviam tido destaque na História Nacional foram renascidos, como veremos nos capítulos 2 e 3. Os restos do Gral. Latorre foram repatriados (o antecessor na usurpação do poder). A condição de militar de Artigas foi ressaltada e, como forma de homenagem, lhe foi criada uma praça com um grande Mausoléu.

Nas palavras de O’Donnell (1978), nos primeiros períodos dos Estados Burocrático Autoritários eles estão marcados pelo isolamento político provocado pela exclusão do setor popular e pela desilusão dos aliados que possuíam ao início.

---

<sup>14</sup> São destituídos quase 3 mil docentes nas três categorias de ensino, sendo que a maior parte correspondi ao primário e secundário (10 mil destituições no país).

A segunda etapa é a chamada “**Ensayo o Dictadura Fundacional**”, que vai até 1980. Segundo Caetano e Rilla “las Fuerzas Armadas confiaban en que si sorteaban la presión internacional y eliminaban la influencia de los partidos políticos, su proyecto lograría cobrar legitimidad explícita ante la población mediante el voto popular” (CAETANO; RILLA, 1998. p.130) Conseguindo justificar essa ordem por meio do sufrágio, ou então criar uma legitimidade no futuro, sobre o que nos referiremos no capítulo seguinte. Na produção discursiva do período fundacional é que se concentra nossa análise.

1976 era um ano eleitoral, e por esse motivo ou se declarava a abertura ou então algum tipo de projeto político concreto que pudessem levar a cabo. Os desacordos internos entre Bordaberry e os militares levaram a sua destituição e sucessiva substituição por Demichelli.

O novo presidente Demichelli assinou os Atos Institucionais 1 e 2 que suspendem as eleições e criam um “Conselho da Nação” (integrado pelo Conselho de Estado e a Junta de Oficiais). Portanto, as idéias de todas as camadas do governo estavam vinculadas às decisões de um órgão militar (Junta de Oficiais Gerais) e outro designado por eles (Conselho de Estado). Consecutivamente foi decretada a proscricção de todos os políticos com atuação nos últimos anos. Demichelli negou-se a assiná-lo e foi substituído por Aparicio Méndez, que ditara o Ato Institucional nº 4, que se analisará no próximo ponto.

A partir de 1978 é realizada uma pequena abertura do regime que desembocará no Plebiscito de 1980, pondo em votação seu projeto de Constituição. Com seu fracasso, surge a nova etapa, a “**Dictadura transicional**”, onde se vão tecendo as bases para a abertura democrática, e os acordos interpartidários com os militares culminam no Pacto do Clube Naval (1984).

#### IV

A partir do que expusemos sobre a legislação emanada e sua tentativa de *legitimação – justificativa* na elaboração de uma Constituição, passaremos a analisar as acepções que esses termos, utilizados muitas vezes como sinônimos, têm na teoria política.

Na linguagem política, de acordo com Lucio Levi, (In: BOBBIO, p. 675), Legitimidade se refere a um atributo do Estado, que consiste na presença de um grau de consenso, de uma considerável parcela da população, capaz de assegurar obediência, sem



necessidade de recorrer ao uso da força, a excessão de casos esporádicos. Entretanto, todo poder busca alcançar o consenso de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão, até em governo ditatorial. Então, Legitimidade não é vista só como consenso, mas sim como um certo consenso fundamental para a Legitimação de um regime ou de um governo por parte do corpo político.

Quando o governo é instável, a força de sua própria presença acaba criando um consenso necessário. Quando, ao contrário, o governo está em crise, por haver entrado em contradição com a evolução da sociedade, entra em crise também o princípio da Legitimidade que os justifica.

De acordo com essa análise, a legitimidade do Estado é uma situação desejada porém nunca alcançada totalmente, e um Estado é legítimo na medida em que os homens que compõem o corpo social possam manifestar livremente o consenso e são conscientes dele. Nas palavras de Levi, a legitimidade se dá: “[...]na medida em que se consegue se aproximar à idéia. Limite da eliminação do poder e da ideologia nas relações sociais.”(In: BOBBIO, p. 675)

Hannah Arendt (2001) aborda a temática da legitimidade partindo de uma perspectiva diferente, porém se aproxima da idéia inicial de consenso. A teoria arendtiana parte de outros pressuposto de análise: a diferença entre poder e governo é a chave. Por um lado, *poder* se refere à habilidade humana de agir em consenso, onde o poder não é nunca propriedade de um indivíduo, senão que pertence a um grupo na medida em que esteja unido. Quando alguém “está no poder”, isso implica que haja sido eleito por um certo número de pessoas para agir em seu nome. Se esse grupo desaparece, “seu poder” se desvanece com ele. Então, de acordo com isso, o poder não precisaria de legitimidade, sendo essa inerente à própria existência das comunidades políticas, o que realmente necessita é de justificativa. No vocabulário arendtiano, justificativa e legitimidade não são sinônimos, como tampouco são obediência e apoio. “O poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que de qualquer ação que então possa seguir-se. A legitimidade, quando desafiada, ampara-se a si mesma em um apelo ao passado, enquanto a **justificação remete a um fim que jaz no futuro**”. [sem grifos no original] (ARENDR, 2001, p. 34)

A legitimidade se apresenta como um requisito anterior ao poder, já que está no início desse. Porém, quando um governo carece de poder, na concepção arendtiana, começa a utilizar-se da violência como instrumento para exercer seu domínio, e esse precisa de um justificativa; nisso consiste a distinção entre legitimidade e justificativa.

Pierre de Senarclens diferencia o conceito de legalidade e legitimidade. Um governo por ser capaz de ditar leis, não por isso é legítimo, os governos tirânicos ditam “suas próprias” leis, como também diferenciava Arendt. Nesse caso, o governo totalitário é o mais legal de todos, segundo estabelece essa autora, porque seguem às leis da Natureza e da História que são superiores e dariam origem ao resto das leis positivas, criadas pelos homens.

[...]longe de ser ‘ilegal’, recorre à fonte de autoridade da qual as leis positivas recebem a sua legitimidade final; que, longe de ser arbitrário, é mais obediente a essas forças sobre-humanas do que qualquer governo jamais foi; e que, longe de exercer o seu poder no interesse de um só homem, está perfeitamente disposto a sacrificar os interesses vitais e imediatos de todos à execução do que supoe ser a lei da História ou a lei da Natureza. (ARENDR, 1989, p.)

Retornando a Senarclens, ele destaca que não há critérios absolutos para definir a legitimidade. “Desde el siglo XVIII se admite que un gobierno legítimo es el que cuenta con principios de autoridad realmente aceptados por la comunidad es que puede imponer su poder y sus leyes sin recurrir a una violencia sistemática, durable y generalizada.” (SENARCLENS, et al. 1985, p. 14).

O consenso da população e a inexistência de uma violência sistemática para conseguir obediência se situam, se seguimos as propostas desses autores, entre os elementos que constituem um governo legítimo.

A ditadura no Uruguai não poderia buscar uma legitimidade para seu poder porque simplesmente seu poder era ilegítimo por não possuir o consenso inicial que lhe daria esse caráter, e portanto aí estaria a necessidade de uma extrema violência, repressão e propaganda em todos os meios. Cria-se, em 1975, durante a presidência de Bordaberry, a DINARP (Direção Nacional de Relações Públicas), que era o mecanismo para fazer chegar à opinião pública o “processo revolucionário” que se estava vivendo.

Descartada então a ação legitimante, reivindicamos a busca de certa justificativa a sua ação que entrava em contradição com as tradições democráticas que o Uruguai até esse

momento havia tido, por isso “se remete a um fim que se acha no futuro”, como dizia Arendt.

Os militares foram incapazes de propor outro tipo de modelo viável que fosse capaz de substituir o anterior, e por isso o fracasso na continuidade de seu governo, dentro das pautas políticas conhecidas plebiscitaram uma fracassada Constituição em 1980. Nas palavras de Alain Rouquié: “En el contexto cultural y normativo latinoamericano, los que detentan el poder militar saben siempre, sean cuales fueran sus discursos, que existe una legitimidad superior, la legalidad constitucional a la que no pueden pretender, pero a la que deben finalmente referirse”. (Citado por SENARCLENS; et al. 1985, p.17)

Nos discursos militares fala-se de democracia, legalidade e respeito à Constituição porque isso é o que é conhecido e aceito por todos, por mais que atuem como ilegais e anticonstitucionais – entre outras coisas – devem fazer-lhe referência. Quem realmente propôs uma nova forma de vida política, diferente da tradição democrática conhecida, foi o presidente Juan María Bordaberry no ano 1976, e pelo fato de não haver sido aceito pelos militares, foi deposto.

A idéia era muito inovadora, como ele mesmo disse: “Admito que mi postura era de alguna manera revolucionaria dentro de las costumbres políticas del país, y no sólo del país sino del mundo occidental” (Citado por CAETANO; RILLA, 1994, p. 263). Ele partia da base do desconhecimento da divisão tripartida dos poderes, “a la Montesquieu”, fazendo desaparecer os partidos políticos, substituído-os por “correntes de opinião”. Porém os militares o negaram.

Sobre essa atitude dos militares de apoiar a continuação da tradição partidária do país, as análises divergem. Caetano e Rilla (1998) enveredam pela tese de que os militares “ouviram” o conselho de Alejandro Vegh Villegas (Ministro da Economia do regime), o qual manifestou num memorando que a desapareição dos partidos políticos supunha deixar um espaço vazio que poderia ser ocupado pelas correntes de esquerda agrupadas em torno de uma frente popular (de fato, já haviam aparecido na Frente Amplia, nas eleições de 1971).

Por outro lado, Charles Gillespie (In: O'DONNELL; SHMITTER; WHITEHEAD, (ed), 1988, p. 270) se inclina à tese de que os militares se opuseram a mudar a tradição partidarista do país porque viviam sua intervenção como algo que

restabeleceria (depois da depuração) a democracia bipartidária tradicional do país. O que havia de errado nos partidos não eram os partidos, mas sim os “maus uruguaios que os integravam”. Assim foi manifestado no Ato Institucional nº 4 (1º de Novembro de 1976), o qual suprimia os direitos políticos por 15 anos, incluindo o direito ao voto, da totalidade dos integrantes das listas para as eleições de 1966 e 1971. “[...] para preparar la incorporación de las nuevas generaciones a la vida política dentro de los Partidos Tradicionales, prescindir de aquellos hombres que no supieron estar a la altura de los acontecimientos [...]” (Citado por BRUSCHERA, 1986, p. 100).

Sob essas circunstâncias havia ficado proscrito o ex-presidente Jorge Pacheco Areco, que era um fervoroso defensor da nova ordem. Porém não o eram aqueles políticos que estiveram desempanhando cargos políticos na atualidade (os civis integrantes do Conselho de Estado e outros organismos). Portanto, os militares se mostraram fiéis aos Partidos que, ironicamente, não interviriam na vida política do país como tais (pelo menos não pelo momento) até que estivesse saneados por completo.

Sobre esse tema, Gillespie afirma: “Os militares mantiveram-se leais aos partidos tradicionais como parte de sua *orientalidad* (patriotismo), acreditando que uma aventura corporativa não seria bem-sucedida nem legítima [...]afirmando que a soberania repousava na nação, tal como a expressava o voto popular, acrescentando que era errado ‘culpar o sistema por erros e desvios pessoais’ ”. (In: O’DONNELL; SHMITTER; WHITEHEAD, (ed), 1988 p. 270)

A situação dos partidos políticos era díspar. Parte do Partido Colorado (os pachequistas) integravam os organismos do governo, outros ainda que hajam colocado-se na oposição (setor de Jorge Batlle) não sofreram o exílio. Ao contrário, o Partido Branco integrou a oposição, com exceção de alguns setores minoritários que integraram ao governo. O líder do partido, Wilson Ferreira Aldunate, havia organizado no exílio o que foi chamado de Convergência Democrática no Uruguai, integrado por todos os opositores do regime, incluindo os comunistas. Ele realizou uma grande campanha no exterior de denúncia à violação dos direitos humanos, chegando a recorrer ao Congresso norteamericano e a diversos organismos internacionais.

A própria tradição partidária que haviam vivido os militares os levou a não eliminar os partidos tradicionais. E na medida em que estivessem tutelados, teriam um papel no “Novo Uruguai”.

Seja pelo motivo que fosse, os militares continuaram com as regras legais conhecidas, ainda que de maneira teórica, o que os obrigava a que quando quisessem dar um toque “legal” ao seu governo e rodear-se de apoios mais duráveis, buscaram os mecanismos já existentes: levaram a plebiscito um projeto de reforma da Constituição. Era a premissa de primeiro atuar para então legalizar suas ações.

A Constituição era o mecanismo idealizado pelo governo para criar, paradoxalmente, “uma democracia sem conflitos”, estabelecendo um forma “democrática republicana de governo”. Com relação aos direitos civis, regulamentou-se a formação dos sindicatos, permitiu-se a greve por iniciativa do Executivo, porém proibida aos funcionários públicos. O Poder Executivo concentrava grande poder, e apenas um candidato, que fosse aceito pelos militares, deveria ser apresentado para integrá-lo. Seguiu a existência de um organismo para a “tutela” política de parte das FFAA, o Conselho de Segurança Nacional (integrado pelos Comandantes em Chefe das três armas como membros permanentes), seria a institucionalização do COSENA. Criava-se um Tribunal de Controle Político, e seus integrantes, designados pelo Executivo, tinha o poder de sancionar atos de autoridades nacionais, departamentais ou partidárias” que afecten gravemente el ejercicio de la función o la dignidad de su desempeño”.

Com o propósito de criar uma legitimidade para o futuro político do país, fez-se necessário recorrer ao consenso, para o que se fizeram grandes campanhas publicitárias em favor do SIM, e até um “Mundialito de Futebol”, no qual o Uruguai saiu vitorioso. Os resultados acusaram um NÃO de 57.9% dos votantes.

À falta de legitimidade foi forçoso uma justificativa. Ou melhor dito nas palavras de Ansart (1978) à criação de um imaginário coletivo ao qual a comunidade aspire sua identidade, suas aspirações a a linhas gerais de sua organização. Pela tentativa de criação de uma nova identidade aparecem numerosas publicações feitas no período, sendo parte delas a fonte documental dessa pesquisa.

## CAPITULO I NA FUNÇÃO DE HISTORIADORES?

A década de sessenta se havia apresentado muito frutífera na edição de livros de História. Por sua vez, no período militar e paradoxalmente à censura e à perseguição ideológica, é publicada grande quantidade de livros historiográficos de docentes destituídos que se dedicaram proveitosamente a escrever, como os editados pela “Banda Oriental”, ainda que o acesso a certos documentos e fontes não fosse fácil. Por outro lado, editam-se, de parte do governo, livros de “História”, porém não de autoria de algum historiador conhecido. É a Junta de Comandantes em Chefe do Exército quem assina.

Ao contrário do que aconteceu em outras ditaduras – a de Franco pode ser um grande exemplo – não se apresentaram, ou pelo menos não publicamente, muitos historiadores pró-regime<sup>15</sup> que hajam assumido com seu nome a escritura dos livros da História Oficial. Washington Reyes Abadie se destaca por receber o encargo de escrever certos artigos e ditar algumas conferências no Centro Militar, sem ter a tarefa da escritura da História Oficial. Talvez esta fosse uma função demasiado importante para ser encomendada a um “simples” civil na época de total protagonismo das FFAA.

Descartados os historiadores para assumir a função de “escribas” da “Nova” História, correspondente ao “Novo” Uruguai, são os próprios militares que desempenham dita tarefa. Eles mesmos manifestaram a necessidade de sair dos princípios de *moderação e abstenção* que os caracterizava, e começaram a escrever História: “[...] apartarse de aquellos principios, así como del concepto clásico de que la Historia reclama una perspectiva lejana, desapasionada y neutral”. (JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE, 1978, p. 1-2)

Desta citação podemos perceber o novo posicionamento dos “historiadores” ao abandonarem os princípios da profissão militar que aparentemente – pelo citado – pouco

---

<sup>15</sup> Os historiadores renomados da época que devem ser considerados pró-regime são Washington Reyes Abadie, María Luisa Coolighan (que foi conselheira de Estado 1973-76), Mauricio Schurmann (desempenhando papel de inspetor de história na Educação Secundária).

tem em comum com os princípios de quem escreve História. E por outra parte, vemos que consideram essa disciplina como “neutra” e “desapaixonada”, ainda que devam se afastar desses princípios, afirmando que não buscarão a objetividade.

Na análise que se segue, nos centraremos nos seguintes pontos: aproximação à historiografia positivista; tratamento que se faz das fontes; utilização de dados irrelevantes para dar credibilidade ao discurso; anulação de todo discurso historiográfico sobre o tema; afirmação de uma única verdade; exaltação intencional de feitos e personagens paralelamente à omissão e silenciamento de outros; falta de análise científica conjuntamente ao excesso de juízos de valor; redação novelesca. Serão esses, então, os elementos mais destacados.

### **Ao documento, um monumento**

Os autores dos textos demonstraram um grande acervo documental, talvez pela situação de privilégio em que se encontravam, pois acusaram ter acesso a certas fontes históricas que não são conhecidas ou não são citadas em outros textos. Esta situação levou a que os utilizassem exageradamente, elevando-os a “monumentos”, e a que o simples ordenamento cronológico dos mesmos dera como resultado “o relato histórico”.

A utilização excessiva de documentos é uma característica do livro didático do 6º ano, e dessa forma não permite outro aprendizado que não seja a memorização. Por outro lado, não se sabe se os documentos que se citam são verdadeiros ou apócrifos, já que não se diz de onde foram extraídos e se duvida que o resto dos historiadores tenha acesso a eles. Podemos observar quando são fotografados alguns selos que nos dão detalhes donde se encontram: “Arquivo Geral da Nação Argentina”, “Arquivo do Rio de Janeiro”, “Arquivo Geral da Nação do Uruguai”, mas totalmente ilegível, não se busca informar de onde foram extraídos. Vemos também o árduo trabalho de quem recompilou essa documentação que exigiu pesquisa em vários países.

Estes documentos são apresentados como com “poderes didáticos”, já que possibilitam o repetição da lição, e a sua compreensão como a mera narração dos sucessos de uma tarefa tão árdua como o “profundo significado” das coisas, tal como pontuava o autor: “Nada mejor que ese documento para repasar los acontecimientos de 1811, para comprender a través de la narración de los sucesos, por su principal testigo, el profundo

significado de esta etapa de la vida de nuestra Patria, para valorar a lo largo de estas páginas cual es el sentir de la Orientalidad”. (1982, p.46) O milagre também se observa através da possibilidade de o documento falar, e já não só “por si mesmo”, senão de expressar o sentimento dos mortos.

Cada oração é uma informação histórica diferente que salta vários anos ao passar de uma a outra. Numa página é citada a expansão portuguesa do século XVII – XVIII, o ano 1810, a expulsão dos Jesuítas da América, a luta entre os portos de Montevideu e Buenos Aires (fins do século XVIII, inícios do XIX), a Banda Oriental ao iniciar o XIX. É muita informação seguida, e tão somente se faz referência, sem realizar nenhuma explicação. O excesso de informação ao máximo acontece num parágrafo que cita duas datas, com três nomes completos, suas respectivas ocupações, e quatro lugares geográficos: “Este episodio tuvo lugar el 15 de febrero de 1811. El día 26 de febrero ubicamos, de paso, por Nogoyá, al capitán José Artigas junto al cura de la Colonia don José María Enrique de la Peña y al teniente don Rafael Hormiguera. Luego de atravesar Entre Ríos y Santa Fe llegan a Buenos Aires”. (1982, p.12)

Por outra parte, realizam-se amputações, destaques em negrito sem fazer o devido esclarecimento que não se encontra assim no original.

**El dulce grito de la libertad penetró mi oído** y yo tuve la ocasión de manifestar unos sentimientos que respiraron cuando yo. **La idea de la felicidad de mi país lisonjeó mis deseos y el augusto gobierno de los hombres libres hizo el resto: súbito siempre de sus respetables decisiones, me distinguirá la obediencia y habré cumplido mis deberes sólo cumpliendo sus órdenes.** Pasé a esta Banda Oriental de Segundo Jefe de la tropa común que se dignó auxiliar a mis compaisanos; llegaron los últimos acontecimientos ya más de **setecientas familias han fijado su protección en mí**, el grito de ellas, de los ciudadanos, de la campaña, todo empeña su sensibilidad y aun mi honor cuando me hacen causa de su laudable compromiso y de sus pérdidas remarcables; **me hacen conocer que abandonar esta Banda envuelve algo más que su lamentable desgracia** y yo, mediante la determinación de usted, hallo necesario corresponder a sus deseos, el oficio que me dirige usted, **con fecha 23 del corriente me anuncian una comisión de que seré sustituido por el señor diputado doctor don Julián Pérez, orientado de ella avisaré mi resolución a usted sin que se halle en lo más mínimo algo incompatible con mi subordinación y con la gran causa que sostenemos.** [sic] (1982, p.34)

Na época da revolução oriental, é confundida com a biografia de Artigas. Nesta citação, “monta-se” a história, por meio da exaltação em negrito, se são referentes à devoção de Artigas e o que a ele se refira da “adoração” deste a “seu povo”. Também



destaca-se as datas e os lugares, as táticas militares assim como os adjetivos que se podem considerar de “nacionalismo incipiente” em Artigas.

O recurso do negrito é utilizado intencionalmente, para fazer uma espécie de resumo do texto destacando o mais importante. É uma história descritiva, e não explicativa, por isso faz-se uso freqüentemente “os testemunhos oculares” que relatam tal qual foi. No caso do “êxodo” do povo oriental, se cita uma testemunha “presencial”, Carlos Anaya, e seu relato é tido como o do autor do livro, já que o transcrevem sem fazer nenhuma crítica. Quem melhor que alguém que presenciou os fatos para relatá-lo? A História é vista como um conto, e quem esteve ali saberá contá-la melhor: não é necessário intervir sobre os documentos que já dizem tudo.

A utilização excessiva de documentos inibe o discurso do autor que nem sequer aparece no primeiro tomo que é dedicado a Artigas. No segundo tomo se avalia a utilização de fontes e são emitidos juízos de valor por meio do discurso do escritor, sobre acontecimentos ou personagens determinados, sem recorrer a fontes. O século XX vai se apresentar como sombrio e afastado daqueles ideais do relato romântico da gesta artiguista.

No primeiro tomo, das 20 páginas iniciais, 16 estão compostas por documentos: cartas de Artigas, intercaladas de fotos, quadros, ou personagens que eram citados em cujos documentos, com fotos dos mesmos, excelente exemplo de valorização das fontes como História em si mesmas.

Qualquer pessoa que tivesse acesso à documentação poderia ter elaborado o livro, já que, em verdade, se organizam os documentos com uma coerência meramente cronológica, e se agregam quadros ou fragmentos de quadros que dizem respeito ao tema. Os mapas e outros documentos visuais se intercalam com o escrito.

O eixo ordenador do discurso é a temporalidade: “El 23 de febrero de 1813 resultó la unión de ambos ejércitos. Dos días antes [...] El 22 se marchaba a...” (1982, p. 63) Não é necessário citar o mês. Cada capítulo, ao seguir esta lógica, finaliza uma cronologia, a qual não é superior a dois ou três anos, já que se detalha dia a dia, mês a mês, esses dois anos, um sem fim de acontecimentos supérfluos que impossibilitam a diferenciação entre o que é relevante e o que não o é.

Acontece, também, uma apresentação enganosa dos documentos. Sob o título “La Constitución de 1830”, aparece da mesma maneira em que eram apresentados os

documentos anteriormente, em letra de tamanho pequeno. Aparentemente, seria a transcrição do texto constitucional, mas não é bem assim. É tão somente um esboço explicativo feito pelo autor. Não acreditamos que isto seja com o fim de amenizar a leitura, já que é uma prática comum a citação de documentos supérfluos que ocupa várias páginas, portanto seria perfeitamente possível citar o documento original. Consideramos que pode se intencional, com intuito de destacar certos elementos e ignorar outros.

Dentro dessa explicação, aparece a informação de onde se encontra o original do documento: “Desde 1976, se exhibe en el edificio del Cabildo de Montevideo” (1980, p. 12), quando de nenhum outro documento se havia mencionado a localização. A mensagem é que graças à obra de militares é possível vê-lo. Chama atenção a descrição externa que se faz do documento, sem fazer muita questão do conteúdo: “Doce secciones divididos en capítulos, y sus capítulos alcanzando el número 159.” (1980, p. 12)

Como se ressaltou, desde o título até o trabalho legislativo e a Biblioteca Pública se utiliza um tamanho de letra menor, o que pode levar a erro, sugerindo ser um documento textual, e por outro lado, a letra menor implica importância menor. Entretanto, os artigos referentes aos procedimentos formais do juramento à Constituição são citados com letra comum e ocupa a outra metade da página. Isto é coerente com a semelhança estabelecida pelos militares entre feito histórico – liturgia patriótica – formalismo.

### **Utilização dos detalhes irrelevantes**

Outras das características desse discurso que o aproxima da historiografia positivista é a utilização de dados irrelevantes como estratégia para demonstrar que se conhece o tema. É um recurso bastante utilizado para quem não é historiador: a forma de dizer “a verdade”. Notamos que há uma grande preocupação pela localização geográfica exata das reuniões e assembleias, incorporando planos das mesmas, e sua localização atual. Por exemplo, a assembleia na Panadería Vidal, ocupa uma página o plano com a localização exata, assim como são citados todos seus integrantes, seus nomes e a data, ocupando um lugar especial como não o recebeu a Convenção Preliminar de Paz que não se sabe onde foi realizada, muito menos há um mapa de sua localização.

O exagero dos detalhes e informações chega ao ponto de marcar como subtítulo “Las crecientes de los arroyos”, ou ao se fazer referência ao Congresso de Três Cruzes,

esclarece-se que a reunião que ia ser celebrada “el sábado 3 de abril se aplazó para el día 5 por la abundante lluvia”. Quando há referência à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa que redatará a primeira Constituição, relatando a formação da legislatura, registram-se detalhes desnecessários e ridículos sobre os locais de reunião, e o porquê da mudança: “el 30 de enero siguiente, un huracán llevó su techo, cayendo las paredes”. (1980, p. 9) O relato enche-se de nomes, datas, localidades e acidentes geográficos, os quais desviam a atenção do que realmente importa.

A grande preocupação pela compreensão de quando ocorreu exatamente o relatado, se de num rodapé de página esclarecedor de certa informação proporcionada por um documento de Artigas que diz: “Ciudadanos: pensad, medidad y no cubráis de oprobio las glorias, los trabajos de 529\* días en que visteis la muerte de vuestros hermanos”. A nota, em esclarecimento, diz: “529 días, intervalo de tiempo comprendido entre el 23 de octubre de 1811 [...] y el 5 de abril de 1813. 529 días – 4 días de abril 1813 (igual). 525 días. 529 – 90 días (ENE /MAR 1813) (igual) 435. 435-366 días de 1812 (igual) 69 días. 69 días - 31 dic. 1811.” (1982, p. 71) Realmente curiosa a paródia do rigor científico!

Esse recurso, do mesmo modo que a utilização de fontes documentais vai perdendo peso na medida em que se aproxima o relato sobre o século XX, é reservado ao período da revolução oriental.

A História é o relato e a atuação dos grandes Homens: Artigas, o pai fundador e no qual se centra toda a história inicial, caudilhos menores (Rivera, Lavalleja, Flores), o segundo pilar é representado por Lorenzo Latorre e logo, ainda que todo período seja considerado como “presidência de...” ou “governo de ...”, não se destaca um líder sequer.

Com esta noção personalista da História, o conceito de historiador também é particular. Historiador é quem escreve algo em um tempo remoto. A peculiaridade de haver vivido num tempo distante o converte em historiador. Essa concepção vai ser exclusiva da época artiguista, já que Artigas é considerado o “principal historiador de la gesta patriótica”, e “el primer historiador que tuvo la patria”. Talvez, como se considera que ele seja o líder fundador, o pai, por isso ninguém melhor que ele estará autorizado a falar em nome do grupo, de acordo com a lógica da hierarquia militar. De toda forma, o mapa do êxodo oriental é citado, e esclarece-se que corresponde ao estudo realizado pelas professoras Aurora Capilla de Castellanos e María Julia Ardao.

A evolução histórica a partir de agora será uma sucessão de Presidências: Presidência do General Fructuosos Rivera, General Manuel Oribe, idêntica configuração de cada tema. Poder-se-ia dizer que a mesma atenção é dedicada a cada um dos fundadores dos partidos tradicionais (Rivera: Colorado) (Oribe: Blanco). Sobre Rivera não se diz “primeira presidência”, senão borraria a de Oribe, como a “segunda”. Coloca-se tão somente o título: “Presidencia del General Fructuoso Rivera”, o título exatamente igual; foto do extrato do quadro com o rosto de cada um – situado no mesmo lugar da página –. Na parte posterior da página, na margem superior, em cada um se situa uma foto de um quadro descrevendo alguma paisagem da época. Nos dois, o tema é o mesmo: aduana (mostra bem o movimento do porto, no caso de Rivera) e vista de Montevideu (onde se mostra a baía de Montevideu). Ambos são identificados com a cidade, a capital.

### ***Ortodoxia: a opinião correta***

No transcurso do livro de texto do primário não se manifesta nenhuma postura contraposta a algum dado que seja afirmado não se conhecer com exatidão. É um discurso infalível, que não deixa espaço à discussão, apresentando afirmações taxativas, em um tom autoritário.

Fazendo referência Às Instruções do Ano XIII, e aludindo a seu autor: “no se discute la posibilidad de la posible participación de Dámaso Antonio Larrañaga y José Monterroso por encontrarse ausentes”. Por que se nega que esses religiosos participaram nas instruções? Faz-se uma declaração inapelável: “el documento del 13 de abril de 1813 es de Miguel Barreiro, que no es el único que ha participado sin duda”. (sem grifos no original) (1982, p. 80). Sob que fundamento se pode realizar tal afirmação? Não deixa lugar à dúvida, foi Miguel Barrero e alguém mais, porém ele com certeza, quando a historiografia sempre destacou as contribuições de Monterroso.

Ante a derrota de Artigas, especifica-se que não foi uma derrota militar, senão ficariam suspendidos seus dotes como General que durante todo o livro foram ressaltados. Explica-se partindo dos comentários (da fofoca) que são feitos sobre o tema: “Es muy común escuchar que el General Artigas fue derrotado a partir de 1817, con la caída de Montevideo. Que fue un mal general porque perdió batallas” (1982, p. 155) Alguém, hoje em dia, pode considerar Artigas como parte de seus comentários? Para que a culpa não

recaia sobre ele, não há melhor solução que a de se falar em “traição”. Não se especifica que tipo de traição, nem quem foram os traidores, mas a derrota e sua retirada se devem aos “traidores”.

Outra anulação de um tema duramente debatido pela historiografia na década de 20, ao se aproximar o centenário, e que ressurgiu também nos anos sessenta com as publicações do semanário “Marcha”, é sobre qual deveria ser a data escolhida para festejar os cem anos do país: ou a declaração da Independência, em 25 de agosto de 1825, ou o Juramento à Primeira Constituição, em 18 de julho de 1830. Aqueles que apoiavam o 25 de agosto, deveriam justificar as Três Leis ali redigidas, das quais uma se referia a Independência, mas outra à União às Províncias Irmãs da Confederação Argentina. Estas três leis dividiram muitas águas entre os historiadores. Uma das correntes, chamados por José Pedro Barrán de “unionistas”, faziam uma leitura da lei de União à Confederação Argentina como o desejo oriental da federação do artiguismo. A segunda corrente, os “independistas” ou “nacionalistas”, vê a lei de União como uma farsa para receber o apoio da Argentina para triunfar ante um mais poderoso, o Império do Brasil. Esta discussão também tem um toque político já que os colorados se viram mais identificados com o 1830, que com o 25 de agosto, encabeçado por Lavalleja e Oribe (considerado o líder fundador do partido blanco). Esta discussão é tida em conta pelo livro e, entretanto se anula. Referindo-se às leis tão discutidas de la Florida, lê-se:

Se ha sostenido que son antagónicas. Pero debemos considerar el orden cronológico. Primero fue la independencia. En uso de esa independencia, se decretaba la unión a las Provincias Unidas. Se dirá que se ha olvidado la doctrina artiguista expresada en la Oración inaugural (5 de abril de 1813): la unión bajo ciertas condiciones, es decir, pactar; es muy cierto que las condiciones son tibias pero existen, véase la tercera ley, la de pabellón: “por ahora debe flamear y hasta tanto que, incorporados los Diputados de esta Provincia a la Soberanía (Congreso) Nacional, se enarbole el reconocido por el de las Unidas del Río de la Plata a que pertenece”. Se usarían, mientras, los colores artiguistas que eran los de la provincia. Las condiciones son sumamente débiles, pero debemos tener en cuenta que aún no había tenido lugar Rincón ni Sarandí y que los orientales solos enfrentaban a tan poderoso Imperio. (1982, p. 183)

Explica-se que a união às Províncias Argentinas será circunstancial porque os orientais ainda estão sem forças militares. Mas o triunfo de Rincón e Sarandí lhes dará impulso para se separarem. Seria como um aproveitamento circunstancial. Os orientais enfrentavam só um império poderoso: corroboram assim, sem citá-la, a tese independista da união pelas circunstâncias. A superfície do Uruguai é aproveitada positivamente por esse

discurso: “pequenos porém poderosos”, se poderia sintetizar, comparando a imagem de Davi e Golias a dos orientais lutando contra o Império do Brasil. Não seria a força, senão nesse caso, a inteligência o destaque.

Outro momento em que se faz menção à “historiografia” é ao referir-se à primeira aparição do exército na vida política, durante a presidência de Ellauri, anteriormente ao estabelecimento do governo ditatorial do General Latorre. O exército, que saiu mais organizado e compacto da experiência da Guerra do Paraguai, intervém no governo de Ellauri, solicitando-lhe que retirasse sua renúncia. A historiografia marca ali o hall de entrada do período militarista posterior, por estarem os militares por própria iniciativa opinando e atuando em temas políticos.

A esse respeito se lê no livro didático: “La historiografía clásica ha sido álgida con los tradicionalistas así como con los jefes de unidades militares”. (1980, p. 87) É a primeira vez que se faz menção à historiografia “clássica”, ainda que não se saiba a que realmente faria alusão essa palavra “clássica”. Os autores do livro farão justiça com esta nova visão da História, e, sobretudo, para reivindicar aos militares tão castigados por a historiografia clásica. Dá-se o aval a esta teoria com uma “testemunha” dessa época. Não é dito que essa testemunha integrava a facção agredida, ou seja, que obviamente sua visão via ser de defesa dos tradicionalistas colorados. Só se diz que é um testemunho, para ressaltar sua “neutralidade”, que relata o que vê. Mas a citação feita é que o denuncia.

Dirá más tarde un testigo de esa época al referirse a estos años: “Nuestra fracción llamábase colorados netos (candomberos para ellos) Y ellos escribieron la historia. La hicieron a su antojo, a su gusto. Nosotros, hombres de armas en su mayoría, muchos de los cuales tomaron puestos de combate desde las guerras a favor de nuestra independencia, nunca tuvimos esa preocupación de presentar a las generaciones, la realidad de esa hora de nuestra vida institucional”. (1980, p. 87)

Esta citação serve sobretudo para acentuar o papel predominante que os homens de armas tiveram, e a injustiça que sobre eles se escreveu. É dada voz a um homem de armas, como testemunha “neutra” dos fatos.

O governo de Latorre foi outro dos pilares historiográficos do livro e do discurso militar. A historiografia denomina de “militarismo” o período compreendido entre a ditadura do Coronel Latorre e o General Máximo Santos, e de “civilismo” o período posterior, no qual os militares se afastam do governo.

O anteriormente exposto é introduzido no texto quando se diz “como se ha señalado”, mas omitindo o que diz a historiografia a respeito: “Con el Coronel Latorre aparece una fuerza nueva, que no es el militarismo como se ha señalado. Es el propio Latorre quien gobierna con la suma del poder público desde el 10 de marzo de 1876 al 15 de febrero de 1879. Se apoya en el Ejército pero este **no participa en la conducción del gobierno**”. (sem grifo no original). (1980, p. 96)

Há uma coincidência com a historiografia contemporânea (Real de Azúa, Alfredo Traversoni) que o militarismo não se ajustaria à realidade por ser integrado no governo com civis e não com militares. Mas o fato que o ponham em manifesto exalta que eles mesmos, os militares, vem como nefasta a integração do governo somente por este corpo de estado. Querem declarar que não são os militares os que governam, senão os que apóiam.

Além disso, é interessante destacar que ao passo que não se deu a abertura à pluralidade de pontos de vista nas diversas discussões, chama a atenção da existência de um ponto de vista especial: “o patriótico”. Durante o governo do supracitado Latorre, foram muitas as realizações ressaltadas que habilitaram a existência dessa perspectiva especial. “Desde el punto de vista patriótico es necesario destacar el traslado de las cenizas de los Generales Eugenio Garzón y Melchor Pacheco y Obes al Panteón Nacional. Los restos del Gral. don José Artigas fueron guardados en la urna que actualmente se conserva en el Mausoleo de la Plaza Independencia” (1980, p. 113).

Referindo-se a temas contemporâneos, o da revolução cubana é muito freqüente, e é tido como a concretização de todos os males. Ela despertou grandes simpatias na época, e não só a população de esquerda. Em sua visita ao Uruguai (1959), Fidel Castro foi recebido com todas as honras de chefe de Estado, e as relações diplomáticas entre os dois países sucedeu imediatamente. Entretanto, toma-se essa realidade e se a destorce: “En un primer momento, gran parte de América vio con simpatía esta lucha, que muy pronto se desvanecería al comprobarse que bajo el disfraz de la libertad, se ocultaba un gobierno de fuerza al servicio de una potencia extra-continental” (1980, p. 198). Esse mecanismo, que será utilizado em posteriores descrições, opera refutando a partir do que se sabia na época, dando-lhe “outra” significação.

### **Redação novelesca**

Este discurso “romanceado”, podemos observá-lo na descrição dos fatos, agregando informações tais como: *Leu em alta e inteligível voz*. São dados que são desnecessários e só enfeitam com informações que são impossíveis de se verificar. Num relato histórico não importa como foi a voz de quem leu uma proclamação, mas para um discurso “patrioteiro”, esses detalhes são os fundamentais.

Ao comentar o Congresso da Capela Maciel, transcreve-se uma “hermosa” crônica de Manuel Pérez Castellanos sobre esse congresso, e é claro que não completamente, senão que apenas partes. É muito sugestiva a seleção porque a parte selecionada começa citando os deputados eleitos por cada povoado. Diz, ao referir-se a dom Juan Sánchez: “hombre que por su aspecto podía muy bien pasar de ochenta años, era sordo, casi como una tapia y siempre que se votaba algo, se le preguntaba su vez, cual era su voto. Esto era necesario hacerlo a voces y acercándose al oído explicándole brevemente la materia de que se trataba y constantemente respondía que su voto era el del señor Juan Ortiz” (1982, p. 90).

A novela, que no primeiro tomo se concentra na vida de Artigas, termina um capítulo com uma espécie de conto, o título é: “Yo no soy verdugo, Paysandú 1815”. Refere-se ao General Artigas, que perdoou a vida de uns presos, como conta o relato do General Antônio Díaz. A linguagem do texto é muito poética, e aparece no final do capítulo para encerrar uma reflexão das virtudes morais de Artigas, por meio de um relato que não é dele, senão de alguém que fala dele.

Por sua vez, o livro I coincide – como é lógico, não com a vida de Artigas, já que este morre em 1850 no Paraguai-, senão que com o fim de sua “atuação patriótica”. Artigas, ao ser derrotado, se interna no Paraguai, não se sabe se preso ou por vontade própria, onde permanecerá até a sua morte. Nada querem saber dele os homens que governaram o país nos primeiros tempos, o artiguismo era uma mancha que devia ser apagada. Em contrapartida, o fim de Artigas é apresentado como um final aberto, tentando ser alegre. “Internado en el Paraguay, la luz de su antorcha se hizo más viva en la noche de sus treinta años de soledad y, como el Licurgo de la recia Esparta, engendró en torno de esa luz una Nación, dejando abiertos los caminos del Sistema de América basado en al libertad” ( 1982, p. 171).



O que se intenta é vincular Artigas com a Constituição, comparando-o com Licurgo. Nada mais distante da obra de Artigas que os acontecimentos posteriores a 1817. Uma vez que não há nada de feliz no momento, o trecho termina com uma frase de Artigas: “Pero el tiempo es el mejor testigo y él admirará ciertamente la conducta del jefe de los orientales”. (General José Artigas al coronel Martín Güemes, 5 de febrero de 1816). (1982, p. 171)

A própria iconografia da página nos ajuda a entender o desfecho, o final de um conto. O subtítulo indica: “El Final”. Ao pé da página, antes da frase derradeira e que deixa a reflexão, desenham-se umas linhas horizontais indicando o fim do livro.

Outro dos aspectos relacionado à tentativa de fazer da história uma “novela” é, por exemplo, o controle do tempo e do espaço. Enquanto isso ocorria... isso também acontecia. Exemplo disso é o episódio da guerra do Paraguai, no qual se narra o que se passava na campanha, enquanto que em Montevideu se vivia um ato de “*gran solemnidad*”, que também tem a ver com “nossa soberania nacional”. Como se houvesse luta em duas frentes: de um lado a confusa guerra na qual participava Flores, que por vezes parece uma defesa da invasão paraguaia e/ou brasileira, por outro lado os montevidianos celebravam nesse ato, simbolicamente, gestos de independência do “vigoroso inimigo Brasil”. O tom romântico é evidente na apresentação do texto: “Mientras, en Montevideo, el 18 de diciembre tenía lugar otro episodio que, por su solemnidad y los momentos en que tiene lugar, parece arrancado de las páginas de la antigüedad clásica”. (1980, p. 71) O relato, que não se sabe de quem é, aparentemente um testemunho ocular, trata da queima dos tratados de 1851 feitos com o Brasil, os quais são declarados nulos. Agrega-se a fotografia da fogueira em que se produzia a queima, dando a idéia de concretização da tão apreciada independência e da figura do inimigo Brasil. É ele quem se apresenta como sempre tentando furtar nossa liberdade.

Esse tom novelesco está completamente de acordo com os fins aos que os autores se haviam propostos: abandonar o “conceito clássico de que a História reclama uma perspectiva distante, desapaixonada e neutra”. Nesse caso, criar uma História apaixonada configurar-se-ia num fim supremo porque a ênfase e a paixão se colocam num período histórico fundante, de mitos e heróis criadores, O Gênesis do Estado uruguaio.

### **Os “esquecimentos cheios de lembrança”**

Um dos elementos que se ressaltam, além da iconografia, é relativo ao vocabulário escolhido, aos títulos e à utilização de informação, com a aparente intencionalidade de confundir ou omitir outros elementos.

Os governos institucionais se intitulam: *Presidência de...* Porém o governo de Flores, que não é uma presidência porque não foi eleito, se intitula *Governo de...* e para que fique na mesma sintonia, e que não “chame a atenção”, o de Lorenzo Batlle (imediatamente posterior), também é chamado de governo.

A descrição da presidência de Ellauri inicia-se com um adjetivo que marca a instabilidade do governo: “Tambaleante, se inició el gobierno de Ellauri” (1980, p. 88). Apenas no penúltimo parágrafo do tema “Governo de Ellauri” fala-se do governo propriamente dito. Aí, é definido como instável, e pior ainda, enquanto faz uma caracterização dos integrantes das câmaras, ditas “bizantinas” porque suas discussões eram intermináveis e fugiam à realidade do país, é utilizada uma redação ácida e irônica. “[...] Imbuidos en liberalismo en todos los órdenes, dejaron hacer, dejaron pasar. Fijaron todo en la soberanía de la justicia y del derecho, alejados de toda realidad [...] Era la imitación de principios útiles para otras latitudes, no adaptables a los individuos de ese tiempo y lugar” (1980, p. 88) O mais criticável conforme essa visão é a falta de pragmatismo destas ações e que eram idéias forasteiras. Citam-se os projetos apresentados, invalidados pela argumentação anterior que os acusava de fora da realidade.

A “reacomodação” dos fatos históricos também ocorreu com respeito à renúncia de Latorre. É sabida a frase que esse proferiu ao renunciar o governo: “nosso país é um país ingovernável”. Para uma construção heróica que se havia feito de Latorre não seria uma razão “digna” para quem luta pela Pátria. Seria, senão, uma atitude covarde, e por isso uma tese alternativa é apresentada em seu lugar.

Sob o título “A renúncia de Latorre”, o trecho começa dizendo que Latorre havia pedido, em várias oportunidades, licença por motivos de doença. Uma possível razão, sem que os autores a expliquem, poderia ser os problemas de saúde que teria Latorre, deixando livre para interpretação. Diante da famosa frase “nosso país é ingovernável”, se adiciona, em letra negrita, a seguinte frase de um asterisco que o explica:

“Con estas contemplaciones de una ley constitucional que está fuera de la órbita de su índole, de sus costumbres y de la educación que nos legaran tantos años de luchas intestinas, llevo la triste experiencia de que no hay gobierno posible, ni época constitucional que se complete en orden, ni esperanza de reconstrucción completa para la República” (1980, p. 122).

Alega-se que esta oração está borrada no manuscrito original. Se estiver borrado, como foram eles os únicos que puderam lê-la? Ali apareceriam os reais motivos da renúncia, e como conclui o autor, deve-se a que a Constituição não se ajustava à realidade do país, e os mecanismos de reforma o deixavam ainda mais difícil. A culpa da renúncia é da Constituição.

Se Latorre foi digno de destaque no século XIX, uma justiça será outorgada à Presidência do Dr. Gabriel Terra (1931-1933), que em 1933 dará um golpe de Estado, o primeiro no século XX. Faz-se uma avaliação positiva do mesmo, a qual se observa desde o índice.

“Década del treinta. Golpe de estado de 1933”, não se cita quem deu o golpe, fala-se apenas de golpe de estado. Esta é uma omissão claramente tendenciosa. À continuação da frase “golpe de Estado”, nominam-se aspectos positivos, os quais são vinculados ao período: “Código del niño, Voto femenino, 1938. ANCAP, 1931. Obra hidroeléctrica de Rincón del Bonete: ‘Gabriel Terra’ ”. (1980, p. 175)

Busca-se a identificação com a proteção dos setores “débeis” da população a mulher, a criança. Assim como, com as obras modernas, como uma represa que levou seu nome. Apesar de comentar aspectos positivos, refere-se ao Golpe de Estado pela primeira vez, já que Latorre não havia sido identificado assim. A hipótese que defendemos é que se aproveitam destas palavras, que inevitavelmente foram usadas para designar a ditadura de 1973, porém rodeando-as de uma conotação positiva. Assim que não se critique o regime militar de 1973 por ser um golpe de Estado se, em definitiva, já existiram outros exemplos na história do Uruguai de “golpes” que foram positivos, criando coisas novas e benéficas ao país.

Além disso, os elementos que poderiam ser considerados negativos foram despersonalizados, aparecendo só. [...] “Se disuelven las Asambleas Representativas”[...] “Se suspende la provisión de las vacantes”[...] “Se disuelve la Corte Electoral”. (1980, p.

175) Como se ninguém estivesse por trás disso. Imediatamente depois do trecho que se refere à dissolução da Corte Eleitoral, é citada a Direção Geral de Comunicações. As duas na mesma oração: desaparece a Corte, mas aparece esta direção, que não tem absolutamente nada a ver com a Corte. Aparentemente quer ressaltar que termina algo, mas começa outro, porém cita um organismo que nada tem a ver. Quer ressaltar a idéia que as coisas não estão desaparecendo nem se suspendendo, senão que apenas mudam de nome, ou se criam outras.

A mesma tática, mas inversamente, é utilizada em função do grande esquecido do século XX: José Battle y Ordóñez. Ele nem é citado, diz-se “o Executivo”, “a presidência”. Quando se referem às obras, utilizam-se orações passivas sem sujeito: “Se levantan nuevos edificios” [...] “se aprueban los planes de estudio” [...] “queda funcionando la Facultad de Agronomía”. Battle y Ordóñez não é relacionado a obras às quais é inevitável relacioná-lo, segundo a lógica sob qual está o livro, que apenas cita construções, e obras em geral. A lei de oito horas parece como obra de Carlos Roxlo e Lorenzo Carnelli, o que é uma meia verdade, já que se descontextualiza, e nem se cita o projeto inicial que é de Battle. Não se sabe se se aprova ou não, porém fica dito que a proposta é deles. Na realidade não dizem “oito horas”, mas “redução da jornada de trabalho”. As idéias ficam sem conexão, orações ficam fechadas em si mesmas, que dão informações diferentes. “El Poder Ejecutivo envía un mensaje a la Asamblea General pidiendo la abolición de la pena de muerte”. (1980, p. 151) É o Poder Executivo quem o faz, não o presidente, nem por defesa dos direitos humanos, nem por nada disso: perde-se nexos.

Ademais, parece que é a lei que faz as coisas: “La ley del 26 de enero de 1907 dispone el estudio del aprovechamiento hidroeléctrico de Salto Grande”. (1980, p. 151)

A presidência é finalizada com notícias militares, mas é interessante ver que não diz “Ao finalizar a presidência de Battle”, ou “na presidência de Battle” foram criados tais e quais regimentos.

### **Entre heróis e vilões**

Nos capítulos anteriores, foi-se desenhando as figuras históricas que receberam um lugar preferencial. Sem lugar a dúvidas, o pai máximo é Artigas, e de acordo com esse critério, quase que todo o primeiro livro lhe é dedicado. Porém, no transcurso da história do

país, supostamente criado por Artigas, outros personagens desempenharam importantes obras para defender a criação, para renová-la, etc. Por sua vez, contraposto a esses “anjos” estão os “demônios”, os quais são desprovidos de protagonismo no lugar de receberem críticas.

As táticas de exaltação variam de acordo com a importância da figura a ser destacada. Por ordem de importância, a Artigas lhe sucede o Coronel Latorre (governa entre 1876-1879). Esta revalorização histórica não fica só no livro, já que nesse período se repatriam os restos deste, que se encontrava na Argentina, e criam-se monumentos e um sem fim de festejos que o põem no centro da atenção.

Que características singulares tem Lorenzo Latorre para despertar esse repentino amor, já que até o momento era uma figura ignorada da História?

Antes de tudo, é um militar. E o autor do primeiro golpe de Estado dado por um militar do que se pode chamar exército moderno. É o mais parecido à atualidade da ditadura nos anos setenta que se encontra na História. O golpe de Gabriel Terra, que lhe antecede uns 50 anos, não se apoiou no exército, mas sim na polícia e nos bombeiros, e foi uma resposta à crise de 29 pela pressão de grupos econômicos. Ali não existe protagonismo das FFAA, e, além disso, Terra é um civil.

Por outra parte, o período de Latorre coincide com o processo de modernização do país, e ali se realiza a reforma da Educação Primária de José Pedro Varela. Coincide com o desejo de Segurança e Desenvolvimento da ditadura e a construção do “Novo” Uruguai, ainda que muitas das realizações tenham ficado no papel e possam amplamente ser criticadas.

O segundo tomo do livro tem 250 páginas totalmente dedicadas a 150 anos de história. Destes, os 3 anos de governo de Latorre ocupam 34 páginas, enquanto que cada governo ocupa apenas uma página. Esse trecho começa exatamente na metade do livro, e desde temas anteriores se vem letamente introduzindo Latorre.

Além do espaço dedicado, os adjetivos e as descrições dão a idéia do que se quer ressaltar, que não é outra coisa senão aquilo que os escritores do texto consideram positivo e digno de identificação com o exército.

Durante su gobierno, se logra la unidad nacional. Nuestros hombres, como los bandos políticos, van aislándose de los conflictos de los hombres y los bandos de los países

vecinos” (1980, p. 96). Encontra-se fora das diferenças partidárias que dividiam (e dividiram nos anos sessenta) o país.

“El gobierno del presidente Latorre se caracterizó por lo práctico y expeditivo”. (1980, p. 97). Os adjetivos “rapidez”, adequação à realidade do momento (pragmatismo), como na frase “logró canalizar hacia el progreso todo tipo de iniciativas”, são os que se tentam identificar com o governo de Latorre. “También prestó atención a la campaña, la siempre olvidada población del interior”, trabalho que também tentou levar adiante a ditadura dos anos sessenta, ainda que seja na realização de festas patrióticas.

Visando destacar outra das características que se tenta vincular ao exército, a austeridade, cita-se o episódio em que Latorre rechaçou a ascensão a General para que não lhe pagassem mais. Essa citação não é em letra menor como outras, senão que além de estar no meio da página, leva o mesmo tamanho de fonte que o texto: é necessário destacá-la.

Ele é o “líder” do grupo do bem. É interessante a postura que distingue o bom do mau. “Expresa que está dispuesto a desenvolver su política de paz, unión y libertad y promete hacer un gobierno honrado y decente. Se transforma en el paladín de la causa justa.”(1980, p. 97) O super herói dos bons. A semelhança com o discurso militar da ditadura dos anos 70 é clara, sendo Latorre um antecedente histórico dos fatos contemporâneos.

É introduzido, então, parágrafo sobre as medidas judiciais, as quais são detalhadas todas do mesmo modo que as de ordem administrativo. Novamente reitera-se a idéia de ORDEM. Uma caricatura da época, que apareceu na imprensa local, ocupa uma página. A imagem fala por si: é uma torre com o nome de “inexpugnável”, e duendes tratando de escalá-la. A idéia, explicamos, é a de que a oposição nada pode contra a “torre” do governo que ali é chamado de “Provisional”. Detalhes de como foi que se formou este governo não se encontram, porém sim os adjetivos do mesmo: eficaz, rápido, forte, que estabelece a ordem em todos os aspectos, ilustre.

O tema do Ensino é digno de destaque pela importância real que teve José Pedro Varela com sua reforma escolar. Ele é considerado pela História Oficial e a historiografia como o construtor do Ensino Público, laico e obrigatório, em um país no qual isso não existia. Porém, o tratamento especial que se faz ao tema, retirando-lhe o protagonismo de

Varela que era um liberal, positivista, e conhecido anticatólico, elementos não considerados pelos autores como dignos de destaque.

Destaca-se a criação de carreiras e universidades, somente da área científica, não sendo citados os estudos humanísticos. Também a criação de escolas rurais, destacando que nada foi descuidado no governo. Dedicam-se oito páginas de letra pequena aos temas Escola Pública, Varela e Reforma Escolar.

“La Reforma Escolar: José Pedro Varela” e a foto do mesmo, que é um quadro que não falta em nenhuma escola pública do país. Começa-se com uma espécie de esboço biográfico, remontando à “linhagem” familiar dele, com um interesse em destacar a “estirpe”. Apenas se refere que era principista. O texto não se concentra só na figura de Varela, senão que introduz José María Montero (filho), que já havia aparecido na caricatura junto a Latorre. Ele é localizado como sendo um colaborador muito próximo a Varela e amigo de Latorre. Detém-se, então, em comentários sobre as atuações de Montero, ministro de Latorre. Varela já não é tão referido, dando a entender que foi Montero que logrou solucionar “la anarquía en que estaban las escuelas del Estado”. Isso porque Montero faz com que passem as atribuições da Comissão de Instrução Pública à Comissão de Instrução Primária de Montevideú.

“El inspector de escuelas es el viejo maestro de Montero y Varela en el colegio de los padres escolapios, don Giralt, septuagenario que cumple eficaz función” (1980, p. 117). Se foram até companheiros de escola!, fizeram a reforma juntos. Deixa de lado o mito de Varela existente até o momento dando entrada a outros personagens ignorados, como Montero, mais envolvidos com Latorre.

A Reforma Escolar aparece como iniciativa de Latorre, e Varela como um mero executante. “Llegado al poder Latorre, llama a Varela y lo designa miembro de la Comisión Extraordinaria Administrativa que remplazó a la Junta Económica y le encarga el 29 de marzo de 1876, la dirección de la instrucción pública”. (1980, p. 117) Designa-lhe, encarrega-lhe o trabalho, mas tudo vem do poder central, desde cima. Foi assim que se fez a reforma, por direção de Latorre.

“Eficaz” é o adjetivo que reina, “eficaz” é o inspetor septuagenário, “eficaz” é o trabalho de Varela. Citam-se todas as medidas tomadas: o regulamento vigente das escolas

é estudado, acontecem conferências pedagógicas, publica-se a “Legislação Escolar” de Varela, como se fossem parte das ações que se estão levando a cabo.

Sobre a legislação escolar, diz-se apenas que é escrita por Varela, e nada mais. Escrita não significa produzida: é uma lei, ele a escreveu. E sem que se cite textualmente a obra, há comentários. O texto original não é citado porque se irá evitar tudo que se relacione ao liberalismo e às doutrinas positivistas de Varela. De acordo com quem interpreta o texto:

“La crisis política se debe a que las instituciones escritas no se adaptan al estado de sociabilidad. Las poblaciones rurales sólo conocen el caudillo. Mientras que las urbanas dirigidas por el gremio de los doctores marchan por sendas extraviadas, pues en la Universidad se inculcan teorías ideales que sirven para dividir al pueblo, dando a la acción de los caudillos la forma culta de las aulas” (1980, p. 118). Aí está o “mal” de longa duração: a universidade. Tema contemporâneo à ditadura, “servem para dividir o povo”. Para os autores, os caudilhos são tão nefastos como os universitários. Para Varela, só os caudilhos, já que ele é um universitário, um doutor identificado com o os valores da cidade.

Para minorar a “obra” de Varela, faz-se alusão também à aprovação do projeto, que mereceu um estudo prévio, e que deu frutos à Lei de Educação Comum. . “El Gobierno Provisorio somete el proyecto de Varela a una comisión integrada por el doctor Alejandro Magariños Cervantes y los señores Blas Vidal [...] de su estudio surge el decreto del 24 de agosto de 1877, luego Ley de Educación Común” (1980, p. 117). Ou seja, não foi obra dele, como habitualmente se sustenta, senão que de um grupo de pessoas a mais.

Então, o que se cita textualmente é um comentário de Berra sobre a aplicação do Projeto Varela, reforçando que houve muitas mudanças, sobretudo referentes à centralização. Primeiro Berra ganha voz, e logo Francisco Bauzá, intelectual colorado e católico, que criticava justamente a laicidade do projeto vareliano, porém não criticava Varela. Bauzá ressalta o caráter religioso que deve ter a educação: “ni el ateísmo es otra cosa que un veneno corroedor de la civilización”(1980, p. 119). Assim termina a citação. O que merece ser deixado aberto para reflexão. Nessa mesma linha de análise, situam-se as reflexões do Coronel Soto, contidas em seu artigo “El Proceso histórico de la Educación en el Uruguay” , impresso na Revista “El Soldado” (a partir de abril de 1978). A cuja análise será dedicada o cuarto capítulo.



Em nenhum lugar são citados os três princípios da educação pública: laica, gratuita e obrigatória, porém encontram-se referidas nas críticas feitas por Bauzá: “Bauzá encuentra como puntos débiles de la obra”, entre os quais se destaca: “En tercer lugar, estima el crítico, es el haber querido establecer como principio la autoridad de las minorías violentas sobre el voto unánime de las mayorías” (1980, p. 120). A primeira vista parece horrível e ilógico, mas refere-se ao conceito de laicidade e de subministrar a educação religiosa aparte da escola. É ao cargo que se lhe dedica mais atenção. Termina-se com a seguinte frase: “Es así que en las escuelas donde hubiera noventa y nueve niños católicos y un disidente, el padre de éste es el que impondría su voluntad al resto en materia religiosa” (1980, p. 120).

Com isso, Varela é baixado do pedestal em que se encontrava até o momento. É inevitável citá-lo, já que é um mito da História do país, e melhor também fazê-lo, porque a Reforma foi feita no período de Latorre, e uma vez que lhe é tirado o protagonismo, é Latorre quem recebe as glórias. Varela é citado, desmistificado, e a obra educação é tida como do governo.

O texto refere que Bauzá e Varela: “unidos por su afán de educación del pueblo, eran completamente opuestos en sus puntos de vista: católico Bauzá, liberal Varela” (1980, p. 121). A partir do que se vinha dizendo dos liberais, pode-se concluir que Varela teve “boas intenções”, porém má formação. Por alguma razão somente Bauzá ganha voz, e é onde o critica.

Novamente as críticas de Bauzá. Interessante visão da História que desprende, com a crítica que Bauzá faz a Berra, ao criticar seu livro de História. Ao incorporá-lo como “a” crítica, assume-se que é a opinião compartilhada pelo autor.

Bauzá en 1879, ataca con ironía como se impartía la enseñanza de la Historia Nacional” [Ou seja, além de haverem críticas, há bom senso de humor] En ese precioso librito resulta probado que Artigas, el fundador de nuestra nacionalidad, era un bandido; que Lavalleja, el reivindicador de nuestra independencia, era un mísero gaucho sin carácter ni moralidad propia que Rivera, el jefe de la democracia uruguaya, vencedor del Rincón y de Cagancha, era un salteador de caminos. (1980, p. 121)

As mesmas críticas que se faz aos livros de História que não cumprem a “missão nacional” de seus autores, quando se refiram à “historiografía clásica”. Na verdade, isto é um golpe aos professores de história da época de então (1980), que apresentavam posturas

“internacionalistas”, por não defender uma história Nacional, nem integrar-se ao culto patriótico: eles serão destituídos do Ensino.

Latorre, diante dessa luta se apresenta como o mediador entre ambos os lados. “Latorre había logrado encaminar las luchas de las tendencias que pugnaban en la organización de la enseñanza”. (1980, p. 121) Mas no final das contas, o conhecido Reformador é Varela, e por tal motivo Latorre deve apresentar-se como ligado a ele. Incorpora-se uma página com uma cópia da dedicatória e a foto do livro. Poderia dizer qualquer coisa, uma vez que não se entende nada.

Outro pilar da historiografia é a figura de Battle Y Ordóñez que, como já foi ressaltado, foi completamente obliterado, retirando-lhe qualquer protagonismo. Ou seja, ele seria considerado um dos “anti-heróis”.

O presidente Claudio Williman (1907-1911) é uma figura pouco destacada pela historiografia, já que está localizado como o período entre as duas presidências de Battle. Aqui, entretanto, pareceria uma figura quase protagônica porque muitas obras são citadas. Para isso, utiliza-se um recurso de redação, pelo qual cada frase parece ser uma realização: Cria-se... instala-se... Porém, nada se explica.

Como já ressaltamos, Battle y Ordóñez não é citado até aqui, mas chama a atenção que na presidência do Williman, sim o seja, e para designá-lo centro de uma homenagem: “Al pueblo de Nico Pérez se le denominó Batlle y Ordóñez a pedido de sus habitantes. El homenajado, durante su presidencia, había abonado al dueño de los terrenos su valor para evitar el desalojo de los pobladores” (1980, p. 152). Ainda que fosse querido pela população, não era pela sua honra ou valor, ou aptidões naturais, mas sim por comprar os terrenos, ou seja, por ter dinheiro.

Logo aparecem, então, em um parágrafo grande, todas as obras sem que se explique nada, mesclando muitos temas distintos – limites, educação, leis militares – voltando-se sobre um ou outro. A organização não é temática, mas sim cronológica: “El 7 de julio se crea la Comisión de Educación Física. Dos días después se nacionaliza el Banco República” (1980, p. 154). Sem que haja nenhuma vinculação entre um e outro. Dessa forma obras importantes feitas até o momento também passam despercebidas.

Junto com a aprovação da lei de divórcio pela vontade exclusiva da mulher, são citadas a greve “transviaria” e a parada geral dos trabalhadores, possivelmente buscando a

vinculação do que seriam as leis liberais, ainda que uma coisa não tenha nada a ver com outra.

No final do capítulo, há um esquema sintetizador, as “Realizaciones del período”. Assim, são despersonalizadas as obras: “Se aprueba la ley de ‘la silla’”. “Aprova-se” como por um passe de mágica, obra de ninguém. O que se faz é citar coisas que são sabidas sobre o governo ou a obra de Battle y Ordóñez, sem citá-lo. É fácil fazê-lo, e essa é a lógica cronológica do livro, porque suas idéias, na verdade, foram postas em práticas nos governos posteriores.

Fizemos menção, anteriormente, a Gabriel Terra, o primeiro ditador do século XX, e a como se tentou rodear este governo de fato com amplas realizações. Um antigo “vilão” convertido em “herói”. Começa-se a citar as obras realizadas a partir do social: Aprovação do Código da Criança, criação do Instituto de Alimentação, lei orgânica da Saúde Pública. Busca-se, com isso, identificá-lo com obras sociais. Não é em vão que a seleção de artigos da Constituição de 34 – reforma da ditadura com o fim de eliminar o colegiado da Constituição de 1917 – começa pelo artigo 39: “El estado velará por el fomento social de la familia...” Esta seleção de artigos é intencional. Começa com aqueles que se referem à família e às questões sociais.

O capítulo de Terra é finalizado com a idéia que se buscou transmitir: “proteção da criança” através de seu código, e da mulher, com seu direito ao voto. Por fim, o regime parece possuir um amplo caráter humanista. Ainda que o voto feminino já houvesse sido aprovado na Constituição de 1917, apenas então seria citado, com a intenção de vinculá-lo a Terra, que parece um ser sem partido porque não se cita sua filiação partidária – Colorado e battlista-, pelo menos em seu começo.

Vemos que no transcurso das páginas, os temas referentes aos partidos políticos vão ficando de lado. Na verdade, não se lhes dão muita importância, senão que a figuras, personagens. A história não é feita por partidos políticos: estes são outros dos “esquecimentos cheios de lembrança” do livro.

Poderíamos sintetizar em três as idéias que se tentam vincular a Terra.

1. Legalidade: referências contínuas à aprovação da Constituição, chamado referendium, aprovação de códigos (Penal, da criança, voto feminino)

2. Proteção à mulher e à criança, ao ressaltar, nos artigos da constituição, o referente à família e à proteção dos débeis, e citando insistentemente o Código da criança e o sufrágio feminino.

3. Desenvolvimento vial e construções modernas, ao insistir em mapas marcando e evolução das estradas (dois deles ocupam quase toda a página), fotos de represas e obras vias.

Os vilões que entrarão inevitavelmente em cena, são os grupos “antinacionais”. Não serão destacados por seu protagonismo, senão que são eles a justificativa da atuação das FFAA na vida contemporânea do país.

No fim da página, a parece o seguinte título: “Comienzo de la acción de los grupos antinacionales”. (1980, p. 188) Isto já é um novo item, já que atropela a temporalidade que se está trabalhando. Começa com a ação desses grupos a partir da eleição de um deputado do P. Socialista, Emilio Frugoni que não é citado, que foi o primeiro deputado socialista do Uruguai. Ali começaria todos os males. E a culpada é a “abstenção do Partido Nacional” que foi o que possibilitou essa eleição. A atemporalidade é latente, já que esse trecho ocorre nas eleições de 1910, e este capítulo está situado na parte do livro que trata da década de sessenta. A leitura que se desprende é que as constantes disputas internas dos partidos foram possibilitando o avance desses grupos. Esses não são uruguaios, são “antinacionais”, obedecem às diretivas de Moscou. Tiram-se a identidade de pertencer à comunidade.

A idéia de que não são integrantes do país é reiterada com o seguinte subtítulo: “Acción de grupos foráneos” (1980, p. 189). São estrangeiras: de acordo com este raciocínio, dentro de um país existe sempre consenso, e como eles são do contra, já que lutam e protestam, devem estar representando interesses estrangeiras.

Nesse capítulo, como ressaltávamos, é feita uma resenha da situação destes grupos, cujo início data da entrada de Frugoni (que não é citado) no Parlamento. Então, é mencionada a formação de “frentes populares”, antigovernistas “sem obter nenhum êxito”. Minoram a atuação desses grupos. Para descrever melhor a atitude deles, será mais eficiente citar exemplos que qualificá-los com adjetivos positivos ou negativos, ainda que os dois mecanismos sejam usados. Cita-se o exemplo de Polônia: “Aplauden el reparto de Polonia entre Alemania y Rusia” (1980, p. 189). Um país pobre é dividido, eles o festejam, está em sua natureza, porque também geram divisões no país ao opor-se ao governo. Este

pequeno país europeu que é Polônia pode facilmente ser vinculado com o Uruguai. Quando se dá bem com o governo é porque possui tão somente interesses, os quais estão claramente tachados como sendo estrangeiras.

O resto da página é dedicado à União Geral dos Trabalhadores: “inició la agitación con una serie de paros parciales, buscando afectar principalmente a los servicios públicos”. (1980, p. 189) A falta de serviços é identificada com as greves, e prejudicam toda a população. Estabelece-se uma linha de continuidade nessas ações, ressaltando que duram até a época anterior a ditadura 69-73. No fim dessa situação, quer dizer, 1973, se não fosse pela ditadura, haveriam continuado “faltando servicios à comunidade”. “[...] práctica que intensificarían en los años próximos hasta cumplir un total de treinta paros generales anuales promedialmente en el período 1969-1973.” (1980, p. 189)

O ano de 1946 é marcado com sendo o da infiltração na Universidade: “El 15 de diciembre de 1946, en un acto público en la Universidad, reanuda su ofensiva proselitista sobre los grupos intelectuales y en la enseñanza que le reportarían frutos plenos años más tarde” (1980, p. 189). Ou seja, que a semente depositada na universidade dará seus frutos logo na década de 60. Por isso, identifica-se a Universidade como “perdida” pela infiltração de idéias forasteiras.

À presidência de Luiz Batlle Berres (faleceu no ano 1964), que marcou um período histórico denominado neobatllismo, é dedicada uma passageira atenção. Talvez a distância que separe os autores dele não seja suficiente como no caso do “velho” Battle, de modo a reconhecer-lhe algum mérito, já que ao primeiro se lhe dedica um grande espaço quando de sua morte.

È utilizada a mesma metodologia que ao expor Battle y Ordóñez, ou seja, não se o cita: “Al fallecer Berreta, el Vicepresidente de la República pasa a ocupar la presidencia (2 de agosto de 1947)”. (1980, p. 191)

Da mesma forma, quando são citadas obras realizadas em seu período, as frases começam com: “Cria-se”, ou “A Assembléia votava”: nem quere é obra do executivo. Ou então se diz “durante seu governo se municipaliza...”; Não é ele quem leva adiante, apenas coincide que se realize nesse período.

“Mantiene una entrevista con el presidente de la República Argentina, en el río Uruguay” (1980, p. 189). Não se cita Perón, que é, aparentemente, uma figura da política

internacional que se deve omitir. Anteriormente havia sido citada a visita de Getúlio Vargas. O fato é citado porque talvez haja sido alguma novidade, porém fazem-no parecer insignificante. Tampouco lhe é dada muito brilho ao Maracanã, dedicando-lhe somente um pequeno parágrafo, possivelmente para não identificar este período com triunfos de nenhum tipo.

O personalismo que havia sido destacado nos heróis também está presente na História contemporânea para destacar os “vilões”, no mundo de “bons” e “maus” criado pelos autores do texto. Ao citar a Revolução Cubana, diz-se desse modo: “En el momento en que el partido Nacional se preparaba para asumir el Gobierno tiene lugar en Cuba el triunfo de la revolución de Fidel Castro” (1980, o. 198). Isso aparece como um fato que vai atrasar ou entorpecer a assunção deste Partido “[...] *en el momento que [...] tiene lugar [...]*”, como se esse fato houvesse repercutido como algo negativo. A revolução é feita por um só homem, Fidel Castro, o povo não intervém, o Che Guevara também não é citado em parte alguma, assim como nenhum líder soviético. Nunca se cita os que apóiam os líderes, as coisas são feitas por figuras singulares que fazem a história, as coisas boas (Artigas) assim como as más (Fidel Castro).

### **Suas contribuições didáticas**

De acordo com o que foi exposto é difícil que se adeqüe ao público a que estava dirigido, já que resulta pouco provável que crianças de 11 anos sejam capazes de aprender com um livro que traga tanta informação e uma linguagem extremamente difícil.

No índice do mesmo, expõe-se o que viria a ser alguns direcionamentos “didáticos” dirigidos ao professor, e não ao aluno. Antes de cada capítulo aparece um objetivo. Vale a pena ressaltar o caráter imperativo e unilateral desses postulados:

Revisar los conocimientos; analizar reflexivamente el pensamiento y la conducta del Gral. Artigas respecto a la soberanía del Pueblo Oriental y el incremento de su prestigio en el Litoral; Reconocer la proyección del Gobierno artiguista en la P. O; Interpretar y conocer [...]; Conocer el desarrollo de las actividades diplomáticas y militares [...] Identificar los hechos con habilidad para determinar sus causas y consecuencias. (1980, p. 259)

Os postulados que se abririam mais à reflexão são tornados impossíveis pelo próprio livro, por exemplo, na identificação de causa e conseqüências.

Com isso notamos que apela ao aprendizado memorístico, de idéias desconexas. São modelos de comportamento, valores, figuras as quais dever solenidade e homenagem.

Esse livro não está isolado, senão que corresponde a uma infinidade de atuações no espaço público através da História. Outras dessas atuações foram as festividades patrióticas, curtas-metragens financiados pelo governo, criação de praças em honra aos heróis. Estaria em sintonia com a apropriação ufanista da história que tentava, por meio da saturação informativa, estender suas mensagens o mais longe possível.

Porém isto, longe de ser uma redação histórica da vida de um país, é um discurso militarizado da história do mesmo. Por mais que em certos elementos se assemelhem à história positiva, esse livro não logra sê-lo, já que não faz História. Não significa que os militares não possam fazer história, mas esses livros não constituem um exemplo dela. É um discurso militarista, que se estende por todos os âmbitos da vida social e que, nesse caso, chega à Escola vestido de livro didático.

## CAPITULO II

### O DISCURSO NACIONALISTA DOS MILITARES EM SEU VÍNCULO COM A HISTÓRIA

Nesse capítulo, propomos discutir o conceito de Nação e nacionalidade em suas diversas acepções, e adentrar especificamente aquela que se desprende dos textos militares que analisamos.

Desde o primeiro contato com as fontes documentais, como no caso do *Manual de Historia para Primaria*, observamos uma manifesta intencionalidade de fazer uma “História Nacional”, tal qual versa o título. Os símbolos utilizados na carátula e nas primeiras páginas do documento orientam-nos também na direção de um discurso nacionalista, como analizaremos no capítulo três.

Devemos destacar que configura-se uma construção “oficial” do nacionalismo, um nacionalismo “estatal”, nesse caso o mais importante é sua função, pelo caráter de ilegitimidade que possuía o governo. Nas palavras de Benedict Anderson: “[...] el ‘nacionalismo oficial’ fue desde el principio una política consciente, de autoprotección, íntimamente ligada a la conservación de los intereses dinástico-imperiales [...] El único rasgo persistente de este estilo de nacionalismo era, y es, su naturaleza oficial, es decir, algo que emana del Estado y sirve a los intereses estatales ante todo”. (ANDERSON, 1997, p. 224)

Lúcia Lippi acusa que por meio dos discursos que apelam à nação, como um conceito abstrato que privilegia a totalidade em detrimento dos grupos, inibe as diferenças de classes, aglutina o elemento social, sob a égide do Estado. O nacionalismo que privilegia a totalidade não enfatiza as diferenças internas, nem se apóia naquilo que possa distinguir os homens no grupo social. O ideal nacional desenvolve um tipo específico de solidariedade que predominará sobre outro tipo de *conciência de pertencimento*. Seu surgimento data da formação dos novos Estados e seu desenvolvimento é permitido pela oposição à outros grupos, Estados e populações.



Nesse contexto histórico, o nacionalismo é um dos elementos fundamentais da Doutrina de Segurança Nacional, por isso é lógico que nos discursos militares esteja presente. Mieres e Castagnola referem:

La Nación es fruto de la conjunción básica entre pueblo, gobierno y Fuerzas Armadas; esta es la articulación fundacional que da origen a la nacionalidad y que confiere una vida social a la Nación; porque para la DSN la Nación constituye un ser vivo, un organismo que debe defenderse de las agresiones externas así como de posible enfermedades que surjan dentro de su cuerpo social” (MIERES; CASTAGNOLA; et al. 2004, p. 122).

É desse modo que este nacionalismo de segurança nacional difere em certa medida daquele construtor da coesão nacional, como pode ser caracterizado o nacionalismo romântico do final do século XIX.

Sobre os elementos construtores da comunidade nacional, existem duas tendências, ditas escolas, uma de origem francesa e outra de origem alemã. (DUROSELLE, 1975) A escola francesa considera que a nacionalidade é fundada num fenômeno consciente e voluntário, o desejo de pertencer à nação se expressa mediante plebiscitos, eleições, votos de representantes da população. Todos aqueles elementos que nos proporcionam nosso caráter cidadão seriam elemento político definidor de uma nação. Este tipo de nacionalidade fundada no exercício da cidadania não é o que se observa nos escritos militares e, por esse motivo, essa acepção não será utilizada nessa análise. Compreendemos também que não poderia ser essa a noção aplicada a um contexto em que os “direitos cidadãos” estavam limitados, onde não havia parlamento e, portanto, os plebiscitos, as eleições, etc. não poderiam ser considerados como mecanismos definidores de uma comunidade nacional.

Por outra parte, Lippi (1990, p. 29-30) destaca que a divisão entre esse nacionalismo político e o cultural não é, de forma nenhuma, rígida, nem se formula por uma oposição lógica. A divisão corresponderia a uma construção analítica que se baseou na evolução histórica do conceito europeu de nação, entre os séculos XVIII e XIX. Sustenta que ambos, ao conter uma visão do homem e de seus vínculos com a sociedade, seriam, por sua vez, culturais e políticos. Por fim, essa autora realiza a precisão de que o nacionalismo não é uma construção estática:

Queremos apenas deixar claro que a idéia de nacionalismo não se refere a um conceito estático mas, ao contrário, tomou diferentes configurações. Ela se fundiu com diversas correntes de pensamento e em cada uma delas assumiu um contorno específico. A ligação do nacionalismo como o romantismo fez a nação ser concebida como uma entidade emotiva, símbolo da singularidade, à qual todos os homens deveriam se integrar. O conservadurismo trouxe para o nacionalismo o desenvolvimento de sentimentos nacionais baseados na tradição histórica. Não existe nem nunca existiu um único nacionalismo. (LIPPI, 1990, p. 43-44)

A construção do discurso nacionalista militar flutua entre essas tendências, e, ao dizermos que o discurso militar se identifica mais com o nacionalismo cultural não significa negar sua intencionalidade eminentemente “política”, e que não apele à propaganda da Nação cidadã, como de fato o fez na convocatória ao plebiscito de 1980.

### **Origens discursivas do “idómito Pueblo Oriental”**

A escola alemã define a comunidade nacional como um produto de fenômenos inconscientes e involuntários, em essencial a língua materna e as tradições populares, e privilegia a cultura como o fator fundamental da construção da nação. Tende a contrapor-se à idéia de progresso, apelando romanticamente aos “tempos remotos” e idílicos. Ainda que o discurso militar apreendido nos textos expresse uma Nação como comunidade cultural, não deixa por isso de exaltar o presente como uma boa situação, e não como um “progresso” diante de um passado fundador, senão que como o resultado natural, o endireitamento, logo depois de uma saída da “História” – que seria a abrupta interrupção da ameaça subersiva na década de 60-.

Esse nacionalismo, ao não se basear nos direitos cidadãos, tende a rechaçar os direitos individuais como elementos de coesão do grupo: pertencer ao grupo não é questão de uma escolha individual, é, senão, o “espírito nacional” aquele que acrescenta um sentido místico e pode ser visto como uma fonte de valores e conduta. (LIPPI, 1990, p. 32)

Aproxima-se ao que Hannah Arendt (1974) chamou de nacionalismo “tribal”, a singularidade do “povo oriental” diante do resto, mostrando um essência quase genética de ‘ser oriental’.

[...] el nacionalismo tribal insiste siempre en que su propio pueblo esté rodeado por un ‘mundo de enemigos’, ‘uno contra todos’, en que existe una diferencia fundamental entre este pueblo y todos los demás. Reivindica a su pueblo como único, individual e incompatible con todos y niega teóricamente la simple posibilidad de una humanidad común largo tiempo antes de ser empleado para destruir la humanidad del hombre”. (ARENDR, 1974, p. 298)

O discurso expressado nas fontes alterna entre os inimigos, e passa, quase simultaneamente, de inimigo a amigo, como é o caso de Argentina e Brasil. Para citar um exemplo na luta da revolução oriental, quando é feito o sítio a Montevideo, não é especificado contra quem é essa luta. Esse detalhe importa pouco, é o “inimigo”, e com isso basta. A manipulação daquilo que são os inimigos na história e presente do livro muda, isso sem perder de foco que, no presente de cujo livro (1980), a coordenação de ditaduras militares no Cone sul no Plano Condor, era um fato. Por isso é produzido um “binômio paranóico”. Brasil e Argentina sucessivamente amigo – irmão, inimigo – estrangeiro. Ser “xeno” nessa comunidade tribal é sinônimo de inimigo.

Pertencer à mesma origem, ou a uma suposta origem remota, é o que facilita o pertencimento de diferentes indivíduos a uma esfera chamada “nação”. Porém, dentro desse grupo é feita uma divisão interna entre os “bons orientais” e os que não são. Apesar de haverem nascido no grupo do “povo escolhido”, não todos tem a dignidade de lhe pertencer, e terminam pecando de “conivência, ou ajuda ao estrangeiro”. Nesse grupo se encontram desde os militares que se separaram de Artigas para unirem-se a Sarratea (militar argentino), até os “agentes do comunismo internacional” na época contemporânea. Esses, indistintamente, são os “orientais maus”, e se encontram fora das vantagens e bênçãos de pertencer ao grupo.

No caso do livro didático, poderíamos citar, como um dos exemplos, a entrega de um sabre a Artigas que fez o General Rondeau (militar argentino). Para um discurso militar, a entrega do sabre é um ato digno de menção. Duas páginas inteiras são dedicadas ao relato da anedota do sabre, o qual Artigas entrega a seu irmão antes partir. Inclusive fotos (três) aparecem, e são narradas histórias de todas as pessoas, “seis generaciones”, que portaram o sabre depois da morte do irmão de Artigas. Há, nessa narrativa, um tom extremamente dramático, já que é o centro dramático da narração: a retirada do protagonista depois da traição maquinada pelos mais próximos. São muitos os adjetivos, e há um jogo apelativo com a palabra irmão e o sabre que foi recebido pelos “irmãos” de Buenos Aires. “El General no puede olvidar a su propio hermano, lo único que le quedaba en ese momento [...] El General que veía más lejos, se desprende del hermoso sable regalado por el Cabildo del pueblo hermano de Buenos Aires en 1811”. (1982, p. 94-96)

Durante o relato da Guerra do Paraguai somos todos irmãos: Paraguai, Brasil, Argentina, Uruguai, e os inimigos são França e Inglaterra. Porém é peculiar que após esse discurso, seja dedicada uma página para a narrar a queima dos Tratados de Limites com o Brasil. A figura do inimigo é o imperialista “irmão” do Norte.

Para a chamada “escola alemã”, a língua materna ocupa um lugar fundamental para definir uma comunidade nacional. Essa é a única que aprendemos inconscientemente e de maneira involuntária, e será o elemento utilizado para a “nação” germano-fônica para sua unificação, e não seria o caso da “comunidade oriental”. Essa não tem na língua um elemento que a distinga do resto das nações, já que comparte com elas, com exceção do Brasil, o mesmo idioma. As distinções com o Brasil não foram expressadas nos textos analisados a partir de diferenças lingüísticas, sabendo-se que na fronteira se fala “portunhol”, e os intercâmbios acontecem sem problemas, uma vez que o português, pelas semelhanças lingüísticas, não é tido como uma língua incompreensível. Ao não se ouvir por aqui outras línguas, - como diz Hobsbawm – o idioma deixa de ser o critério de grupo” sino que es algo que tienen todas las personas como las piernas”. (HOBSBAWM, 1995, p. 65)

Apesar disso, de acordo com o estudo realizado pelas lingüistas Graciela Barrios e Leticia Pugliese, (In: MARCHESI et al. 2004, cap. II) realizou-se durante a ditadura duas campanhas de “defensa de la lengua” tentando elevar o “espíritu nacionalista”. Uma foi dirigida contra o português, e em defesa da língua espanhola, como uma questão de soberania nacional. Dizia um diário da época: “El Gobierno de la República consideró necesario limitar esa penetración en defensa de nuestra soberanía, idioma y estilo de vida”. (Citado por BARRIOS; PUGLIESE; In: MARCHESI et al. 2004, p. 156). A outra, dirigida à pureza do idioma, “la campaña purista” de 1979, contra o uso incorreto da língua.

Las acciones de lucha contra el portugués por un lado (inhibiendo su aparición en los medios de comunicación) y de fortalecimiento del español por otro (proponiendo más horas dedicadas a su enseñanza), pueden interpretarse en términos de funciones separatista en el primer caso , y unificadora en el segundo (Garvin y Mathiot: 303-313) Gallardo, p.p 85-119 llama la atención sobre el hecho de que la función separatista (que diferencia una comunidad hablante de otras creando un a autoidentificación por contraste) se manifiesta de modo negativo, al contrario de la unificadora, que funciona positivamente. (BARRIOS; PUGLIESE; In: MARCHESI et al. 2004, p.158)

É interessante destacar que a campanha contra o português se dá num período em que ditadura brasileira já não é um ideal a seguir, e as relações entre ambos regimes

apresentaram algumas fraturas. Estas campanhas lingüísticas não afirmam a importância dada pelo governo ao idioma como afirmação de nacionalidade, esta não estava sob nenhum perigo, senão que estabelecem que este pode se utilizar como um clichê, que convoca e aglutina todos os uruguaios, exaltando dito pertencimento.

### **O ser oriental**

O elemento étnico é outro dos elementos do nacionalismo “cultural”, porém nesse discurso não se descreve especificamente nenhuma característica física do povo oriental, a não ser adjetivos tais como: heroísmo, probidade, honestidade, não apontando terem aparentemente nenhuma cor particular de pele ou cabelo. Mas como todo historiador deve integrar os esquecimentos e os silêncios, chama muito a atenção a negação por omissão das contribuições da cultura indígena e negra à formação do povo oriental. Nesse discurso, à diferença de outros discursos nacionalistas que situam em “la garra charrúa” com as contribuições espanholas à composição de nossa indiossincrassia, aqui apenas se resgata a tradição hispânica, indicando um sangue sem máculas, o que permitiria possuir uma “singularidade” especial diante de outras populações da região. Não se nega o indígena ou a população negra, diretamente se ignora. Este silêncio não deixa de ter um sabor racista.

Hoje em dia, reconhece-se que a população do Uruguai é produto de diversas contribuições: dos imigrantes espanhóis, das populações trazidas à força (os negros) e os que já habitavam o território que eram os índios. A população afro-descendente corresponde a 6% da população total (no censo de 1998), porém, ainda mais importantes são suas contribuições culturais ao país, sobretudo à música. A população indígena, como grupo, não existe desde o tempo de Rivera. Porém, o que já foi estudado pela Cátedra de Antropologia da Faculdade de Humanidades é a população que possui geneticamente elementos indígenas. Esses estudos, nas últimas décadas, demonstraram que 23% da população do país possui ascendência indígena em seus gens. Por outra parte, o censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (1996), incorporou pela primeira vez, em suas perguntas, uma referência à descrição genética dos entrevistados. 0,4% dos mesmos declarou creer-se descendente de população indígena, o que corresponderia a 12 mil pessoas, num total de 3 milhões.

É interessante ver como a temática indígena é abordada com incoerência. O “elemento” indígena, como é denominado, “es incrementado con el aporte misionero etc. [...] poco a poco va desapareciendo como grupo puro”. Parece ser um fato natural, dada a mescla com outro grupos, que vão desaparecendo como *grupo puro*. A desapareção deles, produtos da matança de Salsipuedes por Rivera, não é mencionada, ou então é mencionada levemente, e não se vincula esse caudilho com os feitos. Fica aqui a idéia que o extermínio deles é um produto natural de “mezcla de sangres”, o que lhe dá um caráter racista a esta análise. São citados os últimos charrúas enviados a França. “Los restos de esta indómita raza”, aqui o mito da garra charrúa, faz-se presente. É controverso que hajam citado, sob o título de “Movimento Migratório”, tal qual são citadas das imigrações européias: os indígenas são considerados como forasteiros em relação à população do país, eles que vêm do norte.

Essa visão do indígena é diferente da postura romântica do bom selvagem, como sucede em outros discursos nacionalistas. A comunidade não é “imaginada”, para tomar as palavras de Benedict Anderson, com a integração do indígena, e é adequado à contemporaneidade do livro, já que não existe população indígena em reservas ou algo assim, se não existem hoje em dia não eram parte de nossa comunidade, porque exatamente como somos agora é um reflexo do que fomos num início, nada mudou. A imagem que se oferece da família atual, através de propagandas em diversos meios (ver capítulo 4) é a mesma da época colonial, uma visão estática do grupo ao que pertence.

Esse grupo, essa “tribo”, o seja “a nação é “imaginada” e também “limitada”, porque inclusive a maior parte delas tem fronteiras finitas, ainda que elásticas. Imaginam-se soberanas, e como uma comunidade, dando por óbvias as desigualdades existentes nelas mesmas: “[...] la nación se concibe siempre como un compañerismo profundo, horizontal”. (ANDERSON, 1997, p. 25)

O conflito histórico diante desse tema se situa nas idéias federais de Artigas, quem não lutava em prol da independência da Banda Oriental, senão com a finalidade de formar uma federação de províncias com as “provincias hermanas” (Argentina). Por isso se confunde, no livro, o período do Federalismo com o governo de Artigas. Ali justamente estaria em discussão os limites da tribo, e a irmandade da comunidade deveria estender-se a outros que não se encontram presentes no livro, como irmãos.

A irmandade dos orientais aparece em várias oportunidades, até quando eles estão lutando uns contra outros e com o apoio dos vizinhos, como na Guerra Grande. Pouco tem de nacionalista esse fato, mas é analisado de acordo com essa ótica. A paz de outubro, na qual se dá paz ao conflito, é apresentada como o desenlace previsto para solucionar um problema de família: “como irmãos em família”, minimizando, dessa forma, as diferenças na “família oriental”. Apela-se também aos célebres ditos dos velho Vizcaya no Marín Fierro, “que los hermanos sean unidos o los devoran los de afuera”, para explicar que sempre primam por esses princípios diante da convivência com o estrangeiro. Como se os orientais soubessem que no fundo todos são irmãos, ainda que os fatos históricos digam o contrário.

Os escritores desses textos, aparentemente recolhem a historiografia nacionalista em voga na época, de livros didáticos anteriores, onde essas idéias estavam presentes. Ainda que coincida com a idéia de Herder de que a nação surge da família, e que a natureza cria estas duas, e juntas constituem um povo possuidor de caráter nacional, que se traduz em todas suas produções, não se tem provas de que hajam sido leitores deste autor, e possivelmente o contato indireto haja sido no romanticismo presente em outros textos positivistas. O que deveras fazem é recolher esta tradição existente e dar-lhe outra forma, de acordo com seus próprios interesses. Eles não falseam dados, senão que os editam, para dar coerência ao discurso que querem esboçar.

Coincidentemente Herder destaca que: “Uma nação é feita do que ela é pelo seu ‘clima’, educação, relações com seus vizinhos e outros fatores mutáveis e empíricos, e não por uma ‘essência’ íntima impalpável ou por um fator inalterável, como a raça ou a cor.” (Citado por LIPPI, 1990, p. 37)

Outro critério estabelecido por Hobsbawn, e seguramente o mais decisivo para a construção da nacionalidade por parte dos militares é o elemento que ressalta a consciência de pertencer ou de haver pertencido a uma entidade política duradoura, formar parte de uma nação “histórica”. Como destaca Anderson: “[...] las naciones a las que se dan una expresión política presumen siempre de un pasado inmemorial, y miran un futuro ilimitado, lo que es aún importante. La magia del nacionalismo es la conversión del azar en destino”. (ANDERSON, 1995, p. 29)

Quanto mais antiga seja esta, mais fortes serão os laços que unem seus integrantes. De acordo com esse conceito de “antigüidade”, devemos reconhecer a juventude de nosso país, e de suas possíveis raízes, em comparação com antigas nações européias. Mas como a nacionalidade nesse discurso nada tem a ver com a existência do Estado, as raízes dessa se remontam muito mais além do surgimento do Uruguai como país independente. Por isso, o paradoxo do nacionalismo destacado por esse autor se situa entre a modernidade objetiva das nações à vista do historiador e a antigüidade subjetiva à vista dos nacionalistas. (ANDERSON, 1995, p. 22) Outro paradoxo é o poder “político” dos nacionalismos, diante de sua pobreza e sua incoerência filosófica.

O território do Uruguai atual, e mais alguns outros territórios do norte na época da colônia, se denominavam Banda Oriental, por ser chamada a “banda, franja de terra” que se encontrava ao oriente do rio Uruguai, e a sua população “orientais”, já que esta era a província Oriental dentro do Vice-reinado do Rio da Prata. A população do Uruguai era chamada de uruguaia, e quando se deseja apelar ao sentimento nacionalista, ou patriótico, se os denomina “orientais” (linguagem hoje em dia reservado para as canções folclóricas). Em todo o livro não se menciona o “uruguaio” senão que o oriental, e o primeiro capítulo inicia-se por “Orientalidad”, ou seja, as origens da história estão no nascimento desse ser oriental. Como se fosse uma espécie diferente de ser humano com características únicas, que poderiam ser vinculadas como esse “ser nacional”, diferente do restante. Por outro lado, ao se apelar ao “oriental”, e não ao “uruguaio” se está fazendo menção ao nome mais antigo da agrupação.

### **Origem da Orientalidade**

O início da orientalidade se remete às lutas entre Espanha e Portugal, na luta de Colônia do Sacramento “desocupación total de **nuestro** territorio”. Ou seja, dá-se continuidade entre o primeiro enfrentamento entre portugueses e espanhóis pela posse de Colônia (1680) com a situação de 1829, que derivará na independência do país. Apresenta-se como se fosse a mesma luta, Espanha derivará nos “fomos” em 1829, o paradoxo é que contra quem lutamos em 1811 é justamente contra o império espanhol.



Esse é um claro exemplo da construção muitas vezes artificial de continuidades onde não as há, entre o passado remoto e o presente, ou seja, entre a realidade objetiva do historiador, que fazia referência Anderson, e a realidade subjetiva dos nacionalistas. Isso não é novidade desse discurso senão que os livros de textos anteriores a essa data e também posteriores estabelecem a mesma continuidade.

Outra forma de apelar às origens remotas é por meio da constante utilização do “mapa histórico”. Diante de um território que na época da colônia não era o que é hoje em dia o Uruguai, assim como quando se constituiu como estado independente tampouco tinha limites precisos, aparece uma utilização excessiva no livro didático do mapa histórico. “[...] la aparición, en especial a fines del siglo XIX, de los ‘mapas históricos’, destinados a demostrar en el nuevo discurso cartográfico la antigüedad de unas unidades territoriales específicas delimitadas con claridad. Por medio de secuencias cronológicamente dispuestas de tales mapas surgió una especie de narrativa político-biográfica del reino, a veces con vastas profundidades históricas” (ANDERSON, 1995, p. 244).

Esses enchem e enchem as folhas, quase uma obsessão em mostrar os movimentos das tropas, seus avanços, onde se produziam os enfrentamentos, etc. Essa excessiva utilização de mapas ressalta por uma parte uma “deformação” do ofício militar, e por outro uma intencionalidade, já que em lugar de mostrar um mapa da região, do virreinato, etc., centra-se especificamente na área da Banda Oriental, como se fosse já o mesmo território do atual Uruguai, a “narrativa político-biográfica” da que falava Anderson. Procurando marcar nesses tempos remotos os atuais limites do país, e ressaltando profundamente o rio Uruguai como um limite, e não como um vínculo de união que era com as províncias litorais. É deixado difuso o território do norte porque será um tema a se analisar posteriormente, e é do “roubo” do território do norte do rio Cuareim nos tratados de 1851.

É interessante ver o paradoxo que se apresenta, já que se fala de “roubo” de território por parte dos portugueses, que de fato o haviam ocupado fazia muito tempo, e não da divisão da família oriental. Faz-se referência ao roubo de território e não ao “roubo” de população. Ou então os território não estava povoados – coisa que obviamente não era certa – ou considerar a separação da família apresentaria uma dificuldade histórica na fusão da comunidade. Já que apelar àqueles “orientais” roubados – porque o Tratado de 51 designa esses territórios como fora da jurisdição do Uruguai – assim como Hitler reclamava

“recuperar” a população alemã nos sudetes tchecoslováquios, incorporando territórios, o que no caso dos militares uruguaiois não sucedeu de forma alguma. Semelhante fato que enfrentasse dois regimes similares é impensável – duas ditaduras – a brasileira e a uruguaia, tendo esta última tudo para perder, por motivos óbvios de tamanho e força militar. É outro de tantos exemplos em que a exaltação discursiva não condiz com a realidade do fatos.

Os militares, tal como destaca Leirner Camargo (1997), ao se pensarem defensores da pátria, a questão do território resulta fundamental, e tudo que signifique mutilação, assim como ampliação, é um fato histórico de e para militares.

Coincidindo com o que foi exposto anteriormente, a análise do livro diante dos cinco tratados de 1851, destaca apenas um, o de limites. “El más doloroso era el de límites, pues entregá**mos** al Brasil todo el territorio al norte del Cuareim, **nuestros** derechos establecidos por el Tratado de San Ildefonso de 1777 [...] Perdía**mos** [...]. [sem grifo no original ] (1980, p. 42). Uma postura anacronicamente nacionalista dos tratados que é compartilhada por parte da historiografia uruguaia quase sem exceção até a década de sessenta, novamente ressalta-se a falta de novidade das análises históricas apresentadas.

Nós somos vinculados, o hoje com esse passado, fomos nós os “roubados”, os que perdemos o território, é a mesma comunidade que permanece imortal, ainda que os integrantes se vão sucedendo no tempo.

A história transmitida é uma sucessão de fatos históricos que se apresenta como uma espécie de melodrama em que o desenlace final será a independência, a liberdade, etc. Para eles, se está “avançando”, e o final da “novela” será esse, a situação atual (1980), mas é preciso conhecer as vicissitudes que a fizeram possível. Palavras tais como “novas intrigas”, a “manobra”, “máscaras”, são frequentemente usadas. Os jogos de azar que se convertem em destino. (Anderson) A História do Uruguai no discurso do livro de texto escolar parece uma linha reta preestabelecida, com uma continuidade assombrosa e uma coerência de atitudes, desde a colônia até a atualidade. O elemento que é ressaltado como de longa duração no discurso militar é justamente o lugar do militar. A história é feita por militares e o fim da história, o presente é finalizado com eles, na construção do Novo Uruguai. No caso de dificuldades, “pedras” no caminho, estão representados pelos inimigos da nação: países estrangeiros que invadem, ou pessoas que simulam ser da “nação”, mas

defendem interesses estrangeiros. Cada um desses inimigos são representantes de um século, o XIX e antes dessa data é representado pelo Brasil e Argentina. No século XX, os inimigos têm diferentes disfarces (grevistas, partidos minoritários, políticos corruptos, subversivos) respondem a interesses pessoais ou de países estrangeiros. Mas em ambos casos se afastam do que é o interesse da comunidade nacional, da “família oriental”.

### **Um povo, um líder, Gral. José Artigas**

O fio condutor do relato no primeiro tomo seria: As vicissitudes do General Artigas para dar o Uruguai tal como é hoje. Então, a partir desse fio narrativo, agregam-se dados, que na realidade são aleatórios em relação a essa explicação inicial. São citados nomes de personagens “secundários” diante do protagonismo nessa película que poderia chamar-se: Como fez Artigas para criar o Uruguai?

As continuidades são freqüentes quando se entrelaçam elementos do presente do livro – ditadura militar – com esse passado remoto que se vangloria. É uma prolongação histórica das mesmas alegações. “El General Artigas quería extirpar de la sociedad a los elementos que representaban un peligro para la realización de sus ideales políticos, los enemigos del Sistema de la Patria”. (1982, p. 105)

Logo os inimigos do Sistema da Pátria serão outros, mas o Sistema da Pátria parece algo imóvel e imutável. O que se deve manter é a suposta homogeneidade inicial que lhe dá legitimidade ao governo, porque é o desejo de ser parte do mesmo. Artigas, se estivesse vivo, repetiria as mesma façanhas de 1800, lutando contra os novos inimigos, já que Artigas é General, um militar. Para Anderson: “Las comunidades no deben distinguirse por su falsedad o legitimidad, sino por el estilo en que son imaginadas”. (ANDERSON, 1995, p. 23-24)

Por outro lado, nesse livro se confunde a história de Artigas com a história da “Pátria”, em várias oportunidades podemos observá-lo, assim como também nas chamadas cronologias de finais de capítulo: “6 de abril Artigas va a [...], 12 de Abril Artigas se encuentra en [...]”. O pai e fundador da pátria, o líder mitológico é o criador e realizador da história.

Artigas não só é um herói pátrio senão que modelo de uruguaio, um herói que deve formar as mentalidade e as condutas dos uruguaio. Porém é um militar republicano e não

monarquista – impossível em um país onde essa tradição, mais além da distante coroa espanhola nunca esteve presente -. Desse modo, o relato vai se enchendo de anedotas que pouco representam, se o que se pretende é a construção de um herói pátrio mas sim, se o buscado é um modelo comportamental.

Em muitas oportunidades é dito que Artigas “está a serviço de...”, submissão diante da autoridade. A submissão exaltada, assim como sacrifício que é citado em várias oportunidades. Por outro lado, um bom oriental deve preocupar-se por sua família como “chefe da mesma”. É incorporada ao relato, no meio de descrições de batalhas, uma carta que Artigas envia a sua sogra, na qual lhe pede que cuide de sua esposa.

Como él decía a su suegra, doña Francisca Artigas de Villagrán, en 1809 desde el paso de Polanco: “Mi más venerada Señora: Aquí estamos pasando trabajos, **siempre a caballo**, [sic] para garantir a los vecinos de los malevos. Siento en el alma el estado de mi querida Rafaela. Venda usted cuanto tenga para asistirle, que es lo primero y atender a mi querido José María que para eso he trabajado. (1982, p. 9).

Quando Artigas aparece separado de sua família pela obrigação que a causa lhe impunha, a luta pela pátria, não é destacado que sua esposa era sua prima irmã – o sobrenome de sua sogra é Artigas -, que esses problemas de saúde possivelmente foram devidos a problemas mentais que adquiriu sua esposa durante sua vida, e que o querido José María não era o único dos filhos que o herói tinha espalhado por todo o território – as vezes a luta era larga-. Mas obviamente esses dados são irrelevantes, e omitidos com necessidade. É um modelo de família que está sendo construído no discurso, e mais que ao público que se dirige é às crianças.

Outra contribuição de Hobsbawm é destacar o papel marginal que nesses discursos se reserva ao povo. Não se considera que a “nação política” o inclua, senão que a participação protagônica é assumida pelas elites, ou antes pelo líder mitológico do qual se creem descendentes. Contrariamente, o indica Herder que a construção da nação se faz pelo homem comum, pelo integrante do *Volk*, que suas qualidades excepcionais faz sentir a nacionalidade e é a força criativa da cultura. (Citado por LIPPI, 1990, p.40) O povo “oriental”, quando é citado, apresenta um caráter de acompanhamento, de seguimento ao líder, Artigas nesse caso, o pai único da pátria, mas de acordo com esse relato um pai de profissão militar. Nas revoluções, as guerras em que Artigas ou outros generais posteriores levam adiante, nunca se faz menção à tropa regular, à “paisanada”. Os líderes desse ou

daquele bando aparecem como lutando sós, alheios ao povo<sup>16</sup>. Quando é feita referência ao povo, é um povo em armas, um povo guerreiro.

Na Cruzada Libertadora e na toma de poder por Lavalleja, relata-se dia-a-dia os movimentos dessa expedição, juntamente com um mapa ilustrativo da marcha. Essa reconquista do território é marcada claramente que seja obra do exército, com ajuda das populações. Todo o povo se levanta em armas contra o invasor. Faz-se menção a como Lavalleja arma seu Quartel General e começa a organizar o novo exército com o que restava do disperso exército da Pátria Velha e da nova geração do século XIX, aprenderam juntos ao Protetor a maneira de defender a Pátria. A defesa da pátria se aprende por meio das armas e graças a que as novas gerações hajam continuado “treinando”, Lavalleja conta com esses “novos militares”. O povo em colaboração com os militares para salvar a Pátria.

As figurações são recursos freqüentes para asseverar o vínculo intrínseco e unânime do povo com o líder Artigas:

Como limaduras de hierro atraídas por el imán fueron impulsadas las partidas criollas por la presencia de Artigas [...] Nada prudente era invitar al lobo a solucionar los problemas internos de la majada [...] No hace cambiar las ideas de los orientales. En los momentos de peligro, en las horas de incertidumbre, el comandante militar es llamado por su pueblo para transformarlo en su guía en su conductor. (1982, p. 14, 27)

Dessa citação romântica podem inferir duas leituras complementárias: “a militar” e a “romântica”.

O papel destacado que se otorga ao líder, ao “indivíduo” singular em contraposição ao “povo”, se vincula com a concepção romântica do papel dos indivíduos da História. Esses não são indivíduos isolados, senão que são representantes da singularidade, da grandeza da nação.

---

<sup>16</sup> Esta análise que descuida do social, não é exclusiva desse discurso militar, senão que é comum à tradição historiográfica tradicional, chamada “nacionalista”. Com a geração de historiadores iluminada, entre outras influências, pela Escola dos Anais, na qual se encontra o historiador José Pedro Barrán (década de 60) é que se começa a dar importância ao social. Por esse motivo, o livro, no que se refere a esse aspecto, não é diferente de outros manuais que circulavam em sua época, como o de Schurmann Pacheco e Cooligham Sanguinetti, Susana Mazzara, Traversoni, e outros. Sem pretender fazer uma avaliação historiográfica dos mesmos, destaca-se como eles fazem da história um sermão a favor da ordem, da segurança e do progresso, e sem democracia, ainda que não sejam em todos eles.

A manada está unida como um ímã ao líder, ou seja, não é uma decisão senão que é uma união magnética, de forças irracionais, e esse guia, o condutor, é o militar. Por isso que se destaca nos líderes revolucionários, antes de referi-los, a citação de seus cargos no exército: O General Artigas, o Tenente Corenel, e outros. A grandeza do indivíduo é otorgada pelo fato de serem militares, ou antes, aqueles indivíduos escolhidos pela História para encarnar os ideais da nação são os militares.

O apelo ao povo, à tranquilidade, à nação, não são novidades no discurso histórico de inspiração nacionalista, como veremos a seguir, o novo é o lugar protagônico que os militares ocupam na História.

Esse “nacionalismo militar” se encontra em Michelet, que o exército é tido como símbolo mais visível da idéia da pátria. Esse nacionalismo imbuido da idéia de revanche e exaltando as glórias militares se encontra na linha interpretativa não só de Michelet, mas também de Girardet, Péguy, Barrès, Dèroulède, que através do culto ao exército se constrói o nacionalismo francês. Girardot destaca que o ideário é a aventura coletiva contra a vida “calma e pacata” pequeno burguês, sentindo nostalgia da unidade e de grandeza coletiva. (Citado por Lippi, 1990, p. 54) Novamente observamos que na construção discursiva dos militares flutua e se constrói um nacionalismo que dificilmente possa ser classificável, ainda que se indentifique com o nacionalismo cultural alemão.

O papel reservado ao “povo” nos textos militares não é o da “aventura da luta”, senão uma atitude passiva, mostrando obediência e tranquilidade, à semelhança do bom soldado diante de seu superior, e não entusiasmo. É o que Juan Linz (1979) destaca das características das ditaduras nos setenta, já referido na introdução: a falta de mobilização das massas é um dos destaques.

Hobsbawm identifica a utilização do discurso nacionalista com a construção de uma nova legitimidade, e identificando que um “povo” ou uma nação era uma forma simples de resolvê-la. (HOBSBAWM, 1995, p. 92) Para governos novos – ou figuras novas em um governo ilegítimo, como os militares – apelar às antigas tradições e a elas vincular-se, tal como aparecer na história em papéis destacados, era uma forma de resolver essa identificação com o “ser nacional”. Era parte de uma tarefa de reconstruir a história e dar-lhe uma nova significação, onde apareçam em um papel protagônico, e que expliquem de modo positivo o que se vivia na atualidade do livro. Mas quando o governo estava em um

desafio sério com respeito a sua legitimidade, a necessidade de estruturar uma “religião cívica”, nas palavras de Rousseau, era imperante. Ainda que não para solicitar uma mobilização da população manifestando seu apoio, senão uma interiorização de um novo nacionalismo militarista.

### **O povo historicamente guerreiro, tradicionalmente militar**

Agora visamos outra aspecto da discussão: que as valorações, criações “imaginadas” da comunidade nacional que aparecem nas fontes analisadas, não correspondem mais que a uma parte apenas dessa sociedade que são as Forças Armadas. Supondo ser claro que essa se apresente como uma homogeneidade, quando em realidade não o são, senão que um grupo dentro dessas assume a voz e as construções discursivas. Mas não poderíamos afirmar que essa forma de imaginar a comunidade é a que predomine, muito pelo contrário, vemos na necessidade manifesta de escrever também a correlativa necessidade de criá-la, ou antes, difundir essa “nova” forma de imaginar o que somos.

Uma forma de imaginá-la é através da exaltação da tradição “guerreira”, o que se constitui um elemento de larga duração no discurso militar e se vincula também com os caracteres mitológicos da comunidade nacional, o povo, a tribo guerreira. A nacionalidade veio sido gestada com a **luta** contra o português, o portenho, o montevideano, “en una palabra, contra toda imposición foránea, se irá encarnando en el sentir de la orientalidad”, como o texto, o que lhe daria um lugar proeminente em toda a evolução histórica às Forças Armadas. A luta é contra a imposição forasteira, antes o inimigo é o estrangeiro, o invasor de fora, na contemporaneidade o inimigo é o comunismo internacional, identificado com a Rússia.

O melhor oriental é aquele que está envolvido com a guerra. Os principistas (mediados do século XIX), grupos liberais que criticavam duramente a ação dos caudilhos e de suas guerras civis, são mostrados pelo livro como “imbuidos de Liberalismo, dejaron hacer, dejaron pasar. Fijaron todo en la soberanía de la justicia y del derecho, alejados de toda realidad” (1980, P. 88). Com essa linguagem irônica, critica-se aos que não estavam em contato com a tradição guerreira, a qual era representada pelos caudilhos, os militares, etc.

Desse modo se “justifica” de modo heróico o século XIX carregado de guerras civis e de revoluções. Todas eram lutas heróicas, apesar de estarem lutando algumas vezes entre si. A seguir analisaremos o caso de cómo foi abordado a Guerra do Paraguai, - algo dificilmente justificável em qualquer livro de História pelo vergonhoso que resultou – que por parte uruguaia interviu o Gral. Venancio Flores: colorado, general e ditador, que por essas características ganhou um lugar privilegiado no livro. Mas que, “apesar”, por haver levado adiante uma revolução contra o governo constitucional de Berro, e por haver sido o que interveio na guerra do Paraguai, tem dedicadas muitas páginas nas quais é descrito heroicamente.

As mortes que serão geradas na guerra que desolou a população paraguaia são explicadas como fruto das enfermidades “que acompanham todo conflito armado”, somado ao meio geográfico em que se desenvolve e é por isso essa guerra – que ainda não menciona – a “hecatombe humana do continente”. Parece-se com as justificativas espanholas da morte dos indígenas. Ao fim dos relatos militares, há um capítulo sobre “las consecuencias”, mas contrariamente ao que se poderia pensar, sobre as conseqüências para o Paraguai é dito: “[...] las consecuencias [...] fueron desastrosas para nuestro país” (1980, p. 78). (e para o Paraguai então?). A partir de agora o Paraguai é esquecido e inicia-se um relato sobre a situação o horrível em que ficou o Uruguai após a guerra, de modo a afastar a idéia de que haja sido um ato mercenário.

O povo paraguaio é uma coisa digna da “lástima”, por seu valor, mas estavam governados por um tirano. Por vez primeira é dado ao Marechal López esse qualificativo. Para nominá-lo diz-se “tirano” López, nada de Marechal. Em contraposição ao “tirano” encontra-se “a presença do general Flores”. Agora é explicada sua participação vergonhosa nesse conflito, e é assim a justificativa: “[...] la presencia del general Flores en el conflicto se debe, sin duda, a la utilización de su carisma y su manera de pensar que como caudillo debía la palabra empeñada con el Brasil, para saldar la alianza contra Aguirre. Empeñada la campaña desconoce el peligro, para él abandonar la lucha hubiera significado dudar de su valor” (1980, p.79).

O tema do valor e da honra é uma característica que distinguiria os “orientais”, os únicos mercedores desse adjetivo. A honra da palavra dada não pode ser traída, de acordo com a lógica militar, e obrigado por esse compromisso é que se deveu, quase sem querer, “obrigado” cumpri-los. Duvidar do valor ou da coragem nesse discurso é quase um desastre. Nada é dito do apoio que o Brasil deu para que se depusesse Berro e que Flores



pudesse assumir o governo, isso nem se cita. Para minimizar a participação de Flores e dos orientais é dito que Flores havia voltado quase em seguida, acompanhado dos integrantes do exército oriental que não haviam morrido – maximizando o sacrifício. Por sua vez, se esclarece que em 1884 são devolvidos os troféus de guerra de modo exemplar, já que Argentina e Brasil o farão somente no governo de Perón e Figueiredo, respectivamente.

Os orientais sabem o que é a justiça, e até sobre acontecimentos que poderiam opacar a “virtuosidade” desse povo, como a Guerra do Paraguai, são utilizados para a vanglória: “Se grabó muy hondo en el sentir de los orientales la injusticia que se hacía con el valiente pueblo paraguayo que defendía su tierra” (1980, p. 79). Em nenhum momento se diz que seja nossa culpa, nem que tenhamos parte dela, foi uma lástima, e isso sentiram os orientais, por seu grande valor e apreciação do que seja a justiça, mas quase como alheios aos fatos relatados.

Em outro trecho, ao se fazer referência à Convenção Preliminar de Paz de 1828, de onde surge o Uruguai como país independente, intervem o Império do Brasil, a Confederação Argentina, “Mediação Inglesa”. Na realidade é uma Convenção entre duas potências que estão em luta: a Confederação Argentina e o Império do Brasil. Mas não se pode intular assim, já que ofuscaria o que se quis transmitir da solitária luta dos humildes orientais contra o poderoso inimigo: Brasil, que por obra da “Mediação Inglesa” chegaram a um acordo. Para minimizar seu papel se diz: “es la verdadera partida de nacimiento de nuestro Estado, en el concierto internacional.” (1982, p. 191) A comunidade já existia, era uma mera documentação, uma papelada que é feita em dita convenção.

A “astúcia” oriental é apresentada em todo momento, até nos empréstimos no estrangeiro. A solicitação de pedido de ajuda a Brasil pelo qual o tratado de Aliança previa – 1853-4 – é apresentada como uma audácia oriental, já que “todas las facciones pretenden sacar provecho de esta ‘ayuda’ ” (1980, p. 55).

A comunidade nacional se apresenta muito contrária ao que dizem os documentos do século XIX, descrevendo-a como um sociedade “ordenada”. A idéia de ordem é algo que persigue e atravessa todo o discurso militar em todas as épocas analisadas. A evolução política e econômica de Uruguai do século XIX pouco pode assemelhar-se a esta ordem desejada. Porém, na criação desse discurso nacionalista, imaginam-se como uma sociedade

ordenada, ainda que o fato de constantes guerras civis e instabilidades do poder central dizerem o contrário.

“En diciembre de 1855, comenzaron a retirarse las tropas brasileñas que más que protección, vinieron para fomentar el caos político”(1980, p. 59). Ou seja, o caos político em que se encontrava o país não era outra coisa que a situação alheia a sua vontade fomentada pelos inimigos brasileiros.

### **A família da Pátria**

Ernest Gellner (1997) destaca que para elaborar uma teoria da nacionalidade são dois ingredientes fundamentais os que definem: o conceito de cultura e de vontade. Relativo a este trabalho, pretendemos analisar quais elementos se destacam no “discurso” militar nacionalista das fontes, como o definidor da comunidade nacional.

Diz Gellner: “El nacionalismo engendra naciones y no a la inversa. No puede negarse que aprovecha si bien de forma muy selectiva, y a menuda transformándolas radicalmente la multiplicidad de culturas, o riqueza cultural preexistente, heredada históricamente”. (GELLNER, 1997, p.77-88)

Está claro que os elementos constituintes do “ser nacional” já estavam estabelecidos na data (1980), a “idiossincrasia” do uruguaio, baseado no mate, no futebol, na democracia, na boa educação, entre outros. Ainda, uma imagem reflexa do que “havíamos” sido, por mais que alguns deles já não se mantivessem. Esse discurso não inventa esse nacionalismo, senão que se apropria de tradições já existentes, e as redefine em muitos casos mudando-lhes seu conteúdo, ou antes ressaltando outras, que até o momento não haviam sido manifestadas.

Importa ressaltar que os militares, durante o período da ditadura, reivindicaram a tradição gauchesca e campestre, rememorando antigas datas pátrias, e ressignificando outras que até o momento não haviam sido importantes. No livro didático aparece, em quantidade, informação histórica, datas e acontecimentos marcantes, mas não é a história do gaúcho indomável, ou da vida em campanha que vangloriará a historiografia romântica, senão a da proeza guerreira.

A vontade de pertencer ao grupo se apresenta em vários fatos e todos os acontecimentos ainda que digam o contrário são analisados sob esse pressuposto. A

vontade e a não eleição de integrar-se ao mesmo, como é o sexo, a cor da pele. Anderson fala de “laços naturais”, da “beleza da Gemeinschaft”. (ANDERSON, 1995, p. 202). Dito de outro modo, porque precisamente tais laços não se escolhem, têm certo aura da desinteresse.

Ao contrário do discurso chauvisnista tradicional, o futebol não é o elemento fundamental da nacionalidade, já que os triunfos olímpicos de 1928, a Copa de 30 e de 50, não ocupam um lugar maior no discurso. O tema da Pátria se vincula com o heróico, com o guerreiro, com o sacrifício, valores mais identificados com o corpo militar que um simples esporte trazido de Inglaterra.

São várias as partes do livro didático em que as vinculações entre o passado e o presente se fazem de maneira intencional. Na parte em que se citam as “festas mayas” na época do artiguismo, são colocados subtítulos que descrevem a festa cívica: Ni ofendo ni temo, Desfile escolar, El niño Manuel de Arauco, Inauguración de la Biblioteca. (1982, p. 113-118). O livro está dirigido a um público escolar. Relatando as festividades da Pátria, nesse documento, destaca-se a participação das crianças nelas, sendo nos desfiles escolares, ou antes o caso dessa criança que escreveu uma poesia. Claro que as situações de 1815-16 nada têm a ver com a do Uruguai da ditadura, porém se busca criar um paralelismo. Também as festas promovidas pelos militares, sobretudo as do “Ano da Orientalidade”, tomam algumas coisas dessas, mostrando-se, portanto, caducas e foras de moda.

Outro exemplo é como é mostrado o pensamento artiguista: “El pensamiento de Artigas era claro en el servicio de las armas, por otra parte, seguía el pensamiento tradicional hispano”[...]. “Ningún americano debe ser indiferente al Sistema. Todo el mundo debe alistarse para servir en un caso forzoso”. Como se puede ver, dar “la mayor seguridad a la provincia, providenciando su mejor arreglo.” (1982, p. 116)

Essa citação aparece abaixo do subtítulo da página: “Ninguno indiferente al sistema”. Essa identificação do povo ao líder é de colaboração e ajuda. Do mesmo modo, durante a ditadura buscava-se a convivência e colaboração da população por meio das “denúncias” aos procurados pela “justiça”, e se a convidava a confraternizar-se com o sistema nos atos públicos, festividades e desfiles.

Quer-se indetificar a obra militar com o cuidado pela segurança que era o interesse mais profundo de Artigas. Na suposta citação de Artigas, confirmam seu agir: Este paso **no**

**es conveniente solamente por la guerra** [sem grifo no original] sino como un medio de la tranquilidad. De su allanamiento resultan ventajas a nuestra situación política.” (1982, p. 116). Ou seja, a função dos militares na salvaguarda da segurança, tal como disse o Profeta da Pátria deve estender-se não somente em épocas de guerra, senão que também no desenvolvimento corrente da sociedade, já que os militares são parte do SISTEMA. A vinculação entre a temporalidade do tema da doutrina de Segurança Nacional faz-se presente.

As antigas disputas e guerras civis eram minimizadas, e os elementos heróicos e os personagens exaltados, com o fim de buscar a unidade nesse relatos, o homogêneo diante do dissidente.

### **A religiosidade nacionalista**

A fantasia ou “imagineria” nacionalista, ademais que seja construída a partir da guerra, preocupa-se pela morte e pela imortalidade. Isso sugere um forte afinidade com fantasias religiosas. Como destaca Anderson, a morte é a última de todo um gama de fatalidades.

A Cruzada Libertadora é descrita através de um documento “de un testigo y actor de los hechos”. O documento que relata os pormenores da expedição e que finaliza heroicamente ocupa duas páginas: “El 19 de Abril de 1825 pisan los 33 libertadores el suelo patrio, desembarcando en el Arenal Grande [...] El **inmortal** Lavallega ordena a los tres lanchones su regreso y con la rodilla en la tierra, desplegando las dos banderas, **jurar ante Dios y por la Patria**, [sem grifo no original] libertarla del poder extranjero o **perecer** en la lucha”. (1982, p. 180)

Nesse trecho curto, adverte-se, por meio do vocabulário, uma apelação à imortalidade, essa imaginação religiosa que dizia Anderson. Lavallega está além de morte, é imortal porque luta pelo Bem Supremo que é libertar a Pátria do poder estrangeiro. Por outro lado, menciona-se a Deus, para confundir os desígnios da Pátria com os desejos de Deus, quase uma imagem do Povo de Israel.

Outro relato similar é o da morte do caudilho Anacleto Medina na Revolução de 1870 contra o presidente Lorenzo Battle. Sua virtude era que havia sido: “[...] un viejo guerrero de la Independencia (con mayúsculas) brazo derecho de Rivera, como ninguno

adhiro a la política fusionista de los caudillos de 1855 la que sostuvo hasta su muerte”. (1980, p. 83). É uma virtude estar fora dos partidos, de acordo com essa interpretação, ainda que a postura de Medina não fosse bem assim. Aparece como que lutando a favor da Pátria sem bandeira, e é citada uma suposta proclamação que “sostuvo hasta su muerte”. Busca-se gerar uma imagem de Medina morrendo com essa frase na boca, o sentimental, e também da identificação da vida dessas pessoas com a “coisa pública”. Vivem e morrem por e para isso, e tanto é assim que na hora da morte citam seus “princípios”.

É algo chamativo como se logra interpretar o “desejo mais profundo” daqueles que na contemporaneidade dos escritores do livro já estavam mortos. Não é algo novo, senão que característico dos nacionalistas ao estilo de Michelet. Este não só afirmou estar falando em nome de grandes números de defuntos anônimos, senão que insistiu, com comovedora autoridade, em que podia dizer o que eles “realmente” quiseram dizer e “realmente” desejaram, já que eles mesmos “não o compreenderam”. Desde então, o silêncio dos mortos já não foi obstáculo para a consumação de seus desejos mais profundos, diria Anderson. “En esta misma vena, más y más nacionalistas de ‘segunda generación’ en las Américas y en otros lugares aprendieron a hablar ‘por’ los muertos con quienes era imposible o indeseable establecer una conexión lingüística. Esta ventriloquia al revés ayudó a allanar el camino a un cohibido indigenismo, sobre todo en la América del Sur”. (ANDERSON, 1995, p. 276)

Quando é feita referência à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, se apresenta como uma realização de estrangeiros: “representantes de los Gobiernos de las P. U del Río de la Plata y el Imperio del Brasil”. Posicionam-se criticando que este documento seja “frio”, já que não expressa a vontade dos orientais. Os contemporâneos não souberam identificar a vontade dos orientais, o que se faz 150 anos depois, já que eles realmente sabem qual era essa suposta vontade.

Por outro lado, no discurso nacionalista a construção dos silêncios e das realizações dos fatos está presente. Poderíamos dizer que o objetivo do livro didático difere, num ponto essencial, de outros da época, na exagerada menção a dados e fatos, considerados irrelevantes por outros historiadores. Por sua vez, a diminuição de figuras que até o momento haviam disfrutado de lugares protagônicos, como José Batlle y Ordóñez (partido colorado), que se analisa no capítulo 3.

No dizer que Anderson: “Todos los cambios de conciencia profundos, traen consigo amnesias características. De tales olvidos brotan, en circunstancias históricas específicas, las narrativas” (ANDERSON, 1995, p. 283)

Sob o título “El Nuevo Uruguay”, finaliza-se o segundo tomo do livro didático, referido ao tema do Uruguai atual (1973-1980). O fim da história termina com eles, o início do caminho e na chegada desempenham as Forças Armadas um papel fundamental, sobretudo a milícia que é ressaltada em todo momento. Esse tema ocupa 20 páginas, um lugar significativo. É para mostrar as realizações do regime, destacam-se represas, vias férreas, e termina com cifras e gráficos do sistema educativo. Ressalta-se que alguns dos projetos concretizados já haviam sido planejados, iniciados fazia muito tempo, mas que não foram terminados. Foi necessária a eficácia desse regime para concluí-los, ou problemas antigos que apenas agora encontram solução, no “Novo Uruguai”.

De acordo com Anderson, esse nome “novo” tem o sentido invariável de “sucessor” ou de “herdeiro” de algo já desaparecido. O “novo” e o “velho” estão alinhados diacronicamente, e o primeiro parece sempre invocar um favor ambíguo dos mortos, aos quais já fizemos referência no decorrer do capítulo. [...] el proceso de interpretar el nacionalismo genealógicamente: como la expresión de una tradición histórica de continuidad serial. (ANDERSON, 1995, p. 260, 270)

Finalizamos afirmando com Gellner (1997) que numa era nacionalista as sociedades se adoram abertas e descaradamente, prescindindo de qualquer dissimulação. Pode-se estabelecer uma possível hipótese de que houve um intencionalidade para “inflar” esse nacionalismo, que implica “adorarem-se a si mesmos” ou seja, a tudo que nele há. É uma forma de despertar sentimentos irracionais, como o patriotismo e o amor, e direcioná-los ao regime. Por sua vez, destacar que o melhor do país é “sua gente” é um recurso demagógico muito usado, tanto para governos democráticos como para os que não o são. Não é a finalidade deste trabalho provar que haja sido de fato uma época de ufanismo nacionalista de parte da população e que a sociedade se haja “adorado abertamente” – já que considerar sua presença em atos públicos não é um grande indício- .

Destacamos, ao finalizar, que a proximidade desses textos históricos de qualquer construção teórica nacionalista citadas é *mera casualidade*. Pensamos pois que não possuem uma filiação historiográfica nem teórica – ou pelo menos não como ação

consciente -. O uso que é feito da história é novidade na medida em que são os primeiros em reescrevê-la para legitimar um governo específico, o deles, mas muitos dos recursos usados, como viemos argumentando no correr do capítulo, eram já manipulados pelos manuais e pela historiografia existentes.

## CAPITULO III

### UMA IMAGEM VALE MAIS QUE MIL PALAVRAS...

#### **Iconografia nacionalista**

Nesse capítulo, propomos analisar o rico discurso que o livro transmite a partir das imagens utilizadas, assim como a disposição das mesmas em páginas e as mensagens que emitem.

Já fizemos menção, no capítulo referido ao nacionalismo, o significativo das capas de ambos os livros. A cor utilizada nas bordas de cada página é azul celeste, muito similar a da “Bandeira Nacional” (azul celeste, e a página branca). Com essas cores, dão-lhe solenidade às páginas em que se escreve “Nossa História”, o livro da “Pátria”.

Para ilustrá-las, são escolhidos dois quadros, um de Pedro Blanes Viale: “El General Artigas dictando a su secretario”, e o segundo de Juan Manuel Blanes: “El altar de la Patria”. A pesar desses dois pintores possuem um sobrenome em comum, não tiveram parentesco, e desenvolveram suas obras em contextos históricos diferentes, por mais que hajam convergido na temática histórica.

Juan Manuel Blanes (1830-1901) é um pilar da pintura nacionalista uruguaia, e é considerado como o pintor da pátria. Portanto, o fato que se escolha um quadro seu significa priorizar aquilo que é considerado como patrimônio da Nação. Ele, ademais de uma frutífera produção de autorretratos, passou a abordar a temática histórica a partir de 1864. Sua obra é considerada por Peluffo Linares como: “la primera producción pictórica de carácter nacional (entendiendo por tal no sólo la pintura que reproduce los ideales del Estado-nación, sino aquella que surge de un compromiso vital del autor con su propio medio)”. (PELUFFO LINARI, 2000, p. 16)

Na segunda metade do século XIX, existia no Uruguai um grande movimento cultural, envolvendo a literatura e a história, de caráter romântico, que exaltava os fatos históricos com um tinte de heroísmo, além de tratar de personagens até então omitidos: os indígenas e os gaúchos. É daí que surge a imagem mitológica de Artigas, e sua “leyenda rosa”, como herói do país. Nesse período, no qual emerge o sentimento nacional, essa produção cultural era estimulada de modo que contribuísse para a unidade Política do



Estado. Juan Manuel Blanes, que possui uma grande atitude científica que o enquadra no positivismo, tenta “reproduzir” os fatos o mais fiel possível ao que foram, com a clara exceção da alegoria de “El Altar de la Patria” (1891), uma de suas últimas composições.

No momento de sua realização, sua obra recebeu uma recepção calorosa pelo público, tal qual nos diz o crítico García Esteban:

[...] Blanes quedó relegado a un segundo término [en el siglo veinte], después del decreto que lo definía como ilustrador solvente y fuera conducido a un pasado sin proyecciones válidas, fuera de la exaltación patriótica y el documento. Hasta la admiración que sigue manteniéndose alrededor de alguna de sus telas suele situarse en núcleos que no son reconocidos como buenos catadores estéticos (Citado por PELUFFO LINARI, 2000, p. 16)

Por esse motivo a eleição desse pintor como aquele que represente a imagem da história Nacional é muito significativa, e se inclui a os autores dos textos, conforme García Esteban, dentro do grupo dos poucos experimentadores estéticos” (Citado por PELUFFO LINARI, 2000, p. 16). Pensamos que foi escolhido por motivos que superam o valor estético, motivos, senão, de valor patriótico, que estas obras possuem. Por sua vez, sua reprodução em cadernos escolares, notas de dinheiro, quadros pendurados nas repartições públicas, fazem-no um pintor facilmente reconhecível por todos.

Como destaca Ansart, “a propaganda só é eficaz na medida em que propaga mensagens adaptadas em inteligíveis” (1978, p. 16), se o que se busca é transmitir uma mensagem “nacional” apelar-se-á a buscar aqueles elementos que facilmente assim o identifiquem.

Em contrapartida, a obra de temáticas históricas de Pedro Blanes Viale (1878 – 1926) se insere no contexto do “espírito do centenário” (1925 – 1930). Nesse contexto de festejo nacional, o governo encarga diferentes obras artísticas, como o encargo da construção do Palácio Legislativo, o monumento a Artigas, ao mesmo tempo que as obras de pintura histórica de Blanes Viale. Tendo em vista a diversidade de obras desse pintor, os autores privilegiam aquelas que exaltam as idéias que concordem com o discurso do texto, nesse caso, ressaltar a figura de Artigas.

De acordo com as afirmações acima, no primeiro tomo, que relata as vicissitudes de Artigas, encontra-se esse na capa, na pintura mencionada. Ele se encontra de pé numa casa de estilo colonial da campanha, e dita umas palavras a seu secretário, o padre Monterroso,

que se encontra tomando nota com uma pena. Do lado de fora está o céu claro, celeste, cavalos, e uma imagem clara, possivelmente uma mulher vestida de branco num cavalo de mesma cor. Artigas se encontra vestido de militar, com as cores do exército artiguista, e sobre si leva um poncho, símbolo da campanha. Parece a imagem de Deus ditando as tábuas da Lei a Moisés. Dessa forma, rodeia-se esse ato solene com uma representação religiosa, pela figura do padre e pela postura em que se situa Artigas, ambos rodeados de pessoas de cor. Um agachado cebando mate, possivelmente simbolize a Ansina (seu fiel assistente), e outro observando o que se escreve, mas sem participar. Esta é uma imagem possível do que pode significar os atos de governo, feito pelos líderes, ou antes “pelo líder”, nesse caso o pai histórico da nação. O papel do povo neles seria como o dos negros, rodeando ou observando as realizações, porém sem serem protagonistas diretos.

Desde essa perspectiva, este primeiro livro se referirá, quase em sua totalidade, a narrar os avatares de Artigas, num relato personalista sobre os feitos. Por isso, encontramos congruência no discurso dos autores do livro o fato de figurar na capa um quadro sobre Artigas, porém que não apareça ele sozinho, senão em ação, “fazendo a pátria”. Logo na segunda página do livro, aparece a imagem de Artigas na Porta da Cidadela, que é um quadro de referência. Quem pensa em Artigas recebe quase instantaneamente essa imagem na memória, obra de Juan Manuel Blanes. Aparentemente, esse artista sintetiza o que os escritores desejavam expressar, e por outra parte esses quadros são facilmente reconhecidos pelos receptores da mensagem pelo que o mesmo se faz inteligível.

Não obstante haja no segundo tomo outra imagem, cremos que os autores do livro buscam a mesma identificação. Ali Artigas já não será citado, uma vez que se discute os acontecimentos do século XIX e XX. Portanto, é o quadro “El altar de la Patria”. O altar indica a imagem da celebração da missa onde o sacerdote se localiza nesse. Aquí a figura religiosa é a Pátria, representada por uma mulher, de pele clara e postura firme, segura, apoiada num marco, no qual se vêem as datas 1825 e 1830, as datas da independência. A partir de suas vestimentas, poder-se-ia dizer-lhe uma santa, que em lugar de uma cruz, leva um estandarte com um sol dourado, que seria o que ilumina a Pátria. Essa pintura está cheia de simbolismos: no morro de Montevideo, a capital do país. Ela está situada de costas à baía do porto de Montevideo, símbolo de riqueza comercial, assim como há gado, simbolizando outro dos pilares econômicos. Na terra que rodeia essa mulher, há espigas de

trigo, aludindo à fertilidade das terras. Nesse quadro também se inscreveriam as riquezas econômicas do país. A mulher está apoiada em um livro que seria a Constituição, sobre a bandeira, da qual sobressai uma balança, símbolo de Justiça.

Coincidentemente com o quadro escolhido, nesse tomo é redigido a vida “da” Nação, “da” Pátria, como se ele fosse a mulher da capa. O pai Artigas, veio em primeiro lugar, agora a mãe da Pátria, conformará a família Oriental, homem, mulher, nessa ordem. Cada leitor do livro deveria sentir-se filho desse matrimônio, e parte dessa família, que como um álbum de fotos familiar, começa com o nascimento da mesma, sua evolução de crescimento, a crise da mesma (década de sessenta, e inícios da subversão) e termina em sua vida adulta feliz e decidida, no “Novo Uruguai”, casamento que teve a ver com a instituição militar.

Logo depois desse primeiro contato com a capa, nas primeiras páginas certas idéias são sintetizadas, consideradas centrais pelos autores, pelo lugar primordial que ocupam nas páginas. Estas são frases breves de poetas reconhecidos como da história cultural do país, sobretudo de Juan Zorrilla de San Martín, o poeta da Pátria, e no primeiro tomo, frases de Artigas: “Los jóvenes deben recibir un influjo favorable en su educación para que sea virtuosos y útiles a su país”. Na parte inferior, a assinatura de Artigas facilmente reconhecível, como se ele houvesse firmado esse livro, em sua primeira página, para aconselhar seus leitores o importante que é instruir-se. Os autores, ao escolherem essa citação em vez tantas outras, estão compartilhando os fins da educação que aqui Artigas assinala. Esta não vale em si, por um crescimento pessoal, as bondades da mesma estão determinadas na medida em que façam bem ao país, é um bem superior que transcende a singularidade do indivíduo. Estabele-se um nexos com a segunda frase citada, que é tão conhecida que os autores não pensam valer a pena assiná-la embaixo: “Sean los orientales tan ilustrados como valientes” (de Artigas). A essa frase acompanha, na margem superior da página, o escudo da Província Oriental, onde aparece novamente uma frase conhecida de todos: “Con libertad no ofendo ni temo”. Pensamos que se busca sintetizar que a valentia caminha junto da ilustração, como se esta última servisse se acompanhada de valor, que não se representa em outra coisa que não seja na luta, e são os militares na sociedade que resumem esta acepção. De acordo com isso, a intelectualidade não serve porque é débil, não a acompanham de valor nem de luta, como aconselha Artigas.

Portanto, encontramos uma coincidência entre o discurso iconográfico das obras dessas pintores e das idéias expressadas no livro, na concepção de liderança de Artigas e das idéias definidoras de uma nação.

Outro aspecto importante a destacar sobre as imagens é que essas são amplamente utilizadas, as vezes ocupando toda a página, contrariamente aos que eram os livros didáticos que havia na época, parecendo assim que os editados pelos militares eram amplamente superiores, desde a perspectiva da impressão. Coincidentemente a revista “El Soldado”, editada pelo Centro Militar, que analisamos no capítulo 4, destaca-se por suas abundantes imagens e ótima impressão, o que nos fala de uma disposição aquisitiva importante para realizar ditos exemplares.

Assim pois, ditas pinturas que se fazem presentes em quase todas as páginas, são escolhidas de pintores reconhecidos, e preferencialmente aquelas de temática histórica, de batalhas ou feitos militares. Citamos por exemplo a “Mañana de Asencio”, de Carlos María Herrera, “Batalla de las Piedras”, de Juan Manuel e Luis Blanes, “Batalla de las Piedras” de Manuel Rosé. Assim como aquelas que ilustram o exército: um desenho de um capitão, e um soldado de artilharia, de Sansão, para mostrar as vestimentas, “Campamento de las Compañías de artillería”, entre tantas outras.

Junto dessas imagens que ilustra vestimentas do exército, aparece uma lista que descreve a composição do exército de 1825, por hierarquia: Comandante em Chefe do Exército: Brig. Gral. Juan Antonio Lavalleja, Estado Mayor General: (...) ainda que esses dados possam parecer irrelevantes, os consideramos de fundamental importância. Primeiramente, busca-se identificar um herói pátrio, Juan Antonio Lavalleja, com o posto de Comandante em Chefe do Exército, o mesmo posto que, na contemporaneidade do livro, gozava o Tenente General Luis V. Queirolo (1980); ou seja, buscando nexos com a atualidade, entre os heróis de ontem e “os heróis” de hoje. Da mesma maneira, mostra-se uma estrutura hierárquica do exército tal qual era em 1980, fazendo parte da obra da defesa e da independência da “Pátria”, com o que novamente se busca uma conexão com o presente.

Concluindo, cremos que esse poderia ser denominado de “história de espelho”: as FFAA da ditadura se vem, reflexam-se e projetam-se nesse passado que o redigem como sendo glorioso. Elas se vêm como invariáveis na história, e o que vai mudando é o

contexto. Mantêm-se sempre os mesmos personagens, com valores e atitudes iguais, porém os inimigos se modificam, a paisagem também, etc. O verdadeiramente importante permanece, que seria a grandiosa luta que realizaram e realizam em prol da defesa da independência do país. É interessante destacar que as imagens estão dispostas no transcurso do texto de maneira “ilustrativa” do discurso escrito. Escreve-se sobre um tema e coloca-se uma ou várias fotografias de pinturas ou fotografias (de acordo com o período histórico, para ilustrar). Isso aparenta, no caso dos quadros, mostrar uma fotografia dos fatos, tal qual nos periódicos, onde a notícia vem acompanhada de sua respectiva fotografia. Sendo que esses quadros são realizados com posterioridade aos fatos narrados, e não constituem um testemunho “presencial”. Estes possuem uma interpretação do que os fatos históricos foram, e os autores ao não realizarem nenhum esclarecimento, aparecem compartilhando as idéias de pintores de obras.

Exemplo disso é o quadro “Juramento de los Treinta y Tres Orientales”, de Juan Manuel Blanes. Este é um símbolo iconográfico da história nacional, quem pense nos 33 orientales e em Lavalleja, pensará facilmente nesse quadro, já que sua reprodução se acha em toda Escola Pública do país, e em grande parte dos escritórios do Estado. É uma pintura “romântica” do fato, na qual se encontram os orientais imaculadamente vestidos e quase que “posando” para o pintor. Os chefes a frente, o resto atrás, com as bandeiras firmemente cravadas nas areias da praia da Agraciada, fazem o juramento heróico sintetizado pela frase “Libertad o Muerte”. Contrariamente ao que poderia parecer, este quadro aparece pequeno e em preto e branco, quando da redação dos fatos do desembarque dos Trinta e Três e a gesta de Lavalleja (1825) inserida no primeiro tomo de Artigas. Aparece depois também, ocupando uma página inteira em papel satinado no período do governo Latorre (1876-80), no segundo tomo. As razões podem ser que, ao exaltar o Trinta e Três com essa pintura no primeiro tomo, se turvasse a figura de Artigas, que é verdadeiro protagonista do livro. Situando essa obra tão conhecida, talvez a mais divulgada desse pintor no período da ditadura de Latorre, data em que foi realizada, é uma forma de rodear este governo com as máximas realizações culturais que pode haver tido o país. Já que não se pode dizer que é a obra prima da pintura uruguaia, porém sim uma das mais reconhecidas com facilidade das pinturas históricas.

A pintura escolhida é pois aquela integrada ao patrimônio histórico da nação, preferentemente aquelas em que aparecem militares ou batalhas, transmitindo heróismo. São utilizadas para adornar e ilustrar o relatado ao estilo do jornalismo: afirmar o que se está redigindo, ou antes para dar “glamour” a algum período ou personagem buscando identificações que não se estabelecem de maneira escrita; buscando-se na medida do possível a maior quantidade de nexos que vinculem o passado histórico glorioso e o presente que se pretende glorificar.

### **Personalismo na história**

O discurso escrito destaca apenas os grandes homens, e preferentemente se estes são militares. Portanto, traduz-se uma visão autoritária de quem realiza as ações históricas porque se omite a participação do povo, e daqueles que não sejam da família militar. Coincide com isso o discurso iconográfico, já que são apresentadas reproduções “retrato” de personagens destacados. Cada página possui um, e vão se modificando de acordo com qual seja o protagonista.

Por exemplo, ao citar “Presidência de (...)”, há a reprodução de um quadro dessa pessoa. Isso também acontece quando aparecem as duas primeiras presidências. Na de Rivera não se diz “primeira presidência”, senão ofuscaria a de Oribe, como a “segunda”, coloca-se simplesmente o título: “Presidencia del General Fructuoso Rivera”, e a reprodução de um quadro onde aparece o seu busto, parecendo um foto carné. A mesma apresentação tem a de Oribe na página seguinte, com um reprodução do mesmo tamanho, como dando-lhes a mesma importância a ambos. Do mesmo modo que quando se faz referência às bases de paz propostas por Rivera, (1980, p. 39) como diz o título, são as “bases propuestas por Rivera” e aparecem as reproduções das fotografias dos dois. Ambos são considerados os fundadores dos partidos tradicionais, desta forma o livro não se identifica com nenhum, destacando de igual maneira seus heróis, mas omitindo que a história do país haja sido a história dos partidos, e sim a dos militares.

Na medida em que se aproxima o relato ao século XX, há fotografias e estas vão substituindo os retratos. O leitor pode passar sem percebê-lo já que se mantem o efeito “foto carné”. Devemos destacar que, ainda que o efeito da pintura e da fotografia possa ser o mesmo, e busquem ilustrar a imagem do presidente nomeado, a pintura de um chefe de

estado possui uma significação diferente que a fotografia. Estas, obras de arte, eram o meio de deixar para a posterioridade a imagem do governante, assim como o faziam os reis no período monárquico. No caso das fotografias, são apenas um documento histórico, um testemunho sobre um momento específico, como o momento da posse, por exemplo, perdendo a intenção de posteridade que possuíam os retratos pintados.

Desde outra perspectiva, o vínculo entre a disposição das imagens e o destaque ou omissão do personagem histórico se estabelece pela distribuição de imagens que se lhes reserve. A Artigas, que concentra 98% da redação do primeiro tomo, são dedicadas 15 lâminas, o segundo é Lorenzo Latorre, pelo motivo já exposto de ser o antecessor militar a dar um golpe de Estado. Durante o transcurso da narração de seu período de governo, utilizam-se as imagens de duas maneiras. Por um lado, são mostradas caricaturas que aparentemente eram da época, ressaltando suas virtudes de maneira humorada. Destaca-se a eficiência de Latorre como político, onde a oposição não pode chegar a depô-lo, e como administrador, fazendo-se onnipresente em todas as atividades do estado, até na campanha. Por meio da piada, é apresentado como simpático, cumprindo seu dever, porém fora das rigidezes da vida política.

Por outro lado, outra das “técnicas” para exaltar a figura de Latorre é circundar seu período com fotografias de artistas e figuras conhecidas da vida cultural do país. Como se descrevem cada um dos aspectos de seu governo: aspectos judiciais, educativos, etc. Nos aspectos judiciais aparece a foto do Dr. Joaquín Requena, na literatura, a foto de Juan Zorrilla de San Martín, na cultura, Juan Manuel Blanes, e em cores, o quadro do Juramento dos 33 Orientais, como já fizemos menção. Também no espiritual, Monsenhor Jacinto Vera, no educativo, José Pedro Varela. Todos os grandes nomes apareceram nesse período como se fosse a época dourada do Uruguai.

Concentrar-nos-emos na análise de José Pedro Varela, de acordo com a abordagem do livro. Ele é uma figura muito destacada na historiografia tradicional do país, e lhe é feito um grande culto nas Escolas Públicas uruguaias, por ser considerado o fundador da Escola baseada em três princípios: laicidade, gratuidade e obrigatoriedade. O princípio de laicidade é o mais criticado pelos militares como exporemos no capítulo sobre a educação, e esse discurso é coincidente com o livro. Enfatiza-se negativamente o fato de que Varela fosse um positivista, e defensor da laicidade; por isso, é descido do pedestal que se encontrava e

lhe é tirado o protagonismo. Para narrar a reforma escolar, descreve-se como se fosse idéia de Latorre, e Varela um simples funcionário do governo, como se destacou no capítulo 2. Sem entrar na categoria de vilão, não lhe consideram Varela um herói.

Uma forma de tirar-lhe o protagonismo é por meio da “readequação” pictórica, sendo a disposição que se fez das imagens muito sugestiva. Num capítulo que diz “Fundación de Escuelas”, aparece uma reprodução de um quadro com a imagem de Francisco Bauzá, e outro do mesmo nível e do mesmo tamanho de José Pedro Varela. Então, quando se desenvolve o tema da Reforma escolar, aparece no início a foto de Varela, a clássica que se encontra em todas as escolas do país, e após isso sucedem-se fotografias de personagens não tão conhecidos, porém aparentemente envolvidos com o tema da Reforma Escolar: Dr. Juan Álvarez y Pérez, Francisco Berra, Remigio Castellanos, Emilio Romero, Jaime Roldós e Pons. Sendo Varela o único reconhecido pelo “imaginário social” como realizador da Reforma, não se poderia negar-lhe protagonismo sem gerar um choque no leitor, porém o que se faz é obnubilar sua figura exaltando outras, como preferencialmente a de Latorre.

### **José Batlle y Ordóñez: “o afastado”**

Se Varela entra na categoria de ofuscados, Batlle y Ordóñez entra na de “vilões”, desprovido de qualquer protagonismo. É uma figura histórica que é necessário apagar, e uma maneira de fazê-lo é utilizar a fotografia de maneira enganosa. É um personagem sublinhado pela historiografia tradicional do Uruguai, a ponto de que se chame o período compreendido entre 1903 – 1930 como “Primeiro Batllismo”, pelo modelo de país que produziu. Foi presidente em duas oportunidades, 1903-1907 e 1911-1915, assim como o grande líder do Partido Colorado do século XX, destacando-se por suas profundas idéias e reformas de aspecto social. Sem ser socialista, acreditava num Estado desenvolvendo um papel amortiguador de tensões sociais para evitar os enfrentamentos e as lutas de classes. Dessa maneira, adiantando-se aos conflitos, e por sua sensibilidade diante da problemática dos trabalhadores, propôs certas leis (leis de oito horas, salário mínimo para o peão rural, férias pagas, licença maternidade, “ley de la silla”) que o fizeram por-se em contra das classes conservadoras uruguaias da época. Além disso, era liberal, humanista e anticatólico.



Sendo grande defensor da laicidade do Estado, foi promotor da separação do mesmo com a Igreja Católica, que foi concretizado com a Constituição de 1917.

Por esses motivos expostos, e por serem também alguns políticos advindos de sua secção política, da época do golpe de Estado, opositores do governo militar<sup>17</sup>, foi uma figura erradicada do discurso histórico do país. Isto seria uma grande renovação diante do que eram os livros de História sobre o tema, por isso se busca não citá-lo nem fazê-lo aparecer em vez de criticá-lo fortemente. A expressão “quem não é visto não é lembrado” parece ser seguido pelos escritores ao redatarem o século XX, carregado de personagens que não valem a pena nominar.

A utilização de imagens para ofuscar a figura de Battle é realizada por meio de expôr sua imagem o menos possível. Esse é conhecido por seu triunfo sobre o caudilho líder do Partido Blanco, Aparicio Saravia que morre na batalha de Masoller, em 1904. Porém para não dar esta vitória militar a um personagem histórico que se quer ofuscar, opta-se por situar o tema na presidência anterior de Juan Lindolfo Cuestas, onde se logra uma pacificação, o Pacto de la Cruz, que estalará um nova revolução em 1904 contra o governo de Batlle. Destaca-se essa pacificação anterior, e mostra-se a foto de Aparicio Saravia no mesmo plano de Juan Lindolfo Cuestas, não Saravia-Batlle, como seria em outros livros. Também é colocada uma foto das forças revolucionárias de Saravia, e um mapa – que ocupa duas páginas – sobre as trajetórias percorridas pelos exércitos. Ou seja, antes da presidência de Battle y Ordóñez há uma saturação de informação e de imagens sobre a revolução de 1897, que é menos conhecida que a de 1904, que foi a que pôs fim às guerras civis no Uruguai.

Então, será feita referência ao levantamento de 1904, porém se omitirá a presença de Batlle y Ordóñez, dizendo “La Asamblea vota ...” “Se nombran comandancias...”, e não se vincula sua fotografia com a de Saravia.

Por outro lado, a segunda presidência de Batlle e Ordóñez, e conforme a lógica iconográfica do livro, que situa a foto do presidente em cada presidência, coloca-se a foto de outra pessoa. Sob o título “Presidencia de José Batlle y Ordóñez”, não se diz 2º

---

<sup>17</sup> Zelmari Michelini, um dos fundadores da Frente Amplia provinha do setor batllista do Partido Colorado (lista 15 de Luis Batlle Berres, neobatllismo).

presidência, figura Pedro Manini Ríos, um ministro dele que logo seria grande opositor. Já que ao aparecer duas vezes a mesma fotografia se lhe estaria dando importância, dando a importância que se quer tirar.

Assim também é o procedimento quando se aborda a problemática da reforma constitucional de 1917, que dividiu as água políticas entre os que apoiavam a reforma que converteria o Executivo num colegiado (colorados batllistas, em sua maioria), e os que queriam continuar com o Regime do presidencialismo (classes conservadoras, Partido Nacional). Como este é um projeto eminentemente batllista, o que se buscou foi silenciar a fotografia situada na página. Sob o título “Reforma de la Constitución”, o texto começa, e é posta uma fotografia do “Aeródromo del camino Mendoza”. Na seguinte página, sob o título “Colegialistas y Anticolegialistas”, encontra-se uma foto do traslado de bolsas de lã num vagão de trem. As fotos não condizem com o texto e distraem a atenção com algo que não acompanha a problemática que se está abordando.

### **O que os olhos lêem**

É certo que o que os “olhos lêem” por meio das fotografias não é o que se lê no texto. Já reiteramos que no livro referente ao século XX (tomo II) as imagens dizem outra coisa que os textos, seja para confundir ou seja para reafirmar uma idéia que não se está expressando especificamente.

Um exemplo interessante da devirtuação da informação a partir das fotografias, se encontra no tema do golpe de estado de Gabriel Terra (1933). Este é uma figura que a historiografia tradicional questiona por sair das filas do batllismo e dar um golpe que põe freio ao avanço das reformas sociais e muda a Constituição Colegiada de 1917. Porém, pelo que se pode apreender do texto, é uma figura à qual se faz “justiça”, colocando-o numa posição mais “bondosa”. Sua foto aparece sob o título “Elecciones de 1931”, associando-o, desse modo, com a legalidade, com as eleições. O título seguinte não diz “Golpe de Estado de Terra”, senão “Golpe de Estado de 1933”, e contrariamente ao que poderia parecer, não aparece a foto de Terra, protagonista do golpe, senão a de Luis Alberto de Herrera. Este era líder do Partido Nacional, e apoiou fervorosamente o golpe de Estado, porém não foi ele quem o levou a cabo de modo que lhe dessem a “honra” de que figurasse sua fotografia sob

um título tão alusivo. Quem leia distraído ficará convencido que esse Golpe de Estado foi obra de Herrera.

À medida que se vai aproximando do presente, aparecem constantemente fotografias de praças e monumentos típicos e reconhecidos da cidade: “El Gaucho”, “La carreta” “La diligencia”, represas ou centrais elétricas que se hajam construído, e secundariamente alguma foto sobre manobras militares. Procura-se traçar uma linha de continuidade entre o passado recente do país e sua atualidade, porém, a maior quantidade de fotografias de obras públicas e de mapas marcando a extensão de vias férreas se reservam para situá-las no período militar. Essa lógica iconográfica de “construção do país moderno” é interrompida por três fotos que mostram a “subversão”.

As fotos são mais escuras e menos nítidas que o resto. A primeira das fotos se encaixa no tema “Terrorismo”, porém sob o título da página “Las fuerzas armadas en acción”. Ali são avistadas árvores caídas, chapas ou cartazes jogados na rua, e poucas pessoas movendo-se de um lado a outro. O que se ressalta é a pouca população que integram “distúrbios” e a desordem dos mesmos, assim como a escuridão. Sob a foto aparece o título “Agitadores profesionales provocan disturbios” (1968). São forças armadas as que estão em ação, em movimento, para terminar com essa minoria. Noutra página, oposta a essa foto – quem tem o livro aberto pode observar as duas simultaneamente – opõe-se uma foto de um complexo edifício novo, e se indica “Fomento de la vivienda (Constitución 1967, art. 45). Por um lado, destaca-se que enquanto alguns destroem a paz, controem-se habitações, mas para citar nele um artigo da Constituição, vai-se advertindo, por parte dos escritores, a necessidade de introduzir “este livro sagrado” como algo que se conhece e respeita.

A página seguinte continua com um monumento da cidade. Uma nova foto da subversão aparecerá quando o texto aborde a Lei de Segurança durante o governo de Bordaberry (julho de 1972) e os conflitos com o Parlamento por causa da solicitude por parte do Tribunal Militar de desaforo do senador frentista Enrique Erro por supostas vinculações com a “subversão”. Aí é posta a foto que diz na parte inferior “Semeia desordem e confusão”. Vê-se a fumaça no meio de uma praça e homens de costas jogando móveis, cadeiras nessa fogueira. A fumaça dá a sensação de mistério, e a escuridão das roupas também, são homens vestidos de negro, que se podem contar, são os mesmos dez

gerando a confusão em meio ao espaço urbano. ( a fotografia é em preto e branco) A última aparição que lhe é dada aos “subversivos” é logo em seguida ao golpe, titulada “Después de febrero”.

Com isso, marcam a importância do mesmo, e como houve um antes e um depois na vida do país, a partir desses sucessos que situam às forças armadas na vida política do país. Logo após a dissolução do Parlamento pelo então presidente Bordaberry, a CNT (Central Nacional de Trabajadores) decreta a greve geral.

No livro coloca-se a foto de uma concentração de pessoas sob o título: “A Convención Nacional de Trabajadores em mãos comunistas”. O interessante é que nessa concentração de pessoas que representam a CNT os cartazes estão riscados. O motivo poderia ser não desejar fazer-lhes propaganda grátis, o antes porque poderia dizer “Abaixo à ditadura”, ou algo assim que não seria possível mostrar - e não foi falado nunca de ditadura -, se essa palavra aparecesse não coincidiria com a imagem que eles estão construindo ao longo do livro.

### **Construção iconográfica da ordem e da legalidade**

Durante a presidência de Jorge Pacheco Areco (1967-1972), decretam-se constantemente as “Medidas Prontas de Seguridad”, e pelo crescente autoritarismo de seu governo, foi denominado de “Pachecato”. Este é sucedido por Juan María Bordaberry, (candidato oficial) e que, apoiado pelas FFAA, dissolve o Parlamento em junho de 1973. A partir da presidência de Pacheco, todas as fotos dos presidente que lhe seguem (presidentes do regime de fato), Bordaberry (1972-76, eleito pela cidadania), Alberto Demicheli (eleito pelas FFAA, julho –setembro 1976) Aparicio Méndez (setembro 1976- 1981), atualidade da edição do livro, mostram-lhes exibindo suas faixas presidencial. O resto dos presidentes antes de Pacheco, com algumas poucas exceções, aparecem de terno e gravata, porém a faixa presidencial, símbolo de legitimidade do poder se faz mais expressa naqueles em que é questionável.

Por outra parte, a configuração das páginas com o título “Presidencia de ...”, continua igual no período ditatorial, e se coloca a foto do presidente exibindo sua faixa presidencial, com completa continuidade com a história anterior. Destacam estes presidentes como protagonistas através das fotografias, ressaltando seu título de “Dr”.

Ao contrário do que se produziu na narração da história, na qual se ressaltava a acentuada presença de militares nos fatos importantes da vida do país, aqui a presença militar é quase omitida. Procura-se um contra-discurso do que se sabe do tema, na história não se havia destacado tanto como até esse livro o caráter militarista dos heróis pátrios e dos fatos heróicos da mesma.

Porém, na atualidade do livro, onde a presença militar é absoluta, empenham-se em ressaltar os civis, destacando que seu regime é “cívico-militar”, e o “Doutor” antes de citar a outro militar. O desejo de esconder o militar reflete a pouca credibilidade que neles mesmo recebe o fato de ser a história feita por militares. Se assim fosse e assim o cressem os uruguaios, não haveria necessidade de escrever ditos discursos, e de dissimular o militarismo da época.

A última parte do livro (tomo II) é dedicada a mostrar as obras e os avanços do “Novo Uruguai”, a maior quantidade de fotos coloridas e mapas são reservadas para ilustrar o que se tenta mostrar como avanços. Aparecem fotos de represas, mapas de estradas, aviões, como que fazendo propaganda para o regime em todos os aspectos do país que possa significar modernização: a frota aérea, as estradas, a energia, a divisão da terra, o turismo, o gado. Por meio das fotos, transmite-se a mensagem de que se alcançou a paz, para fomentar o desenvolvimento. Busca-se identificar o regime com a promoção de obras públicas, e por esse meio fazer propaganda sobre uma das grandes críticas que lhes era feita: seu fracasso econômico e o endividamento do país.

Como bem destacou Henry Finch (2005, cap. 8), o civis em seu caráter de técnicos, foram os que conduziram a política econômica do país, desde o Ministério de Economia e Finanças, e do Banco Central, e não os militares como intentam fazer aparecer com estas sugestivas fotografias. Eles, promotores de um modelo liberal, chocavam-se com os excessivos gastos dos militares, e por sua vez, estes, com seu discurso nacionalista, entravam em contradição com o possível projeto de privatizar os entes autônomos, que lhes tirava o protagonismo dos militares que estavam a seu mando. No dizer de Finch: “La costumbre de ubicar oficiales mayores en la dirección de los entes autónomos significó inevitablemente que los militares desalentaran cualquier plan que el equipo económico (civil) pudiera haber tenido para la reforma o la privatización del sector público”. (FINCH, 2005, p. 275)

Por isso, destaca-se, nas fotografias, ditos Entes Autônomos, porque exaltando sua eficiência é fazê-lo em nome dos militares que se encontram em sua direção e em figura das FFAA.

Em sintonia com esta parte do livro, encontra-se a atividade de propaganda realizada pela DINARP nos meios audiovisuais, analisada pelo historiador Aldo Marchesi. (2001) A Direção Nacional de Relações Públicas produziu entre outras iniciativas “informativos para cine”, como o chamado “Uruguay hoy”, mesmo recurso que outros regimes, como a ditadura de Franco ou o fascismo italiano. Esses informativos eram exibidos antes das estréias de novos filmes, e mostravam “obras” do governo, ressaltando, como mostra Marchesi, aquelas que fossem de infraestrutura e de tema energético. Quando da crise do petróleo, essas obras teriam um caráter de reivindicação nacionalista. Coincidindo com isso, o espaço e as fotografias que se lhe dedicam no livro é também digno de destaque.

Para demonstrar o apoio da população, utiliza-se os mesmos recursos que os audiovisuais da DINARP: mostrar grande quantidade de pessoas rodeando atos públicos, tais como desfiles, inaugurações, etc.

O livro didático utiliza, como modo de finalizar, fotos que procuram mostrar, com eloquência, o apoio da população e o ânimo festivo em concordância com o governo. Dedicam-se duas fotos ampliadas e coloridas com papel satinado sobre o Sesquicentenário do Juramento da Constituição (18 de Julho de 1980) e sobre a inauguração do Mausoléu Artigas (19 de Junho de 1977). No festejo da Constituição de mostra uma forma de festejo militarizada, já que é um desfile militar. O povo está aí de maneira ordenada, mostrando sua adesão de forma passiva, observando o desfile. Do mesmo modo que se havia apresentado o quadro de Blanes Viale do Juramento da Constituição em que a elite se localiza nas varandas e o povo cumprimentando desde abaixo. É um povo passivo, ao qual o texto do livro sempre faz menção. Tudo parece ir bem nesse “Novo Uruguai”, e o presente aparece, sobretudo, com uma grande coerência histórica.

O propagandismo sobre a Constituição é uma busca a que haja identificação com ela, é fazer-lhe referência por ser as FFAA protagonistas na celebração da Constituição. Interessante destacar que foi em 1980, o ano do plebiscito em que o governo propunha uma reforma constitucional para se manter mais estavelmente no poder com certo respaldo

geral, porém fracassa nos comícios. A edição do livro tem é um mês antes do plebiscito realizado em novembro de 1980.

Haver-se-iam sentido já vitoriosos, e por isso mostraram essa imagem de comunhão com o povo oriental em torno a Constituição, que sabiam iria dar-lhes respaldo ao governo? Sem levar em conta tais comício, o livro ficaria como uma forma de fixar dito discurso militarista? Perceberam tarde a possibilidade que tiveram de expandir esses manuais didáticos anos antes do projeto constitucional? Ou melhor, este “chegar tarde” não é uma exteriorização do que é “governar sobre la marcha”, quando sem projetos políticos claros, e sem suficiente apoios, aventura-se sobre a direção de um país?

Sendo este um “folheto de propaganda” pro-regime, chegou tarde ao não poder ser utilizado na campanha eleitoral, porque a semente da educação tem um crescimento lento, e no caso em que floresça, leva anos em aparecer.

## CAPÍTULO IV

### FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: PILARES DA PÁTRIA

A revista “El Soldado” é uma publicação mensal, editada pela biblioteca do Centro Militar<sup>18</sup>, que faz sua aparição pública em setembro de 1974 e segue até hoje. Num começo, a tiragem das revistas eram de 10 mil exemplares, chegando a 30 mil no ano de 1981. Porém, nesse ano, a ditadura rechaçada no plebiscito de 30 de novembro de 1980, muda de perspectiva, dando lugar a abertura. A revista refletirá dito câmbio, passando a ser publicada **bim**ensalmente, reduzindo suas páginas, barateando sua impressão, e vendo desaparecer seus anunciantes. Possuía, em seu início, diversas propagandas (refrescos, lojas de roupas, automóveis, pequenas e grandes firmas) que aparentemente bancavam a edição, porém, coincidindo com o declínio do poder militar, logo vão se esfumando. A revista que começou sendo colorida com quase 45 páginas, é hoje em dia um folhetim informativo que dedica, por exemplo, uma página inteira a informar preços econômicos da Cantina do Centro Militar; desprovida de fotos, de páginas editoriais e de cabos de notícias do exterior.

No seu surgimento em 1974, era uma revista gratuita editada pela biblioteca do Centro Militar, distribuída sem custos aos integrantes das FFAA, aos Policiais e aos Centros de Ensino Básico e Superior de todo o país, e, no exterior, nas sedes diplomáticas, tal como é informado na edição de maio de 1981, ao cumprir os pouco significativos 7 anos. Hoje em dia, reserva-se a distribuição interna de seus afiliados e para quem deseje retirá-la gratuitamente em sua sede, como também à Biblioteca Nacional, que possui a coleção completa.

Carina Perelli (1987) sustenta que o grupo editorial da revista representa de modo mais visível a “capa sacerdotal” da comunidade militar. Estes, sem serem hegemônicos,

---

<sup>18</sup> Centro Militar, agrupação social fundada em 1903 que reúne os militares.



buscam, de acordo com essa autora, impôr intencionalmente sua própria ideologia à corporação, por meio da posse daqueles mecanismos que são formadores de opinião, como de fato o é a revista.

Depois de feita esa breve informação de o que seja a revista na atualidade, concentraremos nossa atenção no período compreendido entre seu primeiro número (setembro de 1974) e os últimos correspondentes à etapa da “ditadura fundacional”, prévia ao plebiscito da Constituição proposta pelo governo em novembro de 1980 (nós estenderemos a análise até as revistas de 1981). Consideramos que o interesse da mesma muda a partir da “opinião das urnas”, e os fins, que a revista teve ao início, mudam. Portanto, quando fazamos menção a “El Soldado” não é de modo genérico, senão que referente ao contexto 1974-1981, porque, apesar de não mudarem seus emissores nem seu pensamento, mudam seus interesses.

### **“El Soldado” 1974-1981**

O público a que a revista se orienta é o integrante das Forças Armadas, especialmente ao “soldado”, mas não exclui de nenhum modo o cidadão civil. Isto se manifesta na carta inicial de sua primeira edição: “Cumpliremos los fines propagandísticos de informar, comentar, ilustrar, entretener, promover, servir. Hablaremos al soldado y al ciudadano civil” (set. 1974, p. 1)

Por ser uma publicação orientada ao entretenimento, a formação da família uruguaia é abordada, assim como outras temáticas, e apresentam informações que em outra circunstâncias não se realizam, utilizando para isso uma linguagem “más campechana”, irônica, humorística, permitindo que trate de outros temas que não sejam políticos.

Entretanto, é necessário declarar que na maioria dos artigos e até na seção dedicada às piadas e à recreação, aborda-se a temática da Guerra Fria e a luta contra o comunismo. Porém é feito com humor e ironia, e não mais com a linguagem protocolar e rígido, que se pode identificar num discurso público. Essa maior informalidade que faz com que os redatores se sintam estar escrevendo para amigos e não para inimigos, abre espaços para temas que envolvem a família, a educação formal e informal.

Ainda que possam existir outros documentos que habilitem o estudo sobre as concepções educativas e familiares dos porta-vozes da instituição militar, preferimos este

meio como fonte para análise. Consideramos que, por ser um meio *de e para* o Exército, certas precauções serão esquecidas porque escreve-se para um público que lê a revista com uma certa concordância com as opiniões ali expresadas. Ainda que não se descarte de nenhum modo a ideologização dentro das FFAA, que pode estar em perigo de ser cooptadas pela ideologia marxista. Além disso, os alunos de todos os centros educativos os recebiam e podiam levá-los a suas casas, ou então comentar o que leram. Sem descontar o interesse de distribuí-lo no exterior para contrabalancear a campanha de “desprestígio” que realizavam os exilados.

### **“Coisa de homens”**

Consideramos que é uma revista escrita por e para homens. Disso, subentende-se que a maioria das seções estejam dedicadas a temáticas “masculinas”, como novos modelos de armas, guias para montar circuitos elétricos, o que nos indica que não foi pensada para toda a família. A seção da revista da “família” são as fotos dos eventos sociais. Ali é o único momento em que uma criança ou adolescente pode interessar-se pela revista, porque com essas breves exceções, esta não proporciona artigos que sejam de seu interesse.

Coincidentemente, até a seção de humor nos confirma a masculinidade da revista, ou melhor dito, o machismo da mesma. A página dedicada às piadas se chama “Para pasar el rato o pasar de largo”, talvez com esse título já se esteja anunciando o péssimo humor que levaria alguém “a pasar de largo”. É um humor machista e até erótico. Num caso, apresenta-se uma mulher completamente nua, jovem e loira, olhando para a câmara coberta completamente de espuma. Essa foto poderia ter sido tirada de uma revista pornográfica, a piada é: “Un jabón con todo incluido” (oct. 1974, p. 24)

Outra do mesmo tom, se intitula: “Consejo de amigo”:

-Te voy a dar un consejo. Por la noche cierra la ventana, porque a las 10 todas las noches los vecinos te ven acariciar a tu señora en el living.

-No me hagas reír ¿A las 10? A esa hora siempre estoy jugando billar. (oct. 1974. p. 24)

O lugar do homem é no salão, enquanto que a mulher aproveita esse espaço para a infidelidade, o esposo se importa mais com a astúcia de que os vizinhos não o vejam que com o fato de que sua esposa seja infiel.

Como já mencionamos, o lugar da família da revista está nas páginas sociais. Ali aparecem as fotos de filhos, netos de importantes militares que festejaram aniversário, casamentos, etc. nos salões do Centro Militar. O nexó é sempre a referência ao líder masculino da família, fazendo com que as mulheres e crianças sejam sempre citadas após o nome do chefe, e acompanhadas de seu sobrenome e vínculo de parentesco.

Também refere-se à função que o Centro Militar tinha na época como ponto de reunião social. Através das sucessivas edições podemos ver as descrições que a revista fez sobre seus centros de reunião, e como dito centro vai incorporando salas, pisos, criando cantinas e serviços. “Paulatinamente nuestro centro va recuperando los departamentos de su sede social, que se encontraban arrendados” (oct. 1974, p. 4). Esse “ir recuperando” era coerente com o lugar de privilégio que então possuíam na disposição de recurso do Estado.

O que primeiro foi criado para ampliar os serviços do centro foi o “Bar para caballeros”. Este não é cantina familiar senão que um lugar reservado para o setor masculino reunido pelas taças, mas isso não se especifica. “Bar para caballeros donde el socio disfruta de un lugar adecuado para confraternizar y un comfortable sitio para el intercambio social, cultural y profesional”. (oct. 1974, p. 4)

Junto à Biblioteca General Artigas e ao Bar para Caballero (duvidamos que também possua esse nome), somam-se o Salão de chá o “nuevo servicio de cosmetología y maquillaje”. Digamos que a fraternidade entre os altos mandos militares vai adquirindo cada vez maiores comodidades. Este lugar é reservado para os altos estratos, pelo que se cita o Coronel.... a senhora de .... Não é lugar para o povão, seja civil ou militar.

A biblioteca citada é um dos primeiro serviços ofertados aos sócios (inaugurada em 1º de novembro de 1950) incorpora, de tempos em tempos, novas leituras que são anunciadas nas edições do mês referido. Os novos materiais não são muitos, predominando sobre a literatura os livros de temática militar-estratégica e os de política. Porém, entre as aquisições literárias, destacam-se autores como Jorge Amado e Gabriel García Márquez, que pelo visto não eram de nenhum modo censurados por sua tendência ideológica, senão que incorporados como bens da literatura universal que toda biblioteca deveria possuir.

A partir das aquisições literárias da biblioteca assim como dos lugares criados para a recreação, obtemos a pauta das divisões também existentes na hora da recreação: os homens ao bar, e as mulheres ao salão de belezas, ou a tomar chá e jogar canastra.

## I FAMÍLIA

A família é um dos elementos de profunda preocupação da propaganda da revista, em concordância com a que se fazia publicamente na época. Controlando as famílias, ideologizando-as, contrabalanceia a influência nefasta que possa exercer a propaganda subversiva. Porém, nesse contexto onde dita propaganda não tinha nenhum lugar permitido, a procura de apoio no seio familiar, assim como a formação do ideal militar de família, poderiam ser um dos objetivos buscados.

O indivíduo não é o cidadão, é apenas na medida em que se integra a uma agrupação. Não discursam sobre os indivíduos senão que sobre as instituições, das quais algumas são valorizadas e outras desdenhadas. A família, assim com as FFAA e a Escola são instituições pilares do país.

Como destacam Mieres e Castagnola, (2004, cap. 4.) o regime adotou de maneira coerente com os postulados da Doutrina de Segurança Nacional uma estratégia inicial de supressão ou controle das organizações da sociedade civil: sindicatos, cooperativas, etc. Esse órgãos intermédios, por defender um interesse particular ou de grupo, poderiam se converter em “semillero de la subversión”, como os sindicatos ou agrupações de ensino, porém, por sua vez, poderiam debilitar o sentimento moral e patriótico, enfraquecendo a coesão nacional.

A grande preocupação que permeia tudo é a grande “família oriental”, da qual são parte, como se destacou no capítulo sobre o nacionalismo, aqueles detentores dos valores da *orientalidad*. Essa família oriental, na que os “subversivos” não formam parte, é constantemente fruto de elogios. No âmbito familiar é a versão reduzida da Grande Família que é a Pátria, defendida uma pelo pai, a outra pelos soldados. Uma como a outra estão sempre numa situação de perigo eminente, sobretudo nessa época de profusa publicidade da “comoção internacional do comunismo”, que se foi vencido dentro das fronteiras, está sempre disposto a atacar.

Como uma sociedade harmônica busca publicitar-se, o indivíduo fora de sua casa integra a grande família do trabalho. Tal como demonstra a nota dedicada à obra no Palácio Municipal, que além de prestigiar o Prefeito da época, Dr. Rachetti, busca identificar o

governo com o moderno e a renovação. “Es posible afirmar que todo el Palacio, en sus distintos pisos, ofrece una verdadera ‘fiebre’ de renovación; construcciones, limpieza, pintura, un ir y venir de gente en obra revela hasta cierto punto la inquietud de un jerarca despierta la monolítica pujanza de la gran familia que sirve al Municipio, profesionales, técnicos, funcionarios y obreros”. (set. 1974, p. 8)

Essa *grande família*, ao modo de referência feita aos Municipais, é apresentada como preocupada, *num ir e vir*, pela evolução do recinto de trabalho, que é exibido como sua casa. Novamente se tenta identificar os trabalhadores, que outrora eram sindicalistas e promotores de greves, como fiéis e entusiastas do projeto do governo, numa atitude *monolítica*. Não há diversidade em suas posturas, todos com os mesmos interesses e a mesma punjança.

Essa sociedade super intergrada, na família, no trabalho, aparece respaldando o governo e unida a este nos mesmos festejos. Do mesmo modo que se mostrava o povo seguindo os desfiles militares nas fotos que apareciam no livro do primário, aqui se descreve o povo como que uníssono e movido pela convocatória do governo de celebrar o 149º Aniversário da Declaração da Independência.

El 149º Aniversario de la Declaratoria de la Independencia Nacional, este año fue celebrado dentro de un particular acento patriótico, la ciudadanía lució escarapelas albicelestes, las familias embanderaron sus casas, las instituciones estuvieron presentes de una u otra forma en la fecha y Florida se constituyó en el centro de brillantes ceremonias cívico-militares, con la presencia del Primer Mandatario, altas autoridades de gobierno castrenses, y un pueblo que vivió cálida y espontáneamente la rememoración de la magna fecha. En la presente oportunidad existía una razón más fuerte para la exaltación del sentimiento nacional, por cuanto, de hecho, si en 1825 se declaraba la Independencia, en 1974 se estaba declarando con renovada unión patriótica, la Orientalidad, el rescate de los valores más puros de la patria, superados los sinsabores no lejanos del soplo espóreo y foráneo que afectó y ofendió a esa Patria. El pueblo oriental puso de manifiesto su profundo amor a su tierra y su firme voluntad de elevarla a un superior destino, con la moral y la visión de los prohombres que forjaron y legaron nuestra Patria. (set. 1974, p. 12)

Por uma parte, destaca-se que a cidadania se vestia para a ocasião, “lucían escarapelas albicelestes”, assim como enfeitavam suas casas com a bandeira Nacional para a festa que, pela forma que é expressado, parece ser uma atitude espontânea. Vê-se a comunhão nessa festa do governo civil (o Primeiro mandatário) das autoridades militares, e do povo que festeja e acompanha. Aparentemente a razão pela qual tanta efusividade na

celebração se deva mais que a data recordada ao momento atual que se vive, buscando uma semelhança entre a declaração da Independência de 1825 e a declaração da Independência que se estaria fazendo frente ao comunismo e à subversão.

### **Pai e soldado**

É deixado entrevisto o modelo de família desejada que o Uruguai necessita. É o modelo de “família oriental”, a típica de qualquer concepção conservadora da época. O pai cumprindo o papel essencial de sustento e proteção da família, entre a disciplina exigida a seus filhos, e o amor, que está orientado à reprodução desse modelo em seus descendentes. A mãe é a doce acompanhante que dá apoio, porém que não deve estragar seus filhos com proteções excessivas. A melhor educação, assim como o melhor treinamento militar, é aquele que deixa o indivíduo exposto a dificuldades e incomodidades que deva superar para endurecer seu espírito e disciplina.

Aparecem uma série de anúncios que promulgam os valores desse modelo de família oriental. Aparece um desenho de um militar jovem ocupando quase toda a página. Este se encontra vestido com o uniforme e atrás está desenhada a casa de governo, com a Bandeira. Ele defende a “Casa de Governo”, ou seja, a defesa de todos os orientais, de seu governo, de sua legalidade constitucional. Dizem num texto logo abaixo:

“Yo, militar

Yo, oriental- Si todos queremos vamos a poder. ¡Vamos ... arriba oriental! (oct. 1974, p. 5)

Essa exaltação patriótica convida o leitor a participar dela, do lugar onde esteja na família oriental. O lugar pode ser tanto militar ou civil, como trabalhador ou pai de família. É a instituição a qual integra que o faz participar da vida social, não é como individualidade, senão como parte de uma hierarquia dentro de uma instituição, onde cada um ocupa seu lugar.

Outro anúncio desse tipo destaca:

Yo oriental, lo doy todo con amor y coraje. Realizo mi función en la sociedad como si fuera la más importante. Trabajo con confianza. Sé que el destino de mi país es el mío.

Yo creo en el Uruguay.

Yo, Patriota.

Yo, Uruguay. Si todos queremos vamos a poder. ¡Vamos ... arriba oriental! (nov. 1974, p. 4)

Agora é a partir de outro lugar que se está falando, é um pai de família com uma criança nos braços. No fundo se vê sua mulher sorrindo e cozinhando. Esse homem participe dessa missão à qual se convida o leitor que não sabe que é: que “poderemos”? Porém, aparentemente é a grande missão da Pátria, o indivíduo se confunde com seu país. Eu, oriental, Eu, Uruguai, são a mesma coisa. Por outro lado, essa missão é assumida pelo homem, com coragem, que incluiria proteger aos fracos, a mulher e a criança. Essa missão, como na guerra, é onde os fracos não podem participar. Uma sociedade orgânica onde cada um desempenha um papel fundamental para o conjunto, o qual deve ser aceito como a maior missão, aceitar seu lugar, passividade e não rebelião. O papel da mulher é menor, porém é cumprido com agrado, e por isso sorri entre as panelas. Uma família-tipo, na qual a figura do pai é predominante, é a figura que ordena a vida familiar. A mesma estética é mantida nos homens desenhados, representando “a estética militar”, cabelo curto, homem magro e vigoroso, e camisa bem ajeitada.

Com respeito à educação dos filhos, o assunto passa a ser materno, porém os temas de transmissão dos altos valores é tarefa de “homem – soldado” e só podem entendê-lo os filhos homens. De acordo com isso, num artigo que analisa as enfermidades dos filhos pela ausência da mãe, destaca-se o papel dos homens na educação dos filhos, sob o título: “Aprendiendo a ser hombres” (ago. 1980, p. 40). Quem tem que aprender a ser “homem” é o varão, pelo que a educação das filhas estaria fora da órbita do pai. Conforme esse artigo: “El padre también juega un gran papel [...] Es él quien representa la figura de autoridad y al que corresponde gran parte de la seguridad de la casa. Y ¡cómo no! Es el modelo masculino de identificación de los hijos varones” (ago. 1980, p. 40). Poder-se-ia entender que a preocupação estaria centrada em evitar a homossexualidade, que poderia aparecer caso faltasse o “modelo masculino”.

Sendo o papel do pai tão importante para a educação dos varões, transmite-se uma oração de um Soldado para seu filho. Duvidamos que o extremismo leve a que os pais tomem como pauta para oração noturna ao fazerem dormir seus filhos. Porém é uma nova mensagem de religiosidade militar, e do sagrado do labor que têm pautado. Esta oração foi escrita pelo General Douglas Mac Arthur e “reza” assim: “No lo guíes, Señor, por las

sendas de la comodidad y el regalo, sino por aquélla en la que las dificultades son acicate y reto para vencerlas. Déjale que aprenda a arrastrar las tempestades; a compadecerse de los que flaquean y fracasan” (jul. 1976, p. 7). Coincide com os valores constantemente expressados na revista de austeridade e disciplina que são expressados como o melhor modelo de educação varonil.

### **Juventude... divino tesouro?**

A juventude, como não assim a infância, é fruto de preocupações para os redatores da revista, já que anunciam-se, em várias oportunidades, as perversões nas quais pode cair um jovem de má educação. Foram muitos os jovens que integraram as agrupações “subversivas”, e eles haveriam demonstrado o poder e a “periculosidade” de dita rebeldia aparentemente inofensiva.

Em contraposição a este jovens, aparece Sergio Denis. Esse cantor argentino de 26 anos (1975), em sua turnê pelo Uruguai, fez parte dessa campanha pela família, com a qual tentam se identificar os governantes militares. “No podemos escribir canciones que le canten al farolito de la calle en que nací, porque hoy la urbanización ha sepultado los farolitos, pero si podemos cantarle a los grandes valores vigentes: familia, amor, patria.” (mayo 1975, p. 16) Ao serem as palavras de uma figura juvenil, é também a contra-ofensiva à juventude “subversiva” que se infiltrava nos movimentos estudantis. Os jovens não são só esses, senão que existe uma juventude “sã” que entende quais são os *valores vigentes*. Por oposição física, esse garoto loiro de olhos claros e com rosto angelical, pouco se aproxima dos barbudos de cabelos compridos, que identifica os “jovens subversivos”, frutos do chamado “desvio juvenil”.

O decálogo intitulado “La desviación juvenil, doce reglas prácticas” é um manual dirigido fundamentalmente às mães (àquelas que aparentemente estão mais dedicadas aos filhos, e os perdem por excesso de atenção) e faz referência à educação dos meninos.

Nele há uma exposição do que não se deve fazer, de acordo com o modelo educativo militar, e em parte que explicaria a delinquência juvenil como também os jovens nas agrupações revolucionárias ou gremiais, o que lhes daria, de acordo com essa análise, a característica de sedioso. O controle das atividades do jovem, de suas amizades, suas leituras, sua orientação espiritual, é um pilar fundamental, não há educação sem uma dura



vigilância. O que se busca é que iniba a livre expressão e pensamento, a qual é criticada arduamente. Ela deve vir acompanhada de austeridade, como se observa nos numerais 1, 6 e 9. A comodidade, como num treinamento militar, é evitada para depurar-lhe o espírito. O país deve estar integrado por homens fortes acostumados aos inconvenientes que lhes poderia ocasionar uma guerra. A obediência e a hierarquia fecham o círculo da aprendizagem: saber respeitar os superiores, sejam eles adultos (os vizinhos), professores ou governantes. Vigilância, austeridade, disciplina e hierarquia são as pautas que devem ser seguidas se se quer, de acordo com esse pensamento, um filho são. Caso contrário lhes espera a pior das conseqüências.

O fatalismo vem acompanhado do não seguimento dessas sugestões, caso assim não se proceda seu filho roubará carros, matará pessoas. Dito de outro modo, os jovens que na atualidade do discurso acham-se *em sérios problemas* algo de esse preceitos estiveram presentes em sua educação.

O que se busca é gerar medo pelo não seguimento das indicações sugeridas. Noutro artigo da revista intitulado: “Que la madre vuelva a ser madre y el padre guía”, sintetiza-se o que acontece caso não se as siga: “La traducción clínica de esta “ausencia de padres” es clara: trastornos emocionales, delincuencia, promiscuidad sexual, robos... y todo ese gran campo bien abonado para toda esa conducta antisocial”.

## LA DESVIACIÓN JUVENIL, DOCE REGLAS PRÁCTICAS

- 1- Desde la infancia, déle al niño todo cuanto desee así crecerá en la creencia que los demás y la sociedad están para sostenerlo.
  - 2- Cuando usa malas palabras, festéjelo; supondrá que es simpático. Luego elegirá palabras peores que le harán a usted poca gracia.
  - 3- No le dé ninguna instrucción espiritual hasta los 18 o 21 años, así podrá elegir la fe y la religión de su preferencia. Son la misma lógica, no le enseñe nuestro idioma, cuando sea grande tal vez pueda prender chino.
  - 4- Alábelo en presencia de todos los vecinos; festéjele todas sus “diabluras”. Haga que se cienta [sic] el más inteligente y más “bravo” de todos los chicos del barrio.
  - 5- No lo recrimine cuando haga algo malo, eso podría desarrollar en él un complejo de culpa; así lo preparará para afirmar más tarde que, cuando sea castigado por robar automóviles, armas, asaltar o matar personas, todo el mundo está contra él y es injusta y salvajemente perseguido por la ley.
  - 6- Recójale la ropa y el calzado, ordénele su “roperito”, así será un experto de la irresponsabilidad, esperando todo de los demás.
  - 7- Deje que lea cuanto se le ocurra. Proporciónale un vaso muy higiénico para beber, pero no se preocupe por lo que su cerebro bebe por medio de lecturas o ideas confusas, turbias y contaminadas.
  - 8- Discuta frecuentemente en su presencia, abofetéelo espiritualmente con el desorden familiar; lo preparará para construir más tarde un hogar “feliz”.
  - 9- Deje todo el dinero que pida para sus gastos personales, proporcionándole cuanto deseo material se le ocurra. Creerá que en la vida, nada hay que ganárselo con propio esfuerzo.
  - 10- No vigile sus amistades. Déjelo golpear solo en la vida; sin interesarse con que o con quienes se “golpea”. Tendrá en no mucho tiempo el mejor de los resentidos.
  - 11- Déle la razón en todos sus problemas con la política, los maestros, los vecinos. Creerá entonces que todos tienen “prejuicios” contra él.
  - 12- Enséñele que los que mandan, conducen, gobiernan y ordenan la sociedad, son todos traidores y usurpadores. Incúlquele con su actividad que la autoridad moral, la razón y la sabiduría de los mayores no existe, son sólo “patrañas”.
- Cuando él, finalmente, se halle en serias dificultades, defiéndase usted –entonces- diciendo:

“NUNCA PUDE CON ÉL”

“NO SÉ QUÉ LE PASÓ”

“PARECÍA UN BUEN CHICO” (jun. 1978, p. 41)

### **A terna Infância**

Contrariamente à complicada juventude, a infância é vista como uma etapa que ainda mantém a inocência e o respeito dos valores. Por isso é essencial fortalecer o espírito para evitar um futuro desvio. No mesmo sentido, os receptores do livro de História de Primária de 6º ano, analisado nos capítulos anteriores, são crianças pre-adolescentes de 12 anos, que ainda não ingressaram no Liceu.

O sistema educativo no Uruguai se divide em seis anos no ciclo primário (6 a 12 anos) e seis anos no Secundário (13 a 18). Este último, por sua vez, subdivide-se em dois: Primeiro ciclo, ou ciclo básico (1º, 2º e 3º) que são obrigatórios, Segundo Ciclo, ou preparatórios, onde há que se escolher entre as orientações humanística, biológica e científica, visando eleição posterior na Universidade. Quem deseje fazer Escola Técnica necessita ter até o 3º ano do Primeiro Ciclo, e que em orienta aos estudos universitários necessita dos Preparatórios específicos à carreira escolhida.

A intervenção no sistema educativo, desde o Primário até a Universidade, expressou-se nos mais diversos aspectos e desde o início do regime ditatorial. Por meio da destituição de professores, da eliminação de concursos para assumir cargos, modificaram os programas e proibiram certos temas e textos, como uma das tantas ações desenvolvidas. É curioso que o único livro de História que as FFAA editaram seja dedicado às crianças do 6º ano do primário. Por que semelhante privilégio?

As hipóteses que esboçamos vinculam-se com a concepção de infância que se pode obter dos diversos textos analisados, assim como da realidade educativa do Uruguai, no período. Primeiramente, nessa idade as crianças ainda não se acham “contaminados” pela rebeldia adolescente, e pode-se, então, esculpir os valores da nacionalidade militarista do texto. Ao serem esses textos parte de sua formação infantil, qualquer preceito que se afaste dessa concepção, resultar-lhe-á estranho ao jovem assim educado, ou pelo menos este seria o raciocínio. É uma idade em que a criança compreende os temas e por sua vez os comenta em casa, pelo que a propaganda se estenderia à família, vizinho e demais. Ao ser esse livro entregue gratuitamente, poder-se-ia contar como os únicos que uma família humilde teria em sua casa, e em caso de inquietude histórica de qualquer um dos membros da família, ali estariam para dar resposta.

Por sua vez, é preciso recordar que a educação primária é as vezes o último nível a que chegam os alunos mais humildes, sobretudo no interior do país, onde o acesso à Universidade, (esta se encontra em Montevideo), por não terem recursos para freqüentá-la, é algo impensado. Por isso, a criança do campo, mais estéril à propaganda subversiva concentrada na capital, é mais propensa a assimilar dito discurso e gerar um foco de apoio que contrabalanceie as críticas do setor universitário ou do liceu já pervertidos, pelo que a assimiliação de um livro seria infrutífera.

### **Entre acampamento de escoteiros e treinamento militar**

Um exemplo de treinamento juvenil, e de prática sobre como deve ser uma boa educação para os meninos é representado pelos acampamentos promovidos pelo “Serviço de Tutela Social das FFAA”. Estava reservado para as famílias do funcionários subalternos, começando a funcionar em fevereiro de 1974. Observa-se como os serviços dos militares crescem, aproveitando a situação de privilégio em que se encontravam, aumentando enormemente, em seu favor, os gastos do Estado. Esse serviço compreendia diversos apoios ao funcionários militares tais como: construções de habitações, serviço médico, bolsas de estudo e os acampamentos juvenis, sobre os quais dedicaremos uma breve análise.

Registra-se a primeira experiência de ditos acampamentos em março de 1975, realizado no balneário Kijú (departamento de San José). Os acampantes, crianças entre 9 e 12 anos, eram filhos dos funcionários subalternos, e não as crianças que aparecem nas páginas sociais festejando seus aniversários no Centro Militar. Mantém-se a estrita hierarquia também nas descendências.

Os meninos são os únicos convidados a esse evento, sendo as distinções de sexo marcadas desde pequenos. Aparentemente é o varão o futuro soldado ao qual lhe serão dedicados esses treinamentos, que, pelo que se pode observar das atividades cotidianas, não se afasta demasiadamente do que poderia se um dia na Escola Militar. A educação das meninas é reservada ao lar, junto de suas mães, que será o lugar que ocuparão no futuro.

Novamente a atenção se concentra nos meninos de mesma idade que os leitores do texto de História. A ideologização que se dá na escola continua nas férias, nessa idade crucial, das decisões de futuro. Tratar que fossem crianças de menor idade seria impossível pelo tipo de atividades que são objetivadas. Por outra parte, estas crianças, que em breve

terminarão a escola, podem escolher a carreira de armas, que aprenderam a amar nesses acampamentos, e ali continuarão o Secundário no Liceo Militar.

São muito destacáveis as atividades que se desenvolvem em dito acampamento:

Cada jornada comenzaba con el toque de diana, formación de los acampantes, primera estrofa de “Mi Bandera”, izamiento del Pabellón Nacional y de Artigas y **un grito de ¡Viva la Patria! con el brazo en alto.**[sem grifo no original] La misma ceremonia cerraba el día. [...] Por la noche, los tradicionales “fogones”, con canciones folklóricas (con adhesión de los lugareños) para fomento de la camaradería y la sensibilidad [...]” (mar. 1975, p. 30-31)

Isso faz lembrar as atividades das Juventudes Hitlerianas que entre canto e canto incorporavam a ideologia nazista de superioridade da raça ariana. Por meio dessas atividades, vincula-se a criança à religiosidade patriótica, como uma oração que inicia o dia e que o finaliza. Por outra parte, as diversões quais se lembrarão estarão rodeadas de canções folclóricas, que cantam a guerra, a Pátria e a Nação.

“El regreso, en la estación de AFE, resultó emotivo con los familiares. Unidades de las distintas Armas, trasladaron a los grupos a sus hogares. ¿Quién dirigen al obra y quiénes orientan los campamentos? No interesa, nos respondieron al tomar esta nota. Hay un servicio social en marcha. Hay niños que sonríen y se forman. Es la meta buscada.” (mar. 1975, p. 30-31). Não importa a singularidade, quem leva o prêmio é toda a instituição militar, quem está a frente é simplesmente circunstancial, o que é perene é a Instituição.

O relato do acampamento continua na revista seguinte, e assim prossegue o relato de dita experiência, que é uma mensagem aos pais sobre aquilo que desenvolveram seus filhos ali, e também uma forma de promoção das atividades que o exército faz com as crianças.

“También colaboraron en otras actividades propias del campamento, tales como: ordenamiento y aseo de cabañas, **higienizado de baños y cocinas,** [sem grifo no original] arreglo de comedor y colaborando en todo aquello que sirviera para dar vida y forma a la marca de nuestro campamento, realzando de esta manera su integración en la formación de su futura personalidad”. (mar. 1975, p. 30-31) A limpeza de banheiros e cozinhas, tarefa imprópria para qualquer criança num acampamento, poderia ser uma forma de acostumarlos ao que serão suas tarefas no futuro. Essas crianças, filhos de funcionários subalternos, integrarão a tropa do exército, e por isso estas atividades lhes devem resultar familiar.

No verão seguinte continuam os acampamentos do Serviço de Tutela social, que é anunciado sob o título “Donde todos quieren volver”. (feb. 1976, p. 26). Desconhece-se se as crianças de anos anteriores voltam ao acampamento, porém com esse título temos a pauta que a visita é reiterada ano a ano, e que isso moldaria melhor a formação que se deseja transmitir.

“Las primeras cuatro semanas fueron para hijos del personal de tropas y oficiales de Montevideo, y en los restantes llegaron, los del interior del país, para quienes el campamento incluía además, una visita de un día a la capital” (feb. 1976, p. 26). Primeiro os oficiais de Montevideo que têm mais força, e logo os do interior. A hierarquia se mantém ainda que todos sejam integrantes do serviço subalterno: Montevideo sobre o interior. Nos discursos do regime e na publicidade foi dada muita importância ao interior, aos valores do homem esquecido de campanha, porém na prática, não recebe privilégios senão que é considerado de segunda ordem.

Pela rotina dos jogos desenvolvidos, isto os aproxima muito mais à formação militar que a um acampamento de verão infantil. “Se inicia con la limpieza de los dormitorios y los baños [!]. Safaris por tierra y embarcados, **camينات de unos 5 kilómetros a través de los montes y malezas**, [sem grifo no original] marchas nocturnas con orientación, fútbol, balón, carreras, paseos en lancha, playa y tantas otras diversiones más” (feb., 1976, p. 26). Considera-se que caminhadas de 5 kilómetros (!) entre arbustos, mais que divertimento infantil, é uma atividade demasiado militarizada para crianças dessas idades e com o único fim de acostumá-los às marchas que poderiam ter em um combate de guerrilhas.

“En todos los casos los propios instructores fueron hasta las ciudades o pueblos de origen a buscar a los niños, y los **vigilaron constantemente** [sem grifo no original] hasta devolverlos personalmente a su hogar”. (feb. 1976, p. 26). A vigilância constitui um elemento fundamental da educação, como se fazia menção no decálogo do desvio juvenil. Esta se estende em todo o momento: desde que saíram de suas casas estão sob o olho controlador do instrutor, até que voltam a ela e voltam ao olho controlador dos pais.

Os filhos do corpo de integrantes subalternos pareceriam ser o destinatário das caridades. Enquanto a aristocracia civil organiza “chás” em benefício aos pobres, a aristocracia militar não pode ficar fora de tais práticas, organizando, portanto, uma festa de Reis para os filhos dos *serviçais subalternos*. Contrariamente ao que poderia parecer, não é

aos filhos de todos os serviçais subalternos das FFAA, o que seria um grande gasto, senão para os filhos daqueles que trabalham no Centro Militar, ou seja, os filhos daqueles que os servem e os atendem em suas diversas atividades de ócio.

Na foto observam-se algumas crianças recebendo presentes de algumas senhoras de idade, possivelmente esposas de generais de alta patente, dedicadas à beneficência, e além dos presentes, visitaron la Institución [da qual nunca vão fazer parte] y disfrutaron de una fiesta infantil”. (nov. dic. 1976, p. 9)

### **O papel da mulher**

Yo diría que la mujer se dedique más a la casa; que sea más hogareña, más apegada a la familia. Que se integre sí, con el mundo que la rodea y le ha permitido independizarse, pero que no por eso sacrifique la casa y la familia, porque así sea más feliz.  
Juana de Ibarbourou,  
al referirse al Año Internacional de la Mujer, que se está cumpliendo. (mar. 1976, p. 16)

Com essa frase da reconhecida poetisa uruguaia, sintetiza-se qual deve ser o lugar da mulher na sociedade, segundo os editores da revista.

Além do destaque que devem ter as mulheres na educação dos filhos, estas, por sua exaltada sensibilidade, fazem bem em orientar-se ao desenvolvimento da poesia e da literatura, isso sim “coisa de meninas”. Tanto é assim que aos concursos de poesia, nos quais triunfam principalmente meninas e garotas, é dedicada um seção especial na revista.

Uma menina que ganhou o concurso de poesia no primário sobre temas patrióticos é descrita como prodigiosa por seus hábitos sãos, e o meio pelo qual vem, reivindicando assim a simplicidade das pessoas do meio rural.

“María Nélide Bica, pertenece a una familia tipo del medio rural, bien integrada, siendo una niña vivaz, aplicada, destacándose en expresión, dedicando sus horas de ocio a la lectura. Le agrada el deporte y lo práctica, habiendo obtenido premios en competencia deportivas interescolares”. (feb. 1976, p. 6) As Razões pelas quais essa menina é um prodígio são: sua dedicação à leitura em seu tempo livre, sua vida esportista, e seu grande êxito nas competições, que fazem que seja uma menina integrada ao meio em que vive. A

educação das crianças deve ser orientada entre as tarefas do lar, a leitura e o esporte saudável.

As jovens mulheres que enquanto solteiras não assumiram o papel de mães e esposas, são situadas no papel de secretárias, profissão a qual constantemente se faz alusão. Notemos que se trata de uma secretária jovem, e nunca de uma mãe de família que trabalhe. Há que ser sempre a atividade da jovem ainda solteira.

Noutro concurso literário, triunfou uma garota cujo relato era o de sua peripécia para conseguir seu primeiro trabalho (de secretária), e casualmente quem lhe deu essa oportunidade foi um integrante do exército. Com uma linguagem romântica que termina vangloriando a Pátria e a Defesa das Instituições que os militares erigiram, e a felicidade que sentia por estar cumprindo sua útil e necessária tarefa de secretária deixa margem à dúvida para a existência da garota redatora.

Uma piada da referida seção de humor diz:

“Señorita, cuando una empresa pide secretaria bilingües preséntese con la única lengua que ustedes tienen”. (oct. 1974, p. 24)

Reafirma que a idade da secretária é a de senhorita e não de senhora. Especifica a pouca inteligência das mesmas já que é preciso que um senhor esclareça esse aspecto da língua.

De menina prodígio à jovem secretária, passa-se à dona de casa. Como esta desempenha um papel secundário, seu lugar na sociedade é marcado pelo que ocupa seu marido. Dentro dessa lógica, decretou-se em 1979 que todas as funcionárias do CONAE (Conselho Nacional de Educação) deveriam usar o sobrenome de casada, (APRRATTO; ARTAGAVEYTIA, 2004. p. 234) quando a legislação uruguaia não o exige, nem sequer os efeitos legais abrem essa possibilidade.

O homem é o núcleo ordenador da vida familiar e social das mulheres. Daí que as reuniões femininas sejam denominadas, na linguagem militarista da revista, de “camaradaria”. Reunem-se dentro da mesma organização e hierarquia que seus maridos: “Desde hace siete años las señoras de oficiales de Arma de Ingenieros”. (dic. 1974, p. 7). Estas mulheres que se aglutinam pela seção a que pertençam seus maridos, entregam o enxoval do bebê que nasce no próximo 20 de Dezembro. Essa data, como o santo padroeiro de uma associação, é o dia da Arma do Engenheiros.



Dentro da familiar milita está tudo hierarquicamente distinguido, e as mulheres não ocupam outro papel que o de continuar a mesma hierarquia de seus esposos, que sempre figuram como a Sra de... e nunca pelos sobrenomes de solteiras. O fato de que apareçam na revista não é por outro motivo que o destacado papel que ocupam os homens da família nas Forças Armadas. Como demonstra o desfile de modas de duas lojas de roupas conhecidas na capital, Peletería Péndola e Chic Francés, realizado no centro de Pasividades das FFAA, onde aparece a senhora Eloísa Callorda *de Pascuale*, e a senhora do embaixador argentino Leila Neffa *de la Plaza*. A essas senhoras que não existem se não fosse por seus esposos, abriu-se um espaço na vida social da capital que antigamente estava fechado. Ou pelo menos recriam os mesmos códigos da aristocracia da que não pertencem de sangue, para situarem-se num lugar social de privilégio que lhes foi dado pela conjuntura histórica. As Forças Armadas não são integradas por membros da elite, como são no caso do Brasil demonstrou Camargo Leirner (1997). Isto não significa que durante o período ditatorial, estas por diversos interesses, não tenham se aproximado. Porém, ditas alianças nunca deixaram de ser circunstanciais.

Abaixo dessa seção encontra-se estrategicamente um anúncio publicitário de sofás estampados. As publicidades de automóveis e peças reservam-se para as outras seções “masculinas”.

Conforme a revista, pode haver uma desvirtuação do papel da mulher, que é igualmente bem-vinda: “Las mujeres son soldados, también”. Esse “también” seguido de uma vírgula assim como nos dita o texto posterior, anuncia-nos que além de mães podem exercer um trabalho em defesa da Pátria como soldados, claro que a missão encomendada deve ser menor porque sua grande tarefa está dentro da casa. “[...]si bien es cierto que no le es posible cumplir con mucho de las exigencias del soldado varón, está capacitada y convenientemente instruida para tareas que tengan directa vinculación con su calidad de mujer”.(oct. 1981, p. 4-5) . Não é especificado quais seriam essas tarefas, porque não há crianças nos quartéis para que sejam cuidadas, e não se fala tampouco de serviços de limpeza.

“El 10 de octubre de 1972 nació la Compañía de Policía Militar Femenina del Ejército jóvenes mujeres que, **haciendo un paréntesis en sus deberes de madres y**

**esposas**, [sem grifo no original] se incorporan a la defensa activa de la soberanía y seguridad de nuestro país.” (mar. 1976, p. 26-27)

O surgimento dessa seção feminina nessa data tão particular se deveria à luta antissubversiva que havia sido encomendada pelas FFAA em 1971. A grande quantidade de mulheres “subversivas” exigia a criação da seção feminina das FFAA, a partir de 1972.

É certo que as mulheres-soldado realizaram “um parêntesis” em sua função de mães e esposas e não em sentido figurado. Isso diz a revista na edição que comemora os 9 anos de existência da capacitação das mulheres-soldado: “Teniendo en cuenta que el cumplimiento de su misión requiere una dedicación total y con frecuencia una prolongada ausencia de sus hogares, las soldado a su ingreso, deberán ser solteras y sin responsabilidades de familia”. (oct. 1981, p. 4-5). Pelo que esse parêntesis é postergação de seu projeto de família.

Entretanto, elas recebem a autorização para contrair matrimônio e ter filhos (nessa ordem) logo após dois anos de sua permanência na sub-unidade. Não é esclarecido se elas podem usufruir de meio-período, nem algum outro benefício mais que a licença maternal, que já existe na legislação uruguaia desde muito tempo. Por tal motivo, a presença da mulher em casa, e todos os benefícios que isso implica, são um mero discurso não realizado de fato dentro da instituição militar. Se assim fosse, buscar-se-ia que as mães-soldado cumprissem um horário de acordo com suas “outras atividades” tão fundamentais para que seus filhos não sejam “inadaptados sociais”, como relatava o texto “Que la madre vuelva a ser madre”.

O próprio projeto constitucional dos militares situa a mulher numa condição quase de inferioridade, já que regulamenta seu trabalho na mesma condição que os menores de 18 anos. “El trabajo de las mujeres y de los menores de dieciocho años será adecuadamente reglamentado y protegido” (art. 41)

Nesse sentido Gabriela Sapriza (et al. 2004) ressalta as transformações do mercado de trabalho produzidas durante o período ditatorial. Devido à deterioração do poder aquisitivo dos salários e à forte desocupação, destaca-se o aumento da participação das mulheres da população economicamente ativa. Os dados que Sapriza proporciona estabelecem que em Montevideo, em 1973, as mulheres eram 31,7% da PEA, e em 1986

chegaram a ser 42%, assumindo o duplo papel de assalariadas e responsáveis pelas tarefas domésticas.

Se agregó, además, un cambio en la composición de la fuerza de trabajo femenina ya que se incrementó la participación de mujeres casadas, divorciadas y jefas de hogar, en edades que corresponden a los ciclos familiares expansivos. Todo ello provocó un cuestionamiento más o menos explícito de las relaciones interfamiliares con respecto a la división interna del trabajo en el ámbito del hogar, de la administración de los recursos y del ejercicio del poder. (SAPRIZA; et al. 2004, p. 194)

Novamente o discurso e a realidade não se entrelaçavam, sendo que as mulheres estavam longe de cumprir esse papel secundário na família, que o discurso da revista lhes imputa, eram, outrossim, protagonistas da educação de seus filhos (meninos ou meninas) assim como do cuidado e sustento do lar.

## II EDUCAÇÃO

“Las maestras modernas dicen que la nueva pedagogía aconseja que los zurdos sean zurdos y sigan dándole a la izquierda...

Es que hasta la pedagogía andaba con el paso cambiado”. (set. 1974, p. 24)

A temática educativa recebe um lugar destacado na revista, talvez por sua importância, por ser conforme o Coronel Soto, um dos lugares preferidos para a infiltração marxista, ou antes de acordo com a seção de humor, por que anda *a pedagogia com o passo trocado*, e era necessária direcioná-la de acordo com os alinhamentos do novo governo.

Miguel Soler Rosa destaca que a educação se converte num fato histórico, por estar situada num tempo e num espaço: “[...] en un acto político, en un factor de refuerzo de la ideología propia del poder, puesto que procura lograr la aceptación generalizada de esa misma ideología [...] no ha habido forma alguna de poder que no haya procurado perdurar, entre otras manifestaciones, por su correspondiente pedagogía”. (SOLER ROCA, 1984, p. 13)

Nesse sentido, a educação teria um lugar de privilégio na propaganda do regime por seu interesse de “perdurar”. Ironicamente os centros educativos foram focos de grande resistência ao autoritarismo prévio a 1973. Os antigos inimigos de ontem estavam já depurados por meio das destituições e a repressão. De acordo com as cifras utilizadas por Soler Roca, estima-se que 2.300 funcionários foram destituídos do ensino primário e secundário, e ditos postos foram completados com pessoas de confiança dos militares, ou então com militares docentes ou diretores. Os jovens entre 18 e 34 anos (idade em que poderiam ser alunos de Secundária ou Universidade) constituíram 76% dos detidos pelo regime, segundo dados da SERPAJ<sup>19</sup>. (In: MARCHESI, 2001, p. 125). O que nos fala da “subversão” no corpo docente e dos funcionários, assim como no alunado.

Justamente a propaganda realiza-se naqueles setores em que não se encontra o apoio, e que haviam apresentado-se como hostil a eles, por isso as ações repressivas ao âmbito educativo foram logo imediatas a toma do governo.

Os inimigos de hoje poderiam ser também, num futuro (apesar da depuração) novos rebeldes, já que é o setor da população mais preparado para criticar suas ações. Entrando na Instituição “Escola” (em todos seus níveis), o fazem possível onde não têm o apoio, porque se tivessem não se empenhariam em tanta propaganda.

### **O Coronel Soto como portavoz oficial**

Na revista “El Soldado” dedica-se uma série de textos continuados, intitulados “El Proceso de la Educación en el Uruguay”, estilo editorial redigidos pelo coronel Julio Soto (entre abril e junho de 1978). Por ser um artigo dividido em três partes, que se publica em continuidade mensal, dá-nos a pauta de um leitor que segue a seqüência da revista mês a mês.

O coronel Soto foi quem assumiu o papel de falar de educação desde seu duplo lugar de militar e professor. Nisso há uma completa concordância, já que numa ditadura quem detêm o governo detêm também a expressão e sobretudo se esta é impressa, sinteticamente diríamos: quem governa discursa.

O “porta-voz oficial” atuava como professor de matemática, e era diretor do Liceo antes de começar o governo militar. As professoras Apratto e Artaveytia (2004) afirmam

---

<sup>19</sup> SERPAJ: Servicio de Paz y Justicia.

que dava suas aulas vestido de uniforme desde tempos antes. O que nos habilita a pensar que esse tipo de incursão militar num liceu não era censurado pelos governos de Pacheco e Bordaberry, (início do que seria logo a militarização da vida social). Seu cargo na ditadura foi o de Vice-reitor do CONAE<sup>20</sup>, a partir de 1975. Chama a atenção que fosse o “vice” e não o reitor quem fosse a cara visível da ideologia do regime durante a ditadura, porém, talvez, os dotes inatos de Soto, ao escrever esse textos, deitaram de lado as estritas hierarquias. Ele fala em nome da Instituição à qual forma parte por seu caráter militar.

Esses textos foram pensados como uma conferência, e não como parte da revista. Como o notifica Virginia Martínez, (2005), a primeira vez que se realizou a exposição pública por parte de Soto foi no Instituto Maior de Estudos Superiores do Exército, e outra no Palácio Peñarol, onde se reuniram estudantes de Magistério para escutar dita palestra. Por ser um texto escrito, nada nos informa do momento da proferência, do vínculo com o receptor da mensagem, já que a expressividade, emotividade, e os tons de voz de Soto, ao expô-los, não são perceptíveis num papel.

Apratto e Artagaveytia afirmam que o escrito em “El Soldado” não condiz muitas vezes com as ações do governo: “Se puede observar una correspondencia estrecha entre lo afirmado por el Coronel Soto y sus camaradas de armas en ‘El Soldado’, y la normativa educativa oficial. Después de esa fecha la relación se debilita: mientras los documentos de las Fuerzas Armadas mantienen prácticamente la misma línea, los documentos oficiales de los organismos de educación cambien de temas y preocupaciones [...]” ( APRATTO; ARTAGAVEYTIA, 2004, p. 227). É mais fácil discursar que organizar e atuar, por isso compreendemos que essas defasagens sejam freqüentes.

Essa contribuição afirma, além disso, que o pensamento e a ideologia mantêm-se firmes a despeito de que as circunstâncias históricas variem, assim como que a apurada organização de um Estado e logo a abertura habilitem outras problemáticas “práticas” ademais dos interesses ideológicos, discurso e realidade tampouco se uniam no âmbito educativo.

---

<sup>20</sup> Conselho Nacional de Educação, criado pela lei de Educação em 1973, meses antes do Golpe. Lei chamada “Sanguinetti” (Ministro de Educação e Cultura, que a criou durante o governo Bordaberry). Nessa se centralizava o ensino, passando da velha estrutura liberal democrática de quatro entes autônomos de Ensino (Primário, Secundário, Técnico e Universitário), a dois entes: Universidade e Conselho Nacional de Educação (CONAE), condensando os outros três entes.

Analisar-se-á, a seguir, o texto referido de Soto, como se fosse o pensamento educativo da família militar. Talvez não fosse compartilhado por todos, porém é exteriorizado como próprio, tendo-se em conta que, de acordo com a lógica militar, não pode haver pluralidade de visões, já que diversidade e individualidade são sinônimos de caos. O discurso é unívoco, não pode dar lugar a duas interpretações.

Dentro das tipologias discursivas de Eni Orlandi [s.n] este discurso se enquadra nos autoritários. A identificação se produz pelo emissor do discurso: um militar falando desde sua posição de militar. Por causa disso é que a polissemia é contida, existe um único significado já que não se pode interpretar de outro modo, tendendo a reversibilidade a zero.

### **“Proceso de la educación en el Uruguay”**

Esse texto não é outra coisa que uma apresentação da história da educação no Uruguai, porém partindo do presente. Parece que Soto se perguntava onde se encontrava o início dos males que levaram a criação, nos anos sessenta, de movimentos estudantis revolucionários e de protesto, e à “infiltração subversiva de toda ordem”.

A partir dessa preocupação pelo presente, busca no passado a resposta, para assim definir quais são as corretas concepções ideológicas. Define como o natural o próprio do homem “la civilización occidental y cristiana”.

Apratto e Artagaveytia identificam o pensamento de Soto dentro do: “[...] discurso católico más conservador, (ultramontano, integrista, e hispanista) portador de una visión fuertemente jerárquica de la sociedad, arraigada en una concepción particular de la Edad Media (o, para decirlo en sus propios términos, de la Cristiandad).” (APRATTO; ARTAGAVEYTIA, 2004, p. 227)

Soto situa as origens educativas da época colonial com os jesuítas. Sendo esta uma meia verdade, já que esses foram expulsos do território americano em 1767, e a influência que exerceram na educação da época colonial foi ínfima. Porém, Soto lhes imputa um trabalho tão honrado por ver na educação católica, e especialmente na jesuítica, os valores morais cristãos, que fazia referência como correspondentes da civilização ocidental.

O mal surgiu quando houve a desvirtuação maçônica dessas práticas educativas cristãs. Diz Soto a respeito: “Esta especie rara de “catolicismo masón” -de alguna forma hay que llamarlo- buscó desplazar a los jesuitas de su sitio de privilegio en el área

educacional, y la historia nos dice que efectivamente lo lograron, ellos y el ateísmo que sucedió a esta postura, contagio del enciclopedismo francés muy emparentado con las corrientes del pensamiento liberal”. (mayo 1978).

O problema educativo estaria situado na prática da laicidade, e nos elementos do liberalismo. O que defende o texto, no que diz respeito a educação, é contrário aos preceitos educativos do fundador da Escola Pública uruguaia, José Pedro Varela: defendeu a laicidade, era liberal, positivista, porém não totalmente envolvido com o “enciclopedismo francês”. Como já analisamos no capítulo 1, omiti-lo não era uma boa jogada, senão que reorientar seu protagonismo à outro herói, o coronel Latorre.

No relato histórico de Soto, a Universidade, desde sua criação, estava destinada ao fracasso, já que se viu invadida por tais correntes massônicas e liberais. Para os militares, e assim descreve o autor, na Universidade está a origem de **quase** todos os males (já que se destina à outros setores também) e não espera dela mais que o gérmen de subversão. Esta pouca credibilidade que inspiravam os setores intelectuais pode ser devido a que o regime não haja encontrado defensores e nem sequer adeptos em suas salas, a não ser alguns casos particulares que se beneficiaram com sua fidelidade por meio da aquisição de cargos de relevância.

Uma forma de ataque que faz Soto ao setor universitário é a apelação à educação técnica “muito útil ao país” frente à eleição de “tantos intelectuais” que aos seus olhos não geram mais que revolta e subversão.

Não obstante, é preciso ressaltar que a crítica à Universidade não se estende a toda sua existência, senão que se reserva acentuadamente ao período pós 1950. É lógico pensar que não pode simplesmente atacar à Universidade porque dali surgiu a intelectualidade uruguaia que são patrimônio da “Nação”, e que em outras campanhas de propaganda do regime ocupam um lugar de privilégio. O que se diz é que apesar da excelência deles, a filosofia do ceticismo: “embriagó los recintos culturales y políticos del país de un liberalismo frenético, que enterró las ideas humanísticas de la herencia hispánica, Y sus consecuente discípulos formaron legiones de ciudadanía, que incrédula del Orden Natural del pensamiento cristiano, quedamos indefensos frente e los embates del marxismo que llegaría a nuestras tierras pocos años más tarde.” (mayo 1978). O afastamento do

cristianismo foi o que os levou ao marxismo, por isso a religião teria um papel importante na prevenção de contágio que Soto tenta implementar.

Outra concepção teriam os militares brasileiros sobre a Instituição Universidade, como bem destaca Leirner Camargo. (1997, p. 40) Para eles, a Universidade era outra instituição hierárquica em condições de elaborar um projeto para o Brasil, o que não sucedia no Uruguai. A Universidade, desde a FEUU até os docentes e autoridades foram punidas por mostrarem-se contrários ao “projeto do Uruguai” dos militares. Por esse motivo, não considerariam que dali deveriam proporcionar um modelo para a formação do país.

Essa desvalorização em relação aos profissionais e intelectuais pode ser devido também à proveniência do setor social do qual os militares emergem. Pelo fato de suas hierarquias não virem da elite, podem ver com “ciúme” (e até com inveja) a formação universitária como “pouco prática” para o desenvolvimento do país, além de elitizante. O que mais criticam é que este seja um modo de ascensão social para as classes populares, ironizando com a frase “M’ijo el doctor”<sup>21</sup>. Por isso é que as bolsas de estudo, outorgadas pelo Serviço de Tutela Social, dirigido aos filhos dos serviços subalternos das FFAA estão orientadas “a preparación para el ingresar a escuelas militares y **muy especialmente** [sem grifo no original] Universidad del Trabajo”<sup>22</sup>, ya que importa fundamentalmente el estímulo de la capacitación técnica, base del Desarrollo Nacional” (feb. 1974, p. 31). Aparentemente, no projeto de Desenvolvimento do país não eram necessários criadores intelectuais, senão técnicos e mão-de-obra qualificada.

Na mesma problemática da Universidade (laicismo, liberalismo, filosofia roussoniana) situa-se a Educação Secundária, pelo fato que esteve 50 anos sob a tutela universitária antes de lograr sua autonomia em 1935. Pelas razões expostas por Soto, tanto a Universidade como a Educação Secundária foram fermento para a subversão, o que lhe agrega de distinção que seus alunos, por serem mais velhos que os do primário, possam acrescentar as filas de rebeldes, em sintonia com seus professores.

---

<sup>21</sup>Obra do dramaturgo Florencio Sánchez, ironizando o orgulho das classes populares por ter um profissional na família.

<sup>22</sup> UTU Universidade do Trabalho do Uruguai é o nome da seção de Educação Secundária da escola Técnica.



A crítica fundamental que ele faz a Secundária é a seu plano de estudos (Plano 41), diz no texto, “actualmente vigente”, que não aponta à formação “moral”, mas sim à Universidade, e que é essencialmente teórica. Os professores dessa época (década de 40) são considerados respeitáveis aos olhos do escritor, apesar de seu ateísmo, porque “serios, formales, ateos circunspectos que se mostraban al adolescente con decoro, decencia y autoridad, actitud que indudablemente disimulaba las carencias de índole moral de que adolecían los esquemas en que transitaban” (mayo 1978). Justo o oposto será a concepção dos professores da década de sessenta.

O erro mais grave que cometeram esses professores respeitados foi considerarem que: “‘todas las ideas son respetables’ máxima estúpida que dio albergue a las corrientes marxistas que por ese entonces ya habían comenzado su penetración” (mayo 1978). Na liberdade de expressão estaria o erro grave. Para Soto a liberdade não é outra coisa que a de poder atuar de acordo com os valores únicos aceitáveis para a sociedade ao que se pertence: o que pode ser sintetizado como a civilização “ocidental e cristã”.

Nessa acepção está o que significa ser “oriental” e os “valores da orientalidade”. O laicismo, origem de todos os males, foi, de acordo com essa análise, a porta de entrada do marxismo. Conforme esse raciocínio, há que se voltar, ainda que não a uma educação religiosa, a uma educação Moral, isso foi tentado com a introdução da disciplina “Educação Moral e Cívica”. É a religiosidade da pátria, do Estado, da comunidade, porque os valores tinham se pervertido, tal como é descrito na educação da década de 60.

O grande golpe do marxismo foi dado ao se introduzir na Primaria, e ali se descreve os efeitos maravilhosos que Soto imputa à educação:

Y para tener una idea de la complejidad y dimensiones de este servicio de educación, digamos que, en cifras redondas, hoy cuentan con 254 mil funcionarios entre docentes y administrativos que atienden a 2.200 escuelas distribuidas en todo el país, en la que se asisten a 330.000 niños, de las cuales se da de comer diariamente a no menos de 140 mil.

Se comprende que todo esto ejerce una fuerza enorme sobre la vida misma de la sociedad uruguaya, lo que explica que los tentáculos del marxismo procuraran infiltrar la estructura de los cuadros docentes, pues por esta vía conseguirían, no sólo subvertir la mente infantil hacia los modelos del pensamiento materialista, sino que facilitaría llegar al seno de los hogares con su deslumbrante dialéctica perniciosa. (jun. 1978)

Primeiramente faz propaganda sobre os serviços que a escola estaria cumprindo, “dando de comer a 140 mil niños”, quando se sabe, como afirmaremos no próximo capítulo, que o orçamento minguava cada vez mais. Nesse sentido, Soto explica qual é a importância da Escola, porque com 254 funcionários, o autor entende que pode fazer chegar a 330.00 famílias!!!! Daí, sairia o interesse fundamental de criar um livro de texto para este alunado. Se o discurso se modifica, reorientando-se para um bom caminho, a extensão dos “valores de orientalidade” fará um caminhada prodigiosa. Não é ao alunado que se aponta apenas, senão que também a suas famílias, e disso advém o milagroso resultado que a edição de um livro de História pode lograr.

Não se sabe a reação que este discurso pode haver causado num público de Magistério, tal como na conferência mencionada, ao dizer que estes têm uma “psicosis muy particular”: “que lo lleva fácilmente a admirarse a posiciones que encierran una latente rebeldía, psiquis colectiva que ha creado en el magisterio un clima de autovalorización en defensa de su propio prestigio, que quizás tenga su origen profundo en la subvalorización, real o aparente, que pueda traslucir hacia ellos nuestra sociedad, tan afecta o reverencial al profesor universitario”.(jun. 1978). Ou seja, por seu complexo de inferioridade, é que este se rebela e subverte. Suporia o emissor que o público que o escutava teria outros valores distintos aos dos subversivos que já haviam sido retirados de “circulação”, punidos e impossibilitados de contagiar outros.

Em contraposição a esses planos da educação uruguaia: primária, média, técnica e Universitária, se situa a Escola Militar. Nesse texto de Soto ela não é citada, porém o é freqüentemente na revista “El Soldado”. Talvez pelo fato de que esta nunca haja vivido no seio da infiltração marxista, e não merece sua análise nesse texto. Parece que a Educação Militar não corresponde aos esquemas educativos da sociedade, senão que se situa num lugar a parte. A revista, por ser um meio de comunicação interno, registra vários acontecimentos realizados na Escola, como competições esportivas, formaturas, etc.

Aparece como a contra-cara educativa onde reina a paz e a segurança. No aniversário de sua criação, é citada uma carta da época, na qual Máximo Santos (chefe de estado da época do militarismo, 1882) expõe os motivos de criá-la. Casualmente esta carta foi criada num aniversário de 25 de agosto, festa pátria da declaração de independência, que inclusive nisso nota-se um coincidência conforme aos valores de nacionalidade.

### **Entre o discurso e os fatos**

É opinião quase unânime entre os que estudam a educação no Uruguai, afirmar que o período ditatorial constituiu um grande retrocesso em todas as suas ordens. Além da óbvia deterioração que ocasiona a censura e a repressão em qualquer sistema, destacam-se também outros elementos nefastos.

Contrariamente ao discurso militar, o investimento em educação reduziu. Por uma parte, defendia-se a importância de uma “boa” ação educativa para encontrar nela seus apoios, porém a o orçamento nacional não dizia o mesmo. O sociólogo Rafael Bayce (1988) marca o declínio da participação da educação no Produto Interno Bruto, de 4,2% em 1968 a 2,6% em 1976, e no orçamento Nacional, de 26,3% a 11,2%, cujo ano de maior corte foi de 73 a 74, período da assunção militar.

Por sua vez, ainda que o Primário haja sido um lugar de privilégio para a propaganda do governo, não foi premiado com uma parte mais gorda do orçamento. Justo o contrário: esta passou de 48% do orçamento, em 1970, para 40% em 1976.

O declínio se estendeu também a uma diminuição de matrículas no primário, que depois de alcançar o pico em 1968, começa a decair. De acordo com os dados manipulados por Soler Roca, a porcentagem de crianças de idade entre 6 e 11 anos, que efetivamente estava recebendo educação no Uruguai era de 89,9% em 1960, passando a 68,1 em 1976. Entre 1973 e 1979 a escola primária uruguaia perde mais de 27 mil crianças. (SOLER ROCA, 1984, p. 46-48). Na educação secundária a situação não é muito diferente, e no mesmo período desaparecem das salas 16 mil estudantes.

Por isso, estamos de acordo com as reflexões de Soler Roca de que a educação uruguaia havia deixado de ser laica, gratuita e obrigatória, contrariando os princípios valerianos:

Así la educación uruguaya ha dejado de ser laica, porque los militares la han colocado al exclusivo servicio de su interpretación política de la realidad nacional. Cada vez es menos gratuita, porque los servicios auxiliares y asistenciales que garantizaban esa gratuidad (suministro de útiles, comedores escolares, préstamo de textos) han desaparecido o se han debilitado, en perjuicio de los niños de los sectores más pobres de la población [...] Y está dejando de ser obligatoria, como la constitución quiere que sea en sus niveles primario y medio, porque los niños abandonan prematuramente las aulas sin que el Estado cuente con la autoridad moral ni desee aportar los medios financieros para incorporarlos a las mismas. (SOLER ROCA, 1984, p. 54-55)

Porém as regras do jogo dessa “democracia sem conflitos” eram outras, e por isso, as máximas “pensamento e expressão” não têm lugar no livro. Onde existe liberdade, surge a diversidade, e no *di-álogo* estaria o conflito que faz rica a democracia.

## REFLEXÕES FINAIS

Preferimos apresentar os comentários e as idéias que nos ficam na modalidade de "reflexões finais" ao dar por terminado este trabalho. Optamos por refletir e não por concluir porque isso nos põe no compromisso de "verificação" das hipóteses e por seu próprio caráter "conclusivo" não permite deixar brechas inconclusas e perguntas abertas.

Evidentemente o que estudamos como fonte de nossa pesquisa (livro didático e a revista "El soldado") são parte do arsenal elaborado pelo governo para armar sua justificativa. Acompanhado das justificativa vem o apoio, pelo menos isso é o que se busca, criando uma "ortodoxia consentida", como dizia Ansart. Essa houver possivelmente sido a máxima aspiração do governo através de sua produção argumentativa; logo após a "limpeza" dos inimigos, gerar bases de apoio entre os que ficaram.

O que se produziu no Uruguai durante todo o período da ditadura, e com isso não fazemos diferença entre os períodos de instalação, fundação e abertura foi a repressão, o encarceramento e a censura de todos os dissidentes. Portanto, a campanha propagandística na realidade ia acompanhada de um agir repressor que lhe tirava veracidade aos olhos dos que lá sofriam.

Por sua vez, aqueles que viveram, quase em bloco, a higienização foram os políticos que atuavam no país antes de 73. Esse agir era necessário para continuar, pelo menos exteriormente, com as mesmas regras da democracia: eleições, Constituição, porém esta última, tutelada pelos militares. Com esta tutela da vida "democrática" se geraria a desejada "democracia sem conflitos", evitando a odiosa pluralidade, tão necessária em uma verdadeira democracia.

O papel dos partidos políticos no discurso e nos fatos é tão "movediço" como o foi o todo o agir do governo. No livro didático, assim como na revista "El Soldado", lhes é negado qualquer protagonismo, como se essa instituição não houvesse tido cabimento, nem na história nem no presente do país. Porém, contraditoriamente, não são rechaçados no projeto Constitucional de 1980, senão que se habilita aqueles "bons" políticos. Possivelmente, percebendo o apoio que estes teriam na população, e que se realmente queriam fazer de seu projeto um êxito, não poderiam negar-lhes um lugar.

O modelo de país e os mecanismos de como levá-lo a cabo foram variando, conforme o próprio agir e o confronto entre teoria e práxis. Por tal motivo não se pode falar de um projeto propagandístico homogêneo e uniforme ao longo do período. A propaganda ia correndo junto com as circunstâncias, como diz Antonio Machado : "se va haciendo el camino al andar". Isso não significa que não hajam existido certos pressupostos orientadores, porém o próprio alinhamento das FFAA não se manteve sempre igual. Estas não foram as mesmas dos pronunciamentos de fevereiro de 1973, assim como as relações com EUA variaram conforme fosse um governo republicano ou o do democrata Carter.

Na imprensa da época, assim como nos textos analisados nessa pesquisa (Revista "El Soldado" e os tomos de "Las Fuerzas Armadas al Pueblo Oriental") pode-se ler como é que os militares identificavam a família Kennedy e todo o partido democrata como associados da sedição. Recordemos que Wilson Ferreira Aldunate realiza no Congresso dos EUA denúncias de violação dos DDHH no Uruguai, e por causa disso que se vota a emenda Koch, que retira o apoio econômico dos EUA à ditadura do Uruguai. Contrariamente ao que eram os discursos militares com respeito aos EUA, antes e depois de Carter, se publica em 1978, no livro "El Proceso Político", já referido, a seguinte denúncia: “[...][la elección del pequeño Uruguay, como blanco de las truculentas acusaciones que suelen emplearse y que han llegado hasta ser manejadas en cierta ocasión por el propio Congreso **de un país tradicionalmente amigo** [sem grifo no original] da una pauta sobre la desinformación o la interesada mala información existentes” (p. 2-4)

Este é um exemplo das reacomodações de suas justificativas que o próprio agir lhes impôs.

Na mesma via, o discurso da revista "El Soldado" muda a partir do começo do processo de abertura, de 1981 em diante. Parecia que entre as notícias da atualidade se escolhessem justo aquelas que abordavam a temática das transições de uma ditadura a democracia, obviamente destacando o lado negativo. A Espanha pós-franquista começa a ocupar um papel fundamental . São ressaltadas as ações do grupo separatista ETA, mostrando-se fotografias de explosões cometidas por eles, e como o governo democrático não podia freá-los. Este título alusivo é o cabeçalho de um artigo: “Franco y el heredero al trono: ¿soñaban acaso la actual escalada subversiva?”

Por isso, no discurso interno das Forças Armadas aparecem frases que vão preparando mentalmente seus integrantes sobre as hostilidades que logo chegariam. “Cuando el peligro llega y no antes el hombre adora a Dios y al soldado. Cuando el peligro ha pasado Dios es olvidado y el soldado despreciado”. É o que lemos na contracapa da revista de setembro de 1981.

Muda o tom do discurso, passa de ser fundacional ou de "Refundação de uma democracia sem conflitos" para uma justificação de suas ações imediatamente passadas, porém não para um futuro prometedor, senão que para um tempo próximo que lhes julgará. É lembrado o passado imediato com um tom mais melancólico, celebrando até o aniversário da fundação da revista. Agora têm um história de ações no país, e não precisarão tanto de relatos da época de independência.

Neste mesmo sentido encontra-se o livro didático que analisamos. Por que vem a luz somente em 1980 quando desde o início houve intervenção na educação?

Uma possível resposta é o próprio estabelecimento do controle militar sobre a instituição educativa. Inicialmente eliminam todos os inimigos, alunos e professores que como já mencionamos, eram muitos. Logo legislam e regulamentam absolutamente todos os aspectos do âmbito educativo. Finalmente, ao iniciar o projeto de futuro, criam as bases ideológicas através de um livro de História dirigido a crianças, que como ressaltamos, eram futuras esperanças de apoio.

Por sua vez, a própria idiossincrasia do uruguaio, indiferente se é militar ou civil, faz com que esse livro "haja chegado tarde", o que não sucedeu com a eficiente propaganda do regime nazista, de acordo com sua reconhecida pontualidade. Sem dúvidas, a elaboração desse exemplar, com essa quantidade de documentos, deve haver levado muito tempo.

A primeira edição sai no ano do plebiscito constitucional (1980), que, certamente, estavam convencidos de ganhar. Ainda que o livro não haja podido servir de propaganda eleitoral, sua finalidade esteve concentrada no futuro, que tudo dizia seria promissor, quando os militares teriam grande protagonismo. Os resultados das urnas foram uma amarga surpresa e sem embargo não por isso deixou de editar-se o livro didático. Acreditamos, então, que os interesses do livro variaram, ainda que não houvesse diferido em seu conteúdo. As reedições de 1982 e 1983 nos falam de outras finalidades. Já se sabia a retirada, e reeditando o livro buscavam fazê-la o mais decorosamente possível. Através

desse meio escrito deixariam uma boa lembrança de si, que ficasse marcado nessas crianças e suas famílias.

Não se conhece outro livro didático que haja recebido o "privilegio" de haver sido escrito por militares, como foi o resenhado: "Historia Nacional" de Primário. Sobretudo ressaltamos a importância outorgada pelos detentores do governo à disciplina de História, principalmente em sua vinculação com as tramas do poder político. A maioria dos docentes destituídos provinham dessa área, assim como foi nela onde se interveio na configuração específica de livros de texto. Por sua vez, na História foi onde centraram suas ânsias de escrita e leitura justificativas, e mais que de um passado remoto, de um presente questionado.

Nesse ponto se centra o que viemos a chamar a "história espelho" de um presente que incomoda. Comprovamos que não importa qual haja sido o período histórico escolhido, qualquer seja tomado ao azar, é possível ler mais do presente de quem o escreveu que desse passado ao qual fazem referência. Por isso o apelativo do "história espelho": não se procura nela outra coisa que não seja a do presente refletido, e se projeta sobre o remoto do terreno histórico para dessa forma explicar de maneira positiva o que se estava vivendo.

Por sua vez, este "espelho" reflete os desejos mais íntimos do governo, ou seja, mostra que os militares não são estranhos ao corpo político, que é natural que a resolução da vida política do país seja feita por eles. O pai e fundador foi militar, (Gral. Artigas) e todos os seus colaboradores também (General Rivera, General Lavalleja, General Oribe, General Flores), inclusive aquele que deu unidade nacional, modernidade ao estado e até os pilares do estado moderno também o foi (Coronel Latorre). Assim como os valores, comportamentos e situações que sucedem o que gostaria que acontecessem na presente da edição: a comunhão em torno do exército, a luta conjunta frente ao inimigo, os atos "gloriosos", entre outros elementos. Por isso a justificativa de sua ação nas décadas de 70 e 80 não é outra coisa que mostrar que do mesmo modo que na independência, os militares intervieram na defesa do país, agora eles fazem de novo contra o ataque de "estrangeiros", chamados subversivos.

A historiografia apresentada até o momento não era digna de confiança, isto se comprova na censura de infinidades de livros de textos e autores, conjuntamente à determinação de não eleger um civil para a autoria da Nova História. Parecia que o



interesse estava centrado em fazer justiça ao que se havia escrito sobre os militares e sobre os heróis pátrios escolhidos até o momento. Isto não deve levar-nos a imaginar uma grande inovação proposta, senão que retoma velhos discursos e práticas usadas, proporcionando-lhes "outra cor", e uma conexão direta com o momento da atualidade do livro que se escreve. A inovação pode estar na clara posição dos autores de partir de um presente que devem justificar, projetando um construção coerente que lhe faça fundamento.

Por esses motivos, e por outros expostos a longo do trabalho, negamos ao livro didático o caráter de livro de História. Não porque seja um militar ou vário que o hajam escrito. Não importa se um militar faz história, muitos deles se dedicaram e se dedicam ainda hoje ao ensino. eles não fizeram história senão um discurso sobre o passado do país, uma espécie de "justiça", onde se estabeleciam amigos e inimigos, de maneira arbitrária e intencional, partindo da perspectiva do governo. O que é novidade no livro é que se constitui a primeira obra de "História Oficial" no Uruguai escrita por um governo para elogiar-se. Porém este, carecendo das características do discurso histórico, nem sequer positivista, afirmamos que é um discurso militarizado do acontecer histórico do país.

Com respeito à recepção da mensagem é difícil pronunciar-se, porém podemos, sem embargo, esboçar certas reflexões. O texto do "Proceso Histórico de la Educación en el Uruguay", escrito por Soto e difundido nos Centros de Formação docente de todo o país, utilizava alguns alinhamentos opostos à história da educação no Uruguai, aceitas na época. Para citar tão só um exemplo, quando Soto ataca a laicidade e quase como um insulto para quem sempre repetiu desde a mais remota infância: a "Escola laica, gratuita e obrigatória como a criou Varela". Por isso, acreditamos que devem haver sido recusado por serem alheios e estarem em contrariedade com a tradição teórica do país, ou ainda não de todo interiorizados ou compreendidos. Fala numa linguagem nova, e a novidade resulta muitas vezes incompreendida e dificilmente assimilável pelo choque com os modelos anteriores.

Como destacava Ansart, a propaganda só é eficaz na medida em que propaga mensagens aceitáveis e inteligíveis. Nisso justamente pode se dizer que falhou o discurso militar, como se vê nos resultados eleitorais das internas partidárias realizadas em 1982 e nas eleições de 1984. Em ambos os casos, triunfaram dentro dos partidos políticos aqueles setores opositores ao governo militar.

As constantes manifestações de rechaço ao regime, na medida em que se liberalizou a censura a partir de 1983, são eloquentes. Os pannels<sup>23</sup>, a gigantesca concentração no Obelisco de Montevideo, que reuniu 400 mil cidadãos, convertendo-se até esse momento no maior ato político da história do país, são também provas desse rechaço.

Por sua vez, hoje em dia (2006), o Uruguai é governado pela esquerda. Esta foi promotora da Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado em 1989<sup>24</sup> e, em sua campanha eleitoral de 2004 falava de revisar dita lei. Atualmente, e por primeira vez, desde que inaugurada a democracia, começa-se a investigar seriamente sobre os detidos que desapareceram, encontrando-se nos batalhões militares seus restos mortais. Esses temas são os que mais dão popularidade ao governo, como confirmam as pesquisas de opinião. Por isso, sabendo que as antigas crianças, leitoras dos livros didáticos (10 anos em 85 - atualmente entre 30 e 35) são adultos que votam e opinam no Uruguai de hoje. Bem poderíamos entender que o discurso justificativo militar caiu num saco vazio.

Sobre isso Ansart ressalta que toda sociedade política tem um imaginário coletivo através do qual a comunidade aponta a sua identidade, e conforma assim uma estrutura de sentidos e um intercâmbio de significados. A identidade da comunidade uruguaia estava fortemente arraigada fazia muito tempo (1973), e tinha seus pilares no ideário batllista. Por mais que o contexto econômico (a partir de 1955) haja feito reajustes nesse imaginário e não se possa mais sustentar a idéia de "como Uruguai não há", mantêm-se elementos de nossa idiossincrasia até hoje em dia.

Coincidimos com Ansart que o verdadeiro locutor político é aquele que adapta a mensagem para sua maior persuasão. Por isso, a falta de adaptação ao receptor pode ser interpretada como o grande erro do discurso militar que analisamos. Não articularam suficientemente a mensagem de modo a fazê-la compatível o antes aproximá-la do imaginário batllista existente. Como os primeiros cristãos adaptaram festividades religiosas

---

<sup>23</sup> 1 - Protesto noturno que realizaram os vizinhos de Montevideu a partir de 1983, apagando as luzes das casas e golpeando pannels em repúdio ao regime.

<sup>24</sup> 2 - Lei aprovada durante o primeiro governo democrático, em 1987. Deixava impune as ações de Violação de Direitos Humanos, realizada no período ditatorial pelos militares. Foi levada a plebiscito por iniciativa da Frente Ampla e organizações de defesa dos DDHH e não conseguiu suprimir-se. Para poder compreender esta situação deve se pensar na situação similar que antes havia vivido Argentina, e levou a uma "intentona" de volta dos militares. Talvez esse medo de remover o passado haja levado a que se aceitasse esta impunidade, que tantos conflitos trouxe à convivência social no Uruguai.

dos romanos para atraí-los à sua fé, os militares rejeitaram as festividades do imaginário anterior, apropriando-se de outras que não eram as principais, como a tradição gauchesca. Sendo que a maioria da população está nas cidades, sobretudo na capital, o nativo associado ao gaúcho não poderia ser símbolo nacional, ou pelo menos não compartilhado pela maioria da população uruguaia, que era urbana.

O ideário militar se opunha fortemente a essa tradição uruguaia, era como convencer do ateísmo os crentes numa celebração religiosa. Ou melhor dito, convencer uma sociedade orgulhosamente civilista dos bons valores do militar.

De forma redundante foi que os militares *militarizaram* a vida do país, convertendo-a num grande quartel, estabelecendo como obrigatórios valores e modelos comportamentais que são próprio deles. Isto pode ser observado não só nos discursos dos textos analisados senão que também, por exemplo, ao exigir o uniforme nos institutos de ensino. É uma forma de identificar os alunos por sua roupa, da mesma maneira que o militar se distingue do civil.

De todas as formas, se houvessem desejado poderiam haver interferido mais nas práticas sociais da população, imprimindo uma orientação militarizada. Por exemplo, poderiam haver estendido os acampamentos de Tutela Social ao resto da população, porém não quiseram. Possivelmente seria "gastar pólvora em chimangos" porque não tinha cabimento tal treinamento à crianças urbanas. Assim, se reservaram e concentraram seus interesses na população do interior. De fato, não poderíamos afirmar que foi por causa da propaganda efetuada no período, porém nas eleições pós-ditadura continuaram quase em sua maioria as autoridades municipais do interior, ascendidas durante o processo militar.<sup>25</sup>

Distribuíram, nesse novo imaginário que tentaram criar, de modo diferente os papéis dos atores sociais. Substituíram o "ator principal" (os partidos políticos) pelos militares, e os antigos protagonistas não se mantiveram nem sequer no lugar de *extras*, sendo diretamente eliminados do palco. Isso deve haver gerado, sem dúvidas, um choque para o "espectador" que, buscando suas antigas estrelas, encontra-se com outros personagens, anteriormente desconhecidos no mundo do "espetáculo político" e que, além disso, gabavam-se de seu protagonismo.

---

<sup>25</sup> <sup>25</sup> DEMASI, Carlos. **Entrevista concedida**. Montevideu, Agosto. 2005.

Finalmente devemos reconhecer o mérito de haverem logrado até hoje dia uma forte auto-censura em grande parte da sociedade, e especialmente sobre os professores que optam por não transmitirem a história recente do país às novas gerações.

O Dr. Alberto Pérez Pérez<sup>26</sup>, um acadêmico muito reconhecido no Uruguai, recordava que ele havia cursado o Preparatório no ano de 1954. Distanciava-se 21 anos da ditadura de Gabriel Terra e não por isso os profesores deixavam de abordar a temática. Muito pelo contrário, finalizavam o programa com as últimas eleições do ano de 1950.

Recordemos que no período ditatorial obrigava-se que os professores ensinassem os temas da atualidade (governo militar) porém com o livro de texto elaborado. Quando os mesmos profesores, já na democracia puderam fazê-lo com outro material, preferiram contradizer a ditadura até nisso. O medo continuou, sem que se saiba quais os motivos. Porém, se uma lei (como a criada em 2005) tem que estabelecer que os profesores abordem a ditadura em suas aulas, nos dizem que dita prática não era maioritária.

Gostaríamos finalizar dizendo que com esta pesquisa e com nossa profissão docente, procuramos reverter essa situação junto a nossos colegas, evitando que se perpetuem as censuras de outrora.

---

<sup>26</sup>PEREZ PEREZ, Alberto. **Entrevista concedida a Sonia Brescia, en Primera Voz.** Radio: AM Libre. Montevidéo, 2 de março de 2006.

## ANEXO

### Cronologia da História do Uruguai

#### **Descobrimento e época colonial**

**SXV, SXVI** - Chegada dos espanhóis procurando metais preciosos. O território estava ocupado por indígenas minuanes, charrúas, chanaes, bohanes e yaros, pescadores e recolhedores.

**1611-17** - Introdução do gado pelo governador de Assunção Fernando Arias de Saavedra. "Hernandarias", o primeiro governado crioulo da região. Esse governo esteve compreendido no território do vice-reinado do Peru até 1776, quando se cria o do Rio da Prata, como produto da subdivisão daquele.

**1680** - Fundação da cidade de Colônia do Sacramento pelos portugueses

**1724-30** - Processo de fundação da cidade de Montevidéu, como forte militar espanhol para frear o avanço dos portugueses. As primeiras famílias vinham de Buenos Aires (numa dessas se encontrava o avô de Artigas) e das Ilhas Canárias.

**1776** - Criação do Vice-Reinado do Rio da Prata, separado do de Peru, com capital em Buenos Aires.

**1777** - Tratado de São Ildefonso, pelo que Espanha recebe definitivamente Colônia do Sacramento e a Missões, disputadas com Portugal mais ao norte.

**1778** - Porto de Montevidéu reconhecido como porto habilitado.

**1806-7** - Invasões inglesas no Rio da Prata.

#### **Processo Revolucionário**

**1808** - Invasão napoleônica na Península Ibérica.

Junta de Montevidéu, organização política criada como consequência da vacância do poder real na metrópole, dada a prisão de Fernando VII, à semelhança do movimento juntista espanhol, e resto da América.

**1810** - Movimento juntista em Buenos Aires e início da revolução no Rio da Prata.

**1811** - fevereiro - O "Grito de Asencio". Início do processo revolucionário na campanha oriental com o levantamento dos gaúchos comandados por Pedro Viera e Venâncio Benavides.

Artigas deserta do exército espanhol (com sede em Montevideu) e se apresenta às ordens da Junta bonaerense. A campanha oriental enfrente à Montevideu espanholista.

**1811 - 18 de maio** - A Batalha das Pedras. Primeira vitória de revolução no Rio de Prata, enfrentou o exército dirigido por Artigas contra o espanhol comandado por Posadas. Inicia-se o primeiro sítio a Montevideu, com as tropas bonaerenses de Rondeau e as de Artigas como forças subordinadas.

Montevideu, defendida pelo governador Elío, pede a intervenção de Portugal que envia tropas de ajuda.

**Outubro** - Buenos Aires temendo uma invasão de Portugal assina o armistício com Elío em desacordo com os orientais. isso significava retirar as tropas bonaerenses e portuguesas da Banda Oriental. os orientais, que não queriam voltar a submeterem-se à autoridade espanhola, retiram-se do território, episódio conhecido como "O Êxodo", dirigido por Artigas que havia sido designado "Chefe dos Orientais". Emigram ao Norte à Ayuí.

**1813** - 2º Sítio a Montevideu, pelas forças de Rondeau e Artigas.

**Abril**. "Congresso de Abril" para eleger deputados para a Assembléia Legislativa de Buenos Aires. Redigem-se as "Instruções do Ano XIII" para que levem para propor em dita cidade.

Ruptura dos orientais com Buenos Aires, quando esta rechaça os deputados orientais convocados para a Assembléia Constituinte.

**1814 - janeiro** - Artigas e seu exército se retiram do sítio a Montevideu.

**Maio** - A esquadra bonaerense derrota a espanhola em Buqueo.

**Junho** - Entrega de Montevideu por parte de Elío a Carlo María de Alvear. Ocupação Bonaerense.

**1815 - janeiro** - Batalha de Guayabo. Rivera derrota, terra tenente de Artigas, as tropas bonaerenses e estas entregam Montevideu.

Primeiro governo autônomo em toda a Província Oriental, dirigido por Artigas e um Cabildo Governador.

**Setembro** - "Reglamento provisorio de la Provincia Oriental para el fomento de la campaña y seguridad de sus hacendados", redigido por Artigas, como medida econômica para reorganizar a propriedade da terra.

Estende as idéias federais às Províncias do Litoral e Interior Argentino, que designam

Artigas o "Protector de los Pueblos Libres".

Formação da Liga Federal: Corrientes, Entre Ríos, Missões, Santa Fé, Córdoba e a Província Oriental.

**1816** - Invasão portuguesa à Província Oriental, com o consentimento e cumplicidade de Buenos Aires.

**1816 - 1820** Guerra contra a invasão luso-brasileira.

**1817** - Montevidéu ocupada por Federico Lecor.

Artigas declara guerra a Buenos Aires por sua passividade, e luta em duas frentes. Os caudilhos das províncias argentinas triunfam sobre os bonaerenses, porém terminam pactuando com eles, e lutando contra Artigas.

**1820** - Últimas derrotas militares, Artigas se retira a Paraguai e desaparece da vida política de Região (morre em 1850).

**1821** - Lecor convoca um congresso em Montevidéu que vota a incorporação da província a Portugal com o nome de Cisplatina.

**1822** - Independência do Brasil.

**1823** - Resistência à anexação de parte de "Los Caballeros Orientales". Revolução que fracassa e emigram a Buenos Aires.

**1824** - As tropas portuguesas entregam Montevidéu aos brasileiros, que continua comandada por Lecor.

**1825** - Parte de Buenos Aires a expedição dos Trinta e Três Orientais (Grupo pertencente aos Caballeros Orientales), comandados por Juan Antonio de Lavalleja, para liberar o território da ocupação brasileira.

**19 de Abril** - Desembarque dos Trinta e Três Orientais na praia de Agraciada.

Junho - Formação de um Governo Provisório na Florida.

**25 de Agosto** - Leis da Florida. Proclama-se a Independência da Província e sua União às demais Províncias Unidas do Rio da Prata.

**Setembro** - Vitória oriental na batalha de Rincón.

**Outubro** - Vitória oriental na batalha de Sarandí.

Congresso argentino aceita a incorporação da Província Oriental.

**Dezembro** - Declaração de guerra do Brasil às Províncias Unidas do Rio da Prata.

**1827** - Triunfo em Ituzaingó das forças provinciais, início dos tratados de Paz. Mediação de

Grã-Bretanha.

**1828 - agosto-outubro** - Convenção Preliminar de Paz. Surge o Estado Oriental do Uruguai,

**1830 - 18 de Julho** - Juramento da Primeira Constituição.

*Estado independente*

**1830** - Primeira Presidência, Gral. Fructuoso Rivera (caudilho, identificado posteriormente com o lado colorado).

**1832** - Extermínio dos charrúas.

**1834** - Fim da presidência de Rivera, assume o Comando Geral da Campanha.

**1835** - Presidência de Manuel Oribe (caudilho, identificado posteriormente com o lado branco).

**1836 - janeiro** - Supressão do Comando Geral da Campanha.

**Julho** - Levantamento de Rivera.

**Setembro** - Batalha de Carpintaria, nascimento das divisas partidárias: branca Oribe e colorada Rivera.

**Novembro** - Rivera assume o poder.

### **1838 - 1851 - Guerra Grande**

É denominada de Guerra Grande pela implicância internacional que teve o enfrentamento dos exércitos de duas divisas uruguaias (brancos com Oribe e colorados com Rivera) aliados com potências estrangeira: Rivera com os franceses, ingleses, brasileiro e unitários; Oribe com os federais de Rosas. Ambos os caudilhos se diziam presidentes do Uruguai, o que nos indica a ainda inexistência de limites ideológicos definidos no Prata.

**1939** - Rivera declara a guerra contra Rosas (aliado de Oribe), inicia-se a Guerra Grande.

**1840-42** - Batalhas no território argentino: Rivera apoiado por França e Inglaterra e os unitários argentinos, contra Rosas e Oribe.

**1843** - Luta em território uruguaio. Sítio a Montevideú: Governo colorado em Montevideú, chamado de "Defensa", Joaquín Suárez, encarregado do Poder Executivo no mesmo. Governo de "Cerrito", brancos, sitiando Montevideú.

**1849** - Retirada de Inglaterra.



**1850** - Retirada de França.

**1851** - Maio - Triple Aliança contra Rosas.

**8 de outubro** - Paz de Outubro: "no habrá vencidos ni vencedores".

**12 de outubro** - Cinco Tratados com o Brasil assinados por Lamas, enviado do governo da Defesa, colorado. Os tratados: extradição de escravos escapados ao território uruguaio, livre navegação e comércio, prestação de socorro, aliança e limites. Estabelecia como limite o rio Cuareim, o que significava total renúncia aos territórios das Missões Orientais quais, conforme o Tratado de San Idelfonso, pertenciam à coroa espanhola. Este tratado foi motivo de disputa entre os dois partidos tradicionais, já que os brancos consideravam um roubo e um atentado a nacionalidade, enquanto que os colorados alegavam que já fazia muitos anos que esses territórios estavam em poder do Brasil, e eram irrecuperáveis. O país fica materialmente destruído.

### **Política de fusão 1852-1860**

Período pelo qual se proibem as divisões partidárias já que durante a Guerra Grande a existência do Uruguai como país independente esteve ameaçada, e punha-se mais em perigo pela disputa interna. O desejo das classes altas, o fortalecimento do sentimento nacional, a má situação econômica que era ineludível superar, e a disposição ao entendimento dos homens dirigentes, foram fatores que se conjugaram para frear a desordem e tender ao estabelecimento da paz interna logo após a Guerra Grande, que se configurou na 'política de fusão'.

**1852** - Juan Francisco Giró assume a presidência.

**1853** - Queda de Giró. Triunvirato que não chegou a se formar pela morte de Lavalleja e Rivera.

**1854** - Intervenção militar brasileira.

**1854-55** - Governo de Venâncio Flores.

**1856** - Presidência de Pereira.

**1857** - Morte de Oribe.

**1858** - "Hecatombe de Quinteros". Vários generais colorados foram fuzilados na Passagem de Quinteros, e constituiu-se parte da lista de mártires do Partido Colorado.

Período de recuperação dos ganadeiros.

Fracasso da política de fusão.

### **Renascimento dos partidos**

**1860** - Bernardo Berro assume a Presidência, identificado com o Partido Branco.

**1863** - Invasão de Venâncio Flores (caudilho colorado) com ajuda do Brasil e Argentina.

**1865** - janeiro - Sítio e queda de Paisandu, por parte das tropas coloradas e brasileiras. Que é tomada pelo Partido Branco como um feito heróico, parte de sua lista de mártires, onde Leandro Gómez (cabeça da defesa) se converteu num herói de dito partido.

**Fevereiro** - Venâncio Flores ocupa o Poder como "Governador Provisório".

**1865-70** - Guerra do Paraguai - Triple Aliança contra o Paraguai.

**1868** - Assassinato de Berro e Flores no mesmo dia.

Período de expansão da criação de gado ovino, que foi chamada de "revolución lanar", pela introdução de raças finas e sua mestiçagem.

### **Os anos das crises**

**1868** - Lorenzo Batlle assume a Presidência da República (partido colorado).

**Mai.** Rebelião de Máximo Carballo.

**1870** - Revolução das Lanças (Timoteo Aparício)

**1871** - Fundação da Associação Rural do Uruguai, ARU, como sindicato dos fazendeiros para fazer pressão no governo para que assegure a paz e ordem no campo.

**1872** - Interinato presidencial de Tomás Gomensoro.

Assinatura da Paz de Abril: 4 Chefaturas Brancas

Criação do partido Radical (principistas).

Criação do partido Nacional (principistas brancos).

Criação do partido Libertad (principistas colorados).

**1873** - José Ellauri assume a presidência.

**1873-75** - Crise econômica, bancária, monetária e financeira.

**1875** - Queda de Ellauri. Pedro Varela assume a presidência com o respaldo do exército.

**Outubro-dezembro** - Revolução Tricolor.

**1876** - Coronel Lorenzo Latorre assume a direção política do país.

## **Militarismo: 1876-1886**

Este período foi denominado de Militarismo pela presença de militares no Poder executivo. Por outro lado, é questionável, já que Latorre não governou especificamente com a classe militar, tampouco o desenvolveu em benefício desta. Ademais, nas palavras de Real de Azúa: “faltó a lo largo de todo el período el ingrediente típico de un sistema militarista que importa la imposición a toda la sociedad de los valores militares y la movilización consiguiente de ella hacia fines de agresión”.

**1876 - março** - Lorenzo Latorre assume o Poder como "Governador Provisório".

Melhoramento do armamento do exército: Fuzil Remington.

**Setembro:** “La Legislación escolar” de José Pedro Varela.

**1877** - Decreto Lei de Educação Comum.

**1878** - Criação dos Códigos de Procedimento Civil e de Instrução Criminal.

**1879** - Reforma do Código Rural, criação do registro de Estado Civil, continuando o processo de secularização do Estado.

Eleição de Latorre como Presidente Constitucional.

**1880** - Renúncia de Latorre.

**1880** - Francisco Vidal assume a presidência.

**1882** - General Máximo Santos assume a presidência.

**1884-85** Criação do Código Militar, Código de Mineração, Lei de Matrimônio Civil obrigatório.

**1886** - Francisco Antônio Vidal assume a presidência da República.

Revolução de Quebracho.

Máximo Santos assume a presidência da República.

**Agosto** - Atentado contra Santos.

Renúncia de Santos, Máximo Tajes assume a presidência da República (ex-ministro de Guerra de Santos).

O campo é modernizado por meio do cercamento dos mesmos. Centraliza-se o poder estatal por meio do telégrafo que permitia que chegassem as ordens a todo o território do país, do fuzil Remington que era monopólio do governo, e do ferro carril, que permitia mobilizar tropas em caso de um levantamento armado.

### **Civilismo: 1886-1903**

A volta dos "doutores", civis á cena política.

**1886** - Máximo Tajes assume a presidência da República.

**1890** - Julio Herrera y Obes assume a presidência da República.

Criação do Banco Hipotecário do Uruguai.

**1894** - Levantamento de Aparicio Saravia.

**1897** - Assassinato de Juan Idiarte Borda.

Juan Lindolfo Cuestas assume a presidência da República, sendo presidente do Senado.

Pacto de la Cruz con Saravia.

**1899** - Juan Lindolfo Cuestas assume a presidência.

### **Primeiro Batllismo: 1903 - 1929**

Os trinta primeiros anos do século XX serão denominados como "Primeiro Batllismo". Isso se deve a influência do modelo de país implantado por José Battle y Ordóñez (quem foi presidente em duas oportunidades: 1903-1907 e 1911 e 1915) e não por ser o primeiro Battle no Governo, já que seu pai Lorenzo Batlle havia sido no período 1868-72. O modelo batllista, em seu aspecto econômico, consistia num amplo programa de estatizações, nacionalizações e industrializações que ampliava consideravelmente o trabalho do Estado no país. O papel do Estado como "amortiguador" das tensões sociais, e para evitar os conflitos e lutas de classes, foi realizado na criação de leis que beneficiavam os setores mais vulneráveis da população: os trabalhadores, as mulheres, os idosos.

**1903** - José Battle y Ordóñez assume a presidência.

**16 de março** - Levantamento de Aparicio Saravia. Termina com o Pacto Nico Pérez.

**1904** - Levantamento nacionalista, encabeçado por Saravia.

**10 de setembro** - morte de Saravia na batalha de Masoller.

Criação da Caixa de Aposentadorias Civis, para os empregados e trabalhadores de serviços públicos.

**1906** - Projeto de Lei de jornada de trabalho de 8 horas, por Battle.

**1907** - Claudio Williman (colorado batllista) assume a presidência.

Battle y Ordóñez se mantém afastado da vida política devido a sua viagem pela Europa (1907-1911).

**1911** - Battle y Ordóñez assume a presidência da República pela segunda vez.

Estatização do Banco República.

**1912** - Monopólio dos Seguros com a criação do Banco de Seguros do Estado.

Estatização do Banco Hipotecário.

Plano educativo: criação dos Liceus departamentais, seção feminina do ensino secundário e preparatório, e Liceus noturnos.

Criação das Usinas do Estado.

**1913** - "Apuntes" de Battle para a modificação da Constituição: secularização do Estado, Poder Executivo colegiado de 9 membros (Conselho Nacional de Administração) integrado pelo partido ganhador (Partido Colorado). Contrário à co-participação. Dividem-se as águas entre colegialistas (batllistas, socialistas) e anticolegialistas (colorados conservadores e o Partido Nacional). É nesse contexto que se aprova a lei de divórcio pela vontade só da mulher; que se elabora o projeto de lei sobre prevenção de acidentes de trabalho, pensão de velhice, indenização por despesa.

**1915** - Feliciano Viera (colorado batllista) assume a presidência de República.

**1916 - 30 de julho** - Eleição da Assembléia Constituinte para redigir a nova Constituição. Triunfam os "anticolegialistas".

O presidente Viera faz "el ato de Viera", um freio às reformas sociais do batllismo que tanto preocupavam as classes conservadoras, não continuando os projetos que se encontravam no Parlamento.

**1917** - Aprovação da reforma constitucional. Poder Executivo bicéfalo: Colegiado e presidente (transação entre colegialistas e anticolegialistas), Secularização do Estado, voto universal e secreto.

**1919** - Baltasar Brum assume a presidência da República (colorado batllista).

Indenização por acidentes de trabalho (1919), descanso semanal obrigatório (1920).

**1921** - Cisão do Partido Socialista, surgimento do Partido Comunista.

**1923** - José Serrato, presidente da República (colorado, apoiado por amplos setores).

Salário mínimo para o peão rural.

**1925** - Primeiro triunfo do Partido Nacional: Luis Herrera, líder do partido, assume a

presidência do Conselho Nacional de Administração.

**1927** - Juan Campisteguy assume a presidência da República (colorado, candidato de transação dentro do coloradismo).

**1928** - Fundação do Frigorífico Nacional.

**1929** - Falecimento de José Battle y Ordóñez.

### **O período de Terra e a restauração democrática**

**1930** - Repercussões da Grande Crise no Uruguai: queda das exportações, dos preços dos produtos exportáveis, inflação, desemprego, crise social.

Gabriela Terra (colorado batllista) assume a presidência de República.

Criação de ANCAP (Administração Nacional de Combustível Álcool e Portland) monopólio da refinaria de petróleo.

**1933** - Golpe de Estado de Terra, apoio das classe conservadoras e do setor herrerista do Partido Nacional. Substituir o "lento colegiado" por um eficaz Poder Executivo unipessoal.

**1934** - Vai a plebiscito a nova Constituição (fim do Colegiado), e se elegem as câmaras (42% de abstenção).

Presidente: Gabriel Terra. Acordo entre os terristas (colorados) e os herreristas (brancos) para distribuir os postos do Senado e dos Entes Autônomos.

**1938** - Alfredo Baldomir assume a presidência da República.

As mulheres votam pela primeira vez.

**1939** - Início da Segunda Guerra Mundial.

**Dezembre**- Batalha de Punta del Este, que enfrentam o encouraçado alemão Graf Spee e os cruzeiro inglês nas costas uruguaias. Derrota da Alemanha e afundamento do Graf Spee.

**1942 - fevereiro** - "Golpe Bueno", o golpe de Estado do presidente Baldomir para reformar a Constituição terrista e com ela a estrutura jurídica que consagrava o predomínio dos setores golpistas (acordos entre terristas e herreristas) retornando o país ao caminho da Democracia.

**novembro** - Eleições nacionais e plebiscito constitucional.

**1943** - Juan José de Amézaga (colorado neutro), e presidente da República.

**1945 - fevereiro** - Declaração de guerra à Alemanha e Japão.

### **Neobattlismo: 1947-1958**

O período denominado de "neobatllista" é o predomínio das idéias battlistas (colegiado, estatizações, reformas sociais) numa nova versão, a do sobrinho do "velho" Battle y Ordóñez, Luis Battle y Berres. Num novo contexto histórico de pós-guerra e auge econômico, enfatizou-se o impulso industrializador, os avanços do Estado na prestação de serviços públicos, a ampliação da legislação de trabalho e social, e o compromisso com a democracia política.

**1947** - Tomás Berreta assume a presidência (partido colorado). O vice é Luis Batlle Berres, sobrinho de Battle y Ordóñez e seguidor de sua linha política, lista "15".

**agosto** - Morre Berreta e assume Batlle Berres.

**1948** - Aquisição de estradas de ferro em mãos de empresas inglesas. Cria-se a AFE (Associação dos Ferro carris do Estado) em 1952.

**1951** - Andrés Martínez Trueba é presidente da República.

**Dezembro** - Plebiscito constitucional, aprova-se a reforma que estabelece o executivo colegiado, projeto batllista.

Enviaram-se membros das Forças Armadas para que recebam cursos de capacitação nos EEUU e Panamá.

**1952** - O Conselho Nacional do Governo assume funções.

**1953** - Fim da Guerra da Coréia. Repercute num retrocesso de nossas exportações e na crise econômica de 1955.

**1955** - Assume o segundo Conselho Nacional de Governo (maioria quincista).

Crise econômica pós-guerra da Coréia.

**1958** - Triunfo do Partido Nacional por primeira vez em 93 anos. Derrota do batllismo e rotação dos partidos no Poder. Ganha a fórmula herrero-ruralista: Luis Alberto de Herrera e Benito Nardote em sua Liga Federal de Ação Ruralista (setores conservadores).

Os outros setores do Partido Nacional mais progressistas se agrupam na UBD. União Branca Democrática.

Grandes mobilizações estudantis para reclamar a Lei Orgânica da Universidade que lhe concedia o co-governo. Aprovada no final do ano.

### **Época do Governo Colegiado Blanco: 1959 - 1967**

**1959** - Assume funções o primeiro colegiado blanco.

Falece Luis Alberto de Herrera.

Visita de Fidel Castro ao Uruguai logo após a revolução triunfante, a qual havia gerado amplas simpatias nos setores trabalhistas, intelectuais e estudantis.

**1960** - Primeira Carta de Intenção com o Fundo Monetário Internacional.

**1961** - Reúne-se em Punta del Este o Conselho Interamericano Econômico e Social que estabeleceu a "Aliança para o Progresso". "Che" Guevara no Uruguai.

**1962** - Eleições nacionais, triunfam os brancos.

Os comunistas unidos a blancos e colorados que saem dos partidos tradicionais, apresentam-se sob o partido FIDEL (frente izquierda de liberación).

**1963**- Primeira aparição pública do Movimento de Liberação Nacional "Tupamaros" (MNL-T) guerrilha urbana, inspirada na revolução cubana que pretendia levar adiante a revolução social no Uruguai. Raúl Sendic é seu principal fundador.

A comissão de Investimentos e Desenvolvimento Econômico (CIDE) apresentou seu relatório, expondo as causas do estancamento econômico e soluções para superá-lo.

**1964** - Morrem os grandes líderes políticos: Benito Nardote, Javier Barrios Amorin, Daniel Fernández Crespo (blancos), Luis Batlle Berres (colorado).

Unificação do Movimento sindical numa Central Única, CNT (Convenção Nacional de Trabalhadores do Uruguai).

Começo da crise bancária.

Uruguai rompe relações com CUBA cedendo às pressões norte-americanas.

**1966** - Eleições e retorno do partido colorado ao governo. Aprovação da reforma constitucional que substitui o colegiado. Voto obrigatório.

### **Os anos duros: 1967 - 1973**

**1967 - março** - Oscar Gestido (militar retirado) assume a presidência da Republica (colorado), o vice é Jorge Pacheco Areco.

**Outubro** - Medidas Urgentes de Segurança.

**Dezembro** - Falece Gestido, assume Pacheco Areco.

**1968** - Congelamento de preços e salários.



Agitação estudantil, morte do primeiro mártir Líber Arce (agosto).

**1969** - Clausura de diários opositores.

**1970** - Intervenção no Ensino Secundário e UTU.

**Abril - junho** - ofensiva tupamara: seqüestro e morte do assessor da CIA Dan Mitrione, do cônsul brasileiro Dias Gomide (liberado) e do técnico norte-americano Claude Fly (liberado).

**Agosto** - Captura de tupamaros, Sendic inclusive.

**1971** - Forma-se um novo partido político: A Frente Ampla, integrado por todas as agrupações de esquerda e setor divididos dos partidos tradicionais.

Setembro - Fuga dos Tupamaros da Penitenciária de Punta Carretas.

O Poder Executivo encomenda às Forças Armadas a luta anti-subversiva.

Eleições Nacionais: triunfa o partido colorado na fórmula oficialista de Juan María Bordaberry.

**1972** - Bordaberry assume a presidência.

**Abril - maio** - Ofensiva total contra os Tupamaros. Mortes violentas de civis, militares, tupamaros e comunistas.

Suspensão das garantias individuais e declaração de "Estado de Guerra Interna".

"Lei de Segurança do Estado", os civis submetidos à jurisdição militar.

**1973 - 9 e 10 de fevereiro** - Comunicados "pragmáticos" N° 4 e 7 das Forças Armadas.

**12 de fevereiro** - Resistência da Marinha.

Acordo de Boiso y Lanza entre o Presidente Bordaberry e a cúpula militar.

**23 de fevereiro** - Criação do COSENA, Conselho de Segurança Nacional.

**21 de junho** - negativa do desaforo do senador frentista Erro, por suposto vínculo com a subversão, pela Câmara dos deputados.

**27 de junho** - Dissolução das Câmaras pelo Poder Executivo.

### **Ditadura Militar: 1973 - 1985**

**1973** - Com a dissolução das câmaras, a CNT decretou greve geral.

**Outubro** - Intervenção na Universidade da República.

**Novembro** - Decreto de dissolução de vários partidos políticos (Comunista, socialista) e organizações gremiais (FEUU, Federação de Estudantes Universitários do Uruguai).

**Dezembro** - Criação de um Conselho de Estado, designado pelo Poder Executivo como substituto do Legislativo.

**1974** - Alejandro Vegh Villegas ocupa o ministério da Economia e Finanças.

**1975** - "Ano da Orientalidade", repatriamento dos restos do General Latorre.

**1976 - Maio** - Assassinato de Zelmar Michelini (Senador del FA) e Gutierrez Ruiz (presidente de la Câmara de Deputados, Partido Nacional) em Buenos Aires.

**Junho** - Destituição de Juan Maria Bordaberry, e assunção de Alberto Demicheli.

Setembro - Aparicio Méndez assume o Poder Executivo por designação do Conselho da Nação.

Ato Institucional Nº 4 proscricção 15 mil cidadãos da vida pública.

**1977 - Junho** - Ato Institucional Nº 7: disponibilidade dos funcionários públicos e classificação de cidadãos em categorias, conforme sua "é democrática".

**Julho** - Ato Institucional Nº 8, desapareição do Poder Judiciário.

**1978 - Fevereiro** - Gregorio Álvarez assume o Comando Geral do Exército, até janeiro de 1979.

**Junho** - Inauguração da primeira turbina da Represa de Salto Grande.

**1980** - Projeto de uma nova constituição que continue o regime.

**Novembro** - Plebiscito constitucional, triunfa o NÃO.

**1981 - Julho** - Contatos do governo com os partidos Branco e Colorado.

Primeiras desproscrições de políticos.

**Setembro** - Gregório Álvarez assume o Poder Ejecutivo depois de uma grande disputa interna.

**Novembro** - Restauração do Poder Judiciário.

**1982** - Projeto de Lei orgânica dos partidos políticos.

**Novembro** - Anúncio da retirada do Banco Central do mercado de câmbios: ruptura da "tablita" (o dólar passou de \$13 a \$39).

Eleições Internas nos partidos políticos habilitados: Blanco, Colorado Unión Cívica, triunfando os setores opositores ao regime.

**1983 - 1º de maio** - Primeira celebração do dia dos trabalhadores depois de 10 anos.

maio - junho - Conversações entre militares e dirigentes políticos no Parque Hotel.

**25 de agosto** - Primeiro "caceroleo" em protesto contra o regime.

**Novembro** - Desproscrição de amplos setores dirigentes políticos, com a exceção de Wilson Ferreira Alduante (Blanco) a cúpula da Frente Amplia.

Ato multitudinário no Obelisco, chamado "Obeliscozo".

**1984 - Julho - agosto** - Diálogos entre políticos e militares. "Pacto do Clube Naval".

Proclamação da fórmula eleitoral colorada Sanguinetti - Tarigo.

Cessaçãõ da intervenção na Universidade da República.

Fórmula Blanca: Zumarán - Aguirre.

**Novembro** - Eleições Nacionais: triunfo do Partido Colorado. Julio María Sanguinetti, primeiro presidente da abertura democrática.

## PROCESO DE LA EDUCACIÓN EN EL URUGUAY

Coronel Julio Soto

### Parte I: Abril 1978

Solamente por medio de la educación el hombre puede alcanzar la verdadera libertad: para realizarse plenamente y defenderse de los alucinantes paraísos terrenales que prometen los sistemas totalitarios como el comunismo.

Definición ideológica: La aventura hispánica de la Conquista del Nuevo Mundo comenzada en las postrimerías del SXV tuvo un signo característico que la dignifica por sobre todos los errores, insucesos y calamidades que pueda apuntársele; y este signo, impreso en los estandartes de los guerreros de estas tierras, tiene un nombre: CIVILIZACIÓN OCCIDENTAL, conjunción de la trilogía más perfecta que ha operado la humanidad al conjugar el sentido estético del clasicismo griego y la forma jurídica romana, con la moral cristiana llegada al mundo hace dos mil años.

Los que hemos nacido en esta tierra uruguaya, como pues herederos de este bien, raíz profunda de nuestra conciencia colectiva para un destino común, trazado en la historia con valores generacionales que han ido forjando el sentir de nuestra nacionalidad. La civilización occidental está pues enraizada en lo más hondo de nuestra conducta frente a la vida. Queramos o no, somos genuinamente de ella, y toda corriente del pensamiento que encierre conceptos discordantes, conduce a subvertir los valores esenciales de nuestra más pura tradición histórica. Debemos entonces estar alerta ante la infiltración foránea, y echar mano sin dilaciones, del arma más firme que para ellos disponemos: LA EDUCACIÓN DE NUESTRO PUEBLO. Debiendo entenderse que educar significa proporcionar orientación formativa integral, esto es, fortalecer el espíritu de la persona humana, enriquecer su mente y robustecer su cuerpo. Esto es desarrollar cultura, cultura occidental, desde luego, que es la única que aceptamos en nuestra condición de uruguayos, y por lo tanto, entendemos al hombre como un ser libre dotado de inteligencia y espiritualidad, esto es, con libertad de ejercicio de su razón aplicada al bien común para alcanzar su destino trascendente en el juego de los valores que encierra el Orden Natural. Concebir la libertad del hombre, es pues aceptar que dispone a su arbitrio de opciones para contribuir con su inteligencia al bien común. Comprendemos que la civilización occidental, extendida sobre sociedades

formando naciones, imprime a sus estados una conducta tal, que permite al ser humano prioridad absoluta sobre el propio Estado que integra, porque mientras éste se agota en el tiempo y en la historia, el hombre trasciende ya que vive en la historia pero no se agota en ella.

Entendemos pues, que el hombre es superior al Estado dado que la naturaleza de éste es sólo un orden jurídico político de valor temporal, al servicio de la persona humana para que alcance la plenitud de todos los valores que trascienden del Orden Natural en aras del bien común, que no es más que el producto de relación. Y orden dignificante del ser en cuanto lo proyecta positivamente al bien de los demás.

Estas son las bases en que reposa nuestro pensamiento nacionalista, en cuanto nos sentimos hijos de esta tierra uruguaya.

Nuestra concepción doctrinaria es pues de un nacionalismo, en contradicción a los totalitarismos que se olvida así de su trascendencia espiritual, y por tanto, que es un ser libre para realizarse plenamente. Se olvida también que el Estado no es más que un medio para asegurar el bien común de la sociedad y en consecuencia, desconoce el Orden Natural, o al menos suele darle poco valor.

Las concepciones subversivas. Pero si el nacionalismo totalitario no nos sirve mucho menos nos servirá el individualismo liberal, filosofía nacida en medios occidentales reaccionarios del pensamiento que sostiene la Moral de esencia cristiana, y aunque también sostiene que el Estado debe estar al servicio del hombre, parte de una premisa completamente distinta, pues su concepción del individuo es que él es el eje y el fin del Universo, esto es, un ser sin espiritualidad trascendente. De donde resulta, que aún cuando acepte que la conducta humana pueda ajustarse a las costumbres de tradición cristiana, lleva a que el fin del Estado no es el bien común de todos, pues lo concibe con la suma de bienes individuales que cada cual procura obtener para sí, sin importarle mucho la suerte de sus semejantes.

Pero ocurre también que el liberalismo, en el orden económico, se traduce en el capitalismo, peculiaridad de los Estados poderosos.

Ambas corrientes del pensamiento individualista se encuentran dentro de una filosofía esencialmente materialista; vergonzantes del verdadero destino trascendente del Hombre, convierten al Estado en el instrumento encargado de tutelar el Derecho, y

encadenando la libertad del hombre al sistema, ocurre que irremediablemente, se entra en un juego de egoístas y ambiciosas pasiones, y la sociedad se parte en clases, y están los poderosos, y están los oprimidos, y están también esos grandes intermedios que se balancean de un extremo al otro según los vaivenes socio-económicos políticos. Lo curioso es que estos últimos que sueles ser los más en los Estados con equilibrio social, y que fundan la libertad del individuo solamente en el Derecho, dócilmente se dejan arrastras por la psicosis de masas, manejada al arbitrio de los grupos más fuertes o menos escrupulosos, y se van desdibujando personalidades y jerarquías, y lo que es peor aún, atrapados en el sistema, pierden la libertad aunque no alcancen a darse cuenta de ello, o no quieren darse cuenta.

Este panorama es propio de los Estados democráticos liberales, porque los esquemas que presenta la democracia, al no tener en sí misma la fuerza de una doctrina, encuentra en el liberalismo una idiosincrasia que les es muy cómoda al sistema.

Con el aliento del socialismo utópico nacido a mediados del SXIX y en reacción a la opresión económica de las clases poderosas que los errores de las corrientes políticas del individualismo provocaron, entra en danza el marxismo con su perversa dialéctica materialista. Inspiración doctrinaria que sirve de base al comunismo, va mucho más allá que las otras corrientes materialistas, que proclamando la igualdad de clases, toma al individuo como una simple pieza de una mecánica de producción de bienes económicos dentro de un gran complejo colectivista. Anula así la conciencia de ser libre y pleno para realizarse, determinado que su destino en la vida es el de trabajar por su subsistencia y por la de su especie. Sin principios éticos ni morales, sólo ofrece libertad al intelecto para su mejor aplicación en mejorar relaciones de producción y confort. Es pues, el totalitarismo llevado a sus últimos extremos, empeñado en desnacionalizar a todos los pueblos.

Pero para llegar a esto, el marxismo sabe que previamente tendrá que destrozarse la civilización occidental, única fuerza en cuya espiritualidad reposa el poder suficiente para salvar a la humanidad.

Y en esto están: conocen el poder de esta fuerza y han montado una máquina infernalmente eficiente para destruirla. Con la alianza de un complot maquiavélico a alto nivel estratégico, de que participan ciertos grupos de presión que forman verdaderas logias secretas internacionales de vasto poder económico financiero, salieron a conquista de las

masas perturbando las economías de todos los países en que han podido hacer pie, y estamos viendo que en esto llevan éxito; el panorama que nos muestra el mundo de hoy lo certifica. Su mejor arma operativa es la infiltración ideológica, deformando mentalidades y desnaturalizando sentimiento nacionales con técnicas astutas y sutiles llevadas a un grado de eficiencia que asombra, embelesan a los insectos, dejan aún más indiferentes a los descreídos y regocijan a esos montones de resentidos, frustrados o incapaces que desgraciadamente forman legiones en las democracias liberales, pues son precisamente el producto que éstas dan.

**Parte II: Mayo 1978**

### **PROCESO DE LA EDUCACIÓN EN EL URUGUAY.**

Es nuestra patria y en nuestros tiempos no merece el honroso hombre de estadista, el hombre que en todos sus planos de administración no incluye el de dar al pueblo la mejor educación posible”- Horace Mann.

#### **CLAROS OSCUROS DEL PROCESO**

Con esta apretada síntesis de conceptos hemos presentado nuestra posición ideológica. Entendemos que es de importancia por cuanto clarificará el análisis que a continuación hacemos del proceso que se ha ido operando, desde su nacimiento, en la educación de nuestro Uruguay, que al fin y al cabo, es la fuente de riquezas más grandes que puede lograr un pueblo cuando se le orienta en los verdaderos valores que encierra la Nación. Trataremos de mostrar los claro-oscuros de este proceso, los afanes y desvelos vividos en distintas etapas de la vida del País al impulso de preclaros orientales, como también los errores padecidos y no corregidos en tiempo., que fueron, a partir de 1950, sistemáticamente agravándose hasta caer en las redes del marxismo. En el quinquenio 1968-1973 se inscribió sin lugar a dudas, la historia más negra de la Educación Nacional, y la mayor parte de las generaciones de ese años difícilmente podrán borrar las huellas de este estigma, que no solamente deformó sentimiento, sino que también sumergió en la ignorancia del conocimiento para ser seres útiles en nuestra sociedad, pues éstos fueron los fines y propósitos de la subversión marxista encarnada desde la Universidad hasta la escuelita rural más modesta.

En verdad estamos saliendo de la crisis, con paciencia, trabajo y dignidad. Las Fuerzas Armadas ayudan a ello. Se ha logrado un orden de fachada, esto es una vuelta a la calma para que funcionen los centros docentes. Es claro que con esto no alcanza, y por ello se están elaborando planes que conduzcan a una reestructura total del sistema educativo. El camino a recorrer será largo y costoso porque la destrucción tocó muy hondo. Por ello entendemos que todos los buenos orientales deben conocer el real trasfondo de lo sucedido en el campo de la educación y comprender que para que ella acompañe al proceso revolucionario nacional, no alcanza con ir a un cambio de su fisonomía estructural, sino que ésta debe llegar al sentir del educador.

Aunque menciones en lo que sigue a la Universidad, nuestro estudio estará dirigido en especial a los niveles primario y secundario, esto es, lo que se entiende por Educación General.

#### EL CRISTIANISMO Y LA EDUCACIÓN

La historia reseña que junto a los conquistadores de estas tierras iberoamericanas llegaron monjes y clérigos de profesión católica lo que explica que durante los siglos del coloniaje y los primeros años de independencia de los países que se formarían en el continente, la instrucción pública estuvo en manos casi exclusivamente de religiosos.

Desde luego que nuestro Uruguay no fue una excepción. Por largos años, especialmente los jesuitas y los franciscanos tomaron para sí esta tarea, resultando de ello que adquirieron preponderancia en los acontecimientos en esta Banda Oriental. Los jesuitas, congregación de estirpe tradicionalmente talentos y profunda en el mundo de la cultura occidental, ya había logrado por 1830 gran trascendencia sobre los ambientes culturales montevideanos de mayor predominio en el medio, no obstante lo cual, por esos años comenzó a aparecer una corriente adversa que fue llegando desde la otra orilla del Río de la Plata, la que, aunque el pensamiento católico, traía consigo la masonería, muy de moda por ese entonces, en los medios de influencia porteños que complacientemente aceptaban a elegantes agentes de logias masónicas del Imperio Británico.

Esta especie rara de “catolicismo masón” -de alguna forma hay que llamarlo- buscó desplazar a los jesuitas de su sitio de privilegio en el área educacional, y la historia nos dice que efectivamente lo lograron, ellos y el ateísmo que sucedió a esta postura, contagio del enciclopedismo francés muy emparentado con las corrientes del pensamiento liberal.



Al respecto, es interesante anotar que en la década que se inició en 1845, hubo en Montevideo un verdadero enfrentamiento entre masones y jesuitas, de tal importancia, que llevó a figuras del gobierno nacional a tomar partido por un bando o por otro. Esta lucha aparejó la victoria de la masonería en el predominio de la Universidad, el día en que el Ministro don Manuel Herrera y Obes abriera sus puertas, en 1849, durante el gobierno de Joaquín Suárez. Y de esa forma, los jesuitas, que por largo tiempo habían tenido el mérito de impartir la mejor ilustración superior que podía darse a los jóvenes orientales, por ese entonces, cayeron en el ostracismo desde el momento en que el estado oficializó la educación superior. Nuestra Universidad nació pues, impregnada de liberalismo alimentado en el secreto de las logias masónicas y convirtiendo al ateísmo en un verdadero culto, que con paso de los años quedaría enmascarado en lo se llamó laicidad.

#### LA EDUCACIÓN SUPERIOR E INFERIOR

El proceso que culminó con la creación de la Universidad deja traducir que existiera más apremio para que el Estado tomara la hegemonía de la educación a nivel superior, que para los niveles educativos inferiores. Esto no quita, desde luego, que ya existiera idea generalizada de que la Educación Nacional debía ser impartida o al menos controlada por el Estado. Certifica esto el hecho de que dos años antes de fundarse la Universidad, o sea, en 1847, se creara el Instituto de Instrucción Pública bajo la tutela del preclaro Ministro Manuel Herrera y Obes. Pero de cualquier forma, el nivel primario quedó en manos casi exclusiva de religiosos, que fuéronse extendiendo por las capitales departamentales del País, y más tarde, lentamente comenzaron a aparecer las primeras escuelas laicas, que daban enseñanza gratuita pues eran solventes en rentas locales, de aquí que se generalizara el nombre popular de “escuela de la junta”. Este impulso fue el prolegómeno de la Educación Primaria obligatoria, laica y gratuita, que se formará años más tarde para orgullo del país.

El nivel medio de la educación estuvo más retrasada, pues aunque es posible que en recintos religiosos se dictaran clases a este nivel, no tenemos referencia de ello. Recién por el año 1860 aparecen en Montevideo las aulas privadas de don Pedro Ricaldoni y don Carlos de la Vega, un colegio de Padres Escolapios y un Liceo llamado Montevideo, aparte de ciertos cursos de latín y matemáticas que recién por ese entonces comenzaron a dictarse en la Universidad, como primera participación del Estado en ello. En el resto del país, nada,

salvo unas modestas clases que los Padres Salesianos daban en un colegio en Canelones, hasta que en 1873 comenzó a funcionar en Salto el Instituto Osimani y Lerena, tradición histórica de nuestra cultura en el litoral norte. Pero aunque el Estado poco intervino en esta rama de la educación, no puede decirse que se desinteresó en impulsar su desarrollo; y tan así que durante el gobierno del Coronel Lorenzo Latorre, se facilitó el surgimiento en Montevideo, de no menos de 15 centros docentes entre los años 1876-880. Y lo que es más significativo por sus proyecciones de futuro, en 1877, Educación Primaria quedó sólidamente estructurada al impulso creador de don José Pedro Varela, al dictarse la Ley de Educación Popular; y estos impulsos estupendo no pararon aquí, pues en el 79, el mismo gobierno de Latorre creó la Escuela de Artes y Oficios, nacimiento de lo que con los años se convertiría en la Universidad de Trabajo. Por eso entonces la Universidad mostraba una fisonomía bien definida al aparecer al frente de sus aulas, intelectuales de alto nivel formados en su mayoría en centros culturales europeos, especialmente franceses, en los cuales fueron doctorando buen número de ciudadanos de nuestra sociedad. Y fue durante el rectorado de don Alfredo Vázquez Acevedo en donde la educación a nivel medio tomó forma oficial al crearse por ley de 1865 la sección de Enseñanza Secundaria en la órbita de la Universidad a efectos de arbitrar cursos de Bachillerato de 6 años de duración.

Pero véase que nació inmersa en una Universidad que la prohija tutelándola para su provecho exclusivo y hacer de ella la antesala que diera el acceso a sus aulas, con lo que se ignoró los fines específicos que corresponden en el orden nacional, a esta etapa de la educación. Y este equívoco original, absurdamente se mantuvo a través de los años con un empeñamiento lamentable, a pesar de las reformas que se fueron operando.

Ya en 1908 se registra una modificación a la ley del 85, apareciendo un plan con los ciclos actuales- liceal y preparatorio. Con lo que parecía se buscó un bachillerato modalizado para el segundo ciclo. Esto fue un paso adelante, pero un paso que quedó corto, pues Secundaria siguió unida institucionalmente a la Universidad por varios años más, y recién en 1935 alcanzó la liberación al timar autonomía tanto en la faz técnica como en la administrativa.

Pero entiéndase bien que estos 50 años de tutela pesaron mucho en su vida independiente posterior por cuanto lo vivió embelesada por el brillante intelectualismo que irradió la generación de notables que produjo para el país la década del 70, colección de

talentosos universitarios, hombres honestos y solemnes que marcaron rumbos en la vida ciudadana del primer terreno del siglo actual.

Lástima grande que la mayoría de estos ilustres ciudadanos estaba impregnada de la savia del pensamiento materialista que desparramó por la mundo la filosofía “roussoniana” de la Francia del siglo XIX, y el influjo de sus voces desde el Paraninfo de la Universidad a el (fiel al original) Ateneo de Montevideo, embriagó los recintos culturales y políticos del país de un liberalismo frenético, que enterró las ideas humanísticas de la herencia hispánica, Y sus consecuente discípulos formaron legiones de ciudadanía, que incrédula del Orden Natural del pensamiento cristiano, quedamos indefensos frente e los embates del marxismo que llegaría a nuestras tierras pocos años más tarde. Y ese profesor que por años estuvo al frente de las aulas de nuestros liceos, sin lugar a dudas, integró estas legiones de liberales escépticos.

#### “MI HIJO EL DOCTOR” COMO CONSIGNA

La herencia universitaria no alcanzó, al menos con la misma intensidad, a la rama técnica de la educación media, esto es, lo que hoy se llama Universidad del Trabajo, pues el nacimiento de ésta fue completamente distinto. Mientras Educación Secundaria tuvo cuna de rancio abolengo, la rama industrial, artesanal y agraria, nació en el mayor desamparo y vivió en el ostracismo de la indiferencia pública. Véase que la Escuela de Artes y Oficios nacida en 1879, no fue un producto universitario y si de ciudadanos que con loables propósitos y clara visión, abriendo el camino para la instrucción de diversas técnicas manuales a la juventud que irremediabilmente iba quedando sin acceso a los campos de la enseñanza académica.

Esos hombres vieron en esto una necesidad que el futuro del país exigía, pero en las altas esferas nacionales no encontraron la respuesta, quizás porque a los líderes políticos no les interesó formar “elites” con esos jóvenes no universitarios.

Y la consigna “mi hijo el doctor” tomó cuerpo y orienta el pensamiento nacional, equívoco lamentable cuyas consecuencias las padecemos hoy día. La psicosis general de aspirar solamente a títulos universitarios para nuestros hijos llevó a que las técnicas artesanales, industriales y agrarias fueran desdeñadas por la sociedad uruguaya. No obstante, cabe señalar que hubo empecinados luchadores contra esta perniciosa orientación. La señera figura del Dr. José Arias ocupa un sitio de honor en esta Historia. Sus afanes y

desvelos lograron que por 1916 se creara el Consejo Superior de Enseñanza Industrial, con lo que la modesta Escuela de Artes y Oficios tomó nueva vida al transformarse en una Escuela Industrial, a la que le siguieron en poco tiempo otras varias en Montevideo y ya en 1920 comenzaron a aparecer en diversas ciudades del interior del país. Vemos pues, que a pesar de lo señalado se avanzó en este campo; lentamente, con modesta, fueron delineándose perfiles y en 1942 quedó estructurada la llamada Universidad del Trabajo, entre autónomo con pretensiones más ambiciosas, que tuvo el atrevimiento de pretender compartir con la encumbrada Educación Secundaria, la ecuación a nivel medio en el orden nacional.

Desde luego que no le dejarían hacer pie y no tuvo acceso al nivel superior de la ecuación, sin salida horizontal ni vertical, quedó encerrada en sí misma por años., lo que explica que se buscara autodefenderse ocultando con habilidad sus propias carencias y limitaciones que en verdad son serias.

El medio ambiente que se respira en sus recintos, da la sensación de estar dominada por una psicosis colectiva que encierra la simulación, con lo que parecería se quiere aparento lo que, por desgracia, no se es. Desde luego que es una forma de luchar por alcanzar jerarquización en el sistema educativo nacional, que hasta el presente no lograron.

### **Parte III: Junio 1978.**

#### **UN PLAN ESENCIALMENTE INSTRUCTIVO PERO NO FORMATIVO**

Ya dijimos que Educación Secundaria tomó autonomía en el año 1935. Al año siguiente se instaló el primer consejo presidido por don Eduardo Salterain y Herrera, y de inmediato se buscó y logró cambiar el plan de estudio de 1908, lo que hacía suponer fue un loable intento por modificar la orientación esencialmente universitaria y libresca que contenía éste, introduciendo una corriente con cierta acentuación humanística. No puede decirse que fuera un dechado de perfección ni que su práctica terminara con la orientación pernicioso de preparar exclusivamente futuros universitarios, pero lo cierto es que su existencia fue efímera. En seguida se levantaron voces detractoras orquestando una tenaz campaña, tanto que este plan fue la bandera con la que lograron la caída de las autoridades en las elecciones del 40, con lo que se volvió a la corriente de 1908 y así apareció el Plan 41, en vigencia hasta el día de hoy.

Y véase que esto primero 15 años de vida autónoma, esto es, hasta la década del 50 Secundaria siguió ofreciendo al estudiante que llegaba a sus puertas los esquemas que tenía desde comienzo del siglo con pocas variantes puesto que el Plan 41 siguió apuntando a la Universidad sin otras salidas que ofrecer.

Con disciplinas curriculares rígidas, el contexto de este Plan es esencialmente instructivo y no formativo, como debiera ser especialmente su primer ciclo, si tuviera dotado de disciplinas opcionales u optativas, cambiantes según el medio social a que se aplican. Bien cierto que posee innegables valores intelectuales, pero carentes de contenido de esencia moral. Los que si tenían valores morales aunque parezca contradictorio, fueron los profesores de esos años, pensadores universitarios capaces, serios, formales, ateos circunspectos que se mostraban al adolescente con decoro, decencia y autoridad, actitud que indudablemente disimulaba las carencias de índole moral de que adolecían los esquemas en que transitaban. Quizá la explicación de esta aparente contradicción pueda encontrar en la raigambre de origen cristiano que caracterizó a la familia tradicional uruguaya, imprimiendo costumbres y actitudes singulares a los ciudadanos nacidos en ella, con una fuerza tal, que el intelectualismo materialista no logró neutralizar por ese entonces, por otra parte debemos reconocer que esos profesores no eran más que partidarios de la escuela liberal en que se formaron cuando estudiantes universitarios, y como tales, sinceros defensores de un laicismo aberrante por su complicidad con el ateísmo de inspiración masónica, que los convertiría en ingenios sostenedores de que “todas las ideas son respetables” máxima estúpida que dio albergue a las corrientes marxistas que por ese entonces ya habían comenzado su penetración.

#### EL LAICISMO COMO INTRODUCCION AL MARXISMO

Si en algún área de la actividad ciudadana debe existir estricto control es en el campo de la educación, y es a la autoridad nacional a quien corresponde ejercerla. La responsabilidad en la formación de las generaciones del futuro, es tarea irrenunciable de los hombres del presente. Solo así nos aseguramos que el sentir nacional ha de pasar de generación en generación son debilitamiento ni claudicaciones.

Desde luego que en nuestra Educación hubo estatismo, lo hubo desde el comienzo como ya vimos, pero entendemos que fue un estatismo sin control, ya que el Estado, ejerciendo un paternalismo ejemplar tomó para sí la dura carga de proporcionar enseñanza

gratuita, llevándola en sus niveles primarios, secundarios a todos los rincones del país con el propósito de que se impartiera laica y obligatoria. Laudable esfuerzo que mereció mejor suerte, lástima grande que el laicismo que se pregonó a tambor batiente, de esencia liberal preparó el terreno de la docencia para el cultivo de la acción marxista, con la tramposa prédica de la tan manida libertad de enseñanza.

La acción del Estado en la Educación, bien entendida, es la implantación desde las altas esferas del gobierno de una clara, firme y real política educativa a nivel nacional que conduzca a que los órganos especializados constituyendo un sistema conexo y armónico – logren la formación integral del hombre uruguayo. No se sabe que ningún gobierno haya llevado esto a cabo, todo indica que no hubo visión clara de lo que el futuro nacional precisa, y se fue delegando en cada órgano especializado la responsabilidad del propio quehacer, creyendo quizás que la única obligación que le cabía como Gobierno Nacional para con la educación del pueblo, era votara partidas de dinero en los presupuestos.

Y así llegó la década del 50, y todo estuvo pronto para el caos total. La acción revolucionaria comunista de la posguerra mundial para la penetración en Iberoamérica, decidió con buen sentido que Uruguay era una notable cabecera de puente de orden continental para la infiltración marxista, dado las características de su población con un aceptable desarrollo intelectual y una acentuada idiosincrasia política liberal, en la que sus hombres públicos, formados, en general, en una Universidad que desde varios años atrás ya mostraba una especial simpatía por el socialismo de contextura marxista, distraían el tiempo envueltos en una demagogia cretina con la que estúpidamente se abrazaban el Derecho y olvidando sus deberes ciudadanos, pretendían sostener un sistema democrático que ellos mismo estaban destruyendo.

Y en esta democracia uruguaya, la infiltración marxista apuntó lógicamente a las áreas más redituables, las que sin lugar a dudas fueron esos reales feudos existentes en la Educación, llamados Primaria y Secundaria y Universidad del Trabajo, que le ofrecían sus puertas abiertas tentadoramente, aparte, claro está, de ese otro súper feudo señorial que fue la Universidad de la República, ya a esa altura prácticamente en sus manos desde el que operó con increíble libertad de acción, especialmente sobre secundaria, su hija predilecta.

## LA ACCIÓN MARXISTA EN PRIMARIA

Desde hace un siglo -ley de Educación Popular de 1877- La Educación Primaria, muestra una fachada de organización docente muy firme, la que en ciertas medida se asemeja al lineamiento piramidal que presentan las estructuras jerárquicas militares, Pero de eso nos quedamos sólo en la fachada, pues por dentro todo está en crisis, de la que ha de soltar mucho salir. Podemos afirmar que el organismo ha sido conmovido tanto en la faz docente como en la administrativa; pues lo que no fue distorsionado directamente por la subversión marxista, fue tocado por el disloque que acompañando a vibles que golpeándose el pecho clamaban por su pura fe democrática. Y para tener una idea de la complejidad y dimensiones de este servicio de educación, digamos que, en cifras redondas, hoy cuentan con 254 mil funcionarios entre docentes y administrativos que atienden a 2.200 escuelas distribuidas en todo el país, en la que se asisten a 330.000 niños, de las cuales se da de comer diariamente a no menos de 140 mil.

Se comprende que todo esto ejerce una fuerza enorme sobre la vida misma de la sociedad uruguaya, lo que explica que los tentáculos del marxismo procuraran infiltrar la estructura de los cuadros docentes, pues por esta vía conseguirían, no sólo subvertir la mente infantil hacia los modelos del pensamiento materialista, sino que facilitarían llegar al seno de los hogares con su deslumbrante dialéctica perniciosa.

Es claro que para hacer esto, tuvieron a su favor algo con el que en los otros campos de la educación no contamos: la psicosis muy especial del maestro uruguayo que lo lleva fácilmente a admirarse a posiciones que encierran una latente rebeldía, psiquis colectiva que ha creado en el magisterio un clima de autovalorización en defensa de su propio prestigio, que quizás tenga su origen profundo en la subvalorización, real o aparente, que pueda traslucir hacia ellos nuestra sociedad, tan afecta o reverencial al profesor universitario.

Dentro de este clima del magisterio uruguayo, se usó sagazmente desde largo tiempo, la mística vareliana, la que el maestro siente una especie de veneración religiosa, impregnándola sutilmente de un pensamiento en el que aflora la esencia del materialismo liberal, que irremediablemente dio entrada al marxismo.

Y la penetración estratégico, comenzó, lográndose en poco tiempo una rápida expansión, explotando, como es su línea de trabajo favorita, la acción gremial. Y la

Federación Uruguaya de Magisterio (FUM) que completamente ocupada ya en 19487 por maestros uruguayos, convertidos en líderes marxistas, cuyos nombre, con frondosos prontuarios, no vale la pena mencionar, formados en las técnicas subversivas, algunos en el extranjero y otros en formadas de adoctrinamiento promovidos por unas Misiones socio pedagógicas llegadas al país en la década del 40, ante la indiferencia de todas las autoridades nacionales educativas.

A partir de 1950 se registra que los cuadros docentes fueron poblándose de verdaderos dirigentes marxistas que presionando a los Consejos de la época fueron trampeando reglamentaciones, y mediante el fraude en los concursos y traslados, lograron ubicar piezas claves en la pirámide de las jerarquías docentes; maniobra descarada, que fue hábilmente disfrazada clamando con total desfachatez por el Derecho que aducían asistirles, en nombre de la justicia. Y la acción para formar los cuadros intermedios fue muy bien orquestada a través de un Congreso de Inspectores que recomendó al obediente Consejo de Primaria de la época, la creación de los Departamento de Educación Rural y Educación Permanente con nuevos planes en estas áreas educacionales.

Con el primero aparecieron nueve “centros experimentales”, como el notorio Núcleo Experimental de la Mina, que funcionó en Cerro Largo por varios años, y de sus jornadas de adoctrinamiento de campo, surgieron, entre 1953 y 1961 figuras que más tarde se les vería envueltas en la sedición tupamara. Con la Educación Perramente se buscó el adoctrinamiento de adultos que asistían a los cursos Nocturnos en escuelas de Montevideo. La X Convención Anual de la Federación Uruguaya de Magisterio de enero de 1955 –voz cantante de la FUM- di forma acabada y orgánica a estos planes, que el Consejo de Primaria dirigentemente aprobó.

Pero en esta Convención del 55 se llegó más hondo al proyectar los cambios de planes para las escuelas urbanas, lo que se materializó en 1957. Es un plan de puro cuño marxista dirigido a distorsionar las mentes infantiles lo que encuadra en las técnicas de la subversión como un medio para formar las masas, pues para ir a la masificación, ellos saben que se precisan mediocridades, que los talentos serán reservado para los líderes. Luego, con el espejismo de un plan que según las directivas, el maestro debía respetar la libre expresión del niño, en la práctica resultó que en nombre de esa libertad, no se les podía corregir la ortografía, ni la redacción, ni la lectura, ni la caligrafía, ni el dibujo;



argumentándose que hacer esto era limitativo de la libre creación y que aprender de memoria las tablas de multiplicar era antipedagógico, que para que enseñar a sumar quebrados cuando era más cómodo manejar los números decimales. Resultado: los liceos de Secundaria recibieron por muchos años, miles de estudiantes que llegaban con unas deficiencias espantosas.

En 1961 se produce una reacción, El Consejo bajo la dirección del Dr. Felipe Ferreiro desmantela el Núcleo Experimental de la Mina y reorganiza los controles de la escuela en el llamado Plan Ferreira. Esto tiene una inmediata respuesta, el Magisterio se apoya en entidades., obreras, La FUM coordina con la CNT y se desata una viva resistencia de carácter gremial en todo el país, y las autoridades de Primaria quedan totalmente desbordadas.

El clima se va agravando, las direcciones de los Institutos Normales son copados por profesores marxistas de forma de ir asegurando la producción de nuevos maestros en la línea, casi todas las Inspecciones Departamentales se convierten en baluartes de la subversión y con dominio absoluto sobre el Departamento, destrozan sin piedad a todo aquel maestro que no acompaña. Las huelgas y par se multiplican, y cuando en 1968 la sedición tupamara profundiza su guerra asesina, Primaria hace explosión y se transforma en un verdadero volcán que recién comenzará a apagarse a fines de 1973 aunque hoy día conserva lava hirviendo.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. México: F.C.E, 1997.
- ANSART, Pierre. **Ideologias, conflictos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- APRATTO, Carmen; ARTAGAVEYTIA, Lucila; ASTORI, Danilo; CAETANO, Gerardo; CAMOU, María; CASTAGNOLA, José Luis; DEMASI, Carlos; FILGUEIRA, Carlos; LACUESTA, Mariela; MIERES, Pablo; PELLEGRINO, Adela; PÉREZ, Romeo; RILLA, José; SAPRIZA, Graciela; ZUBILLAGA, Carlos. **El Uruguay de la dictadura (1973-1985)**. Montevideo: Banda Oriental, 2004.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. [sine nomine].
- . **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relumê Dumara, 2001.
- . **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- . **Los orígenes del totalitarismo**. Madrid: Taurus, 1974.
- BAYCE, Rafael. **El sistema educativo uruguayo. 1973-1985**. Tomo II. Montevideo: Banda Oriental, 1988.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. F.U.B: Brasília, 1983.
- BRUSCHERA, Oscar. **Las décadas infames**. Montevideo: Linardi y Risso, 1986.
- CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Breve Historia de la dictadura**. Montevideo: Banda Oriental, 1998. p.130
- . **Historia contemporanea del Uruguay**. Montevideo: CLAEH, 1999.
- CAMARGO LEIRNER, Piero. **Meia volta volver**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- CERRI, Luis Fernando. (Org.) **O ensino de História e a Ditadura Militar**. Curitiba: Ao Quatro Ventos, 2003.
- COSSE, Isabela; MARKARIAN, Vania. **“1975: Año de la orientalidad”**. Montevideo: Trilce, 1996.
- COSTA BONINO, Luis. **Crisis de los Partidos Tradicionales y Movimientos Revolucionario en el Uruguay**. Montevideo: Banda Oriental, 1984.
- DEMASI, Carlos. **La lucha por el pasado. Historia y nación en Uruguay. 1920-1930**. Montevideo: Trilce, 2004.

- DUROSSELLE, Jean Baptiste. **Europa de 1815 a nuestros días**. Barcelona: Labor, 1975.
- FINCH, Henry. **La economía política del Uruguay contemporáneo. 1870-2000**. Montevideo: Banda Oriental, 2005.
- GELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismos**. Madrid: Alianza, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. **Naciones y Nacionalismo desde 1780**. Barcelona: Crítica, 1995.
- HUGGINS, Martha. **Polícia e Política: Relações Estados Unidos/ América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.
- JELIN, Elizabeth. (Comp.) **Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”**. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- JELIN, Elizabeth. LORENZ, Federico Guillermo. (Comp.) **La educación y memoria. La escuela elabora el pasado**. Madrid: Siglo XXI, 2004.
- LESSA, Alfonso. **Estado de guerra**. Montevideo: Fin de Siglo, 2004.
- . **La revolución imposible**. Montevideo: Fin de Siglo, 2003. p. 142
- LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [sine nomine].
- LIPPI OLIVEIRA, Lúcia. **A questao Nacional na Primeira República**. Sao Paulo: Brasiliense, 1990.
- LOPEZ CHIRICO, Selva. **Estado y Fuerzas Aradas en el Uruguay del siglo XX**. Montevideo: Banda Oriental, 1985.
- MARCHESI, Aldo. **El Uruguay inventado**. Montevideo: Trilce, 2001.
- MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; RICO, Alvaro, YAFFÉ, Jaime. **El Presente de la Dictadura**. Montevideo: Trilce, 2004.
- MARTÍNEZ, Virginia. **Tiempos de dictadura**. Montevideo: Banda Oriental, 2005.
- NAHUM, Benjamín. **Historia del Uruguay. 1830- 1903**. Montevideo: Banda Oriental, 2000.
- . —. **1903-1990**.
- NAHUM, Benjamín; COCHI, Angel; MARONNA, Mónica. et. al. **El fin del Uruguay Liberal**. Montevideo: Banda Oriental, 1998.

- NEUMANN, Franz. **Estado democrático e Estado autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- O'DONNELL, Guillermo. **O estado autoritário e os movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Reflexões sobre os Estados Burocráticos- Autoritários**. Sao Paulo: Vertice, 1987.
- O'DONNELL, Guillermo; SHMITTER, Philippe WHITEHEAD, Laurence. (Ed.) **Transições do Regime Autoritário**. Sao Paulo: Vértice, 1988.
- ORLANDI, Eni. **Análise do discurso**. [sine nomine].
- PELUFFO LINARI, Gabriel. **Historia de la Pintura Uruguaya. Tomo I. El imaginario Nacional-Regional. (1830-1930)**. Montevideo: Banda Oriental, 2000.
- PERELLI, Carina. **Someter o convencer. El discurso militar**. Montevideo: Banda Oriental, 1987.
- RICO, Alvaro. (Comp.) **Uruguay: cuentas pendientes**. Montevideo: Trilce, 1995.
- BETHELL, Leslie. (Ed.) **Historia de América Latina. Tomo 12 Política y Sociedad**. Barcelona: Crítica, 1997.
- SIJAU. **Coloquio sobre Uruguay y Paraguay: La transición del Estado de excepción a la Democracia**. Montevideo: Banda Oriental, 1985.
- SOLER ROCA, Miguel. **Uruguay. Análisis crítico de los programas escolares de 1949, 1957 y 1979**. Barcelona: Juvenil, 1984.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TRAVERSONI, Alfredo. **Nuestro Sistema Educativo hoy**. Montevideo: Banda Oriental, 1984.
- VARELA, Gonzalo. **De la República Liberal al Estado Militar**. Montevideo: Nuevo Mundo, 1988.

## PALESTRAS

HEUER, Wolfgang. **Los aportes de Hannah Arendt a la filosofía política contemporánea.** Palestra proferida na UFPR, setiembre- octubre, 2003.

## ENTREVISTAS

ARTAGAVEYTIA, Lucila; APRATTO, Carmen. **Entrevista concedida.** Centro de Perfeccionamiento docente Asilo. Montevideo, Uruguay. Febrero, 2005.

DEMASI, Carlos. **Entrevista concedida.** Universidad de la República. (UDELAR). Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Montevideo, Uruguay. Abril, Agosto, 2005.

PEREZ MONDINO, Cecilia. **Entrevista concedida.** Centro Latinoamericano de Economía Humana. CLAEH. Montevideo, Uruguay. Febrero 2005.

## AUDIÇÃO RADIAL

BRESCIA, Sonia. **Primera Voz.** Radio 1410 AM Libre. Montevideo, Uruguay.  
2 de marzo de 2006.

## FONTES

EL SOLDADO. Montevideo: Centro Militar, 1974- 1982.

HISTORIA NACIONAL. **Sexto Año.** Primera Parte. Montevideo: Consejo de Educación Primaria, 1982.

—. Segunda Parte. Montevideo: Consejo de Educación Primaria, 1980.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE DEL EJÉRCITO de URUGUAY. **El Proceso Político.** Montevideo: *sine nonime*, 1978.

URUGUAY. Proyecto constitucional. 6 de noviembre de 1980. Diario Oficial de la República Oriental del Uruguay. Montevideo, Tomo 301, Año LXXV, n. 20862.